Plano de Contingência Municipal

PLANCON

DEFESA CIVIL

CAVALCANTE (GO)

2024

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 5
2. OBJETIVOS 7
3. CONHECIMENTOS GERAIS: HISTÓRIA E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO 7
4. HIPÓTESES DE DESASTRES – CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS 8
5. ÁREAS DE RISCO MAPEADAS 15
6. GATILHOS PARA RISCO DE DESASTRES 16
7. CENÁRIO DE RISCO - INCÊNDIOS FLORESTAIS (IF) 17
   - 7.1 CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO 19
   - 7.2 MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO A INCÊNDIOS FLORESTAIS 21
   - 7.2.1 GATILHOS PARA OS CENÁRIOS DE INCÊNDIOS FLORESTAIS (IF) 21
   - 7.2.2 PESSOAS, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS 25
   - 7.2.3. CADASTRO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APOIO E EMPENHO 27
   - 7.2.4 IDENTIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES 29
   - 7.3 PLANO DE AÇÃO DE ENFRENTAMENTO – RESPOSTAS A INCÊNDIOS FLORESTAIS . 32
   - 7.3.1 IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS E DO MECANISMO DE ACIONAMENTO DO PLANO DE RESPOSTA 32
   - 7.3.2 INDICAÇÃO DO MECANISMO DE MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (SISTEMA DE ALARME E ALERTA) 33
   - 7.3.3 IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DE ENCONTRO E ROTAS DE FUGA 35
   - 7.4 PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (APÓS O DESASTRE) 36
8. CENÁRIO DE RISCO – ENXURRADAS, INUNDAÇÕES E ENCHENTES 37
   - 8.1 CONSTRUÇÃO DE CENÁRIO 39
   - 8.2 MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO A INUNDAÇÕES, ENXURRADAS E ALAGAMENTOS 40
   - 8.2.1 GATILHOS PARA OS CENÁRIOS ENXURRADAS, INUNDAÇÕES E ENCHENTES 41
   - 8.2.2 RELAÇÃO DAS PESSOAS, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS 45
   - 8.2.3. CADASTRO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APOIO E EMPENHO 46
   - 8.2.4 IDENTIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES 47
   - 8.3 PLANO DE AÇÃO DE ENFRENTAMENTO – RESPOSTAS A INUNDAÇÕES 51
   - 8.3.1 IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL E DO MECANISMO DE ACIONAMENTO DO PLANO DE RESPOSTA 51

8.3.2 INDICAÇÃO DO MECANISMO DE MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (SISTEMA DE ALARME E ALERTA) 51
8.3.3 IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DE ENCONTRO E ROTAS DE FUGA 53
8.4 PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (APÓS O DESASTRE) 56
9. CENÁRIO DE RISCO - ROMPIMENTO DE BARRAGEM 57
9.1 CONSTRUÇÃO DE CENÁRIO 60
9.2 MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO ROMPIMENTO DE BARRAGENS 62
9.2.1 RELAÇÃO DAS PESSOAS, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS 62
9.2.2 CADASTRO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APOIO E EMPENHO 64
9.2.3 IDENTIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES 65
9.3 NÍVEIS DE ALERTA MÁXIMO E EMERGÊNCIA - INTEGRAÇÃO PAE E PLANCON 65
9.4 PLANO DE AÇÃO DE ENFRENTAMENTO – RESPOSTAS A ROMPIMENTO DE BARRAGEM 67
9.4.1 IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL E DO MECANISMO DE ACIONAMENTO DO PLANO DE RESPOSTA 67
9.4.2 INDICAÇÃO DO MECANISMO DE MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (SISTEMA DE ALARME E ALERTA) 68
9.4.3 IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DE ENCONTRO E ROTAS DE FUGA 68
9.5 PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (APÓS O DESASTRE) 69
10. CENÁRIO DE RISCO - DESLIZAMENTOS E EROSÕES 70
10.1 CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO 71
10.2 MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DESLIZAMENTOS E EROSÕES 72
10.2.1 GATILHOS DE DESLIZAMENTOS E EROSÕES 72
10.2.2 RELAÇÃO DAS PESSOAS, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS 76
10.2.3 CADASTRO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APOIO E EMPENHO 77
10.2.4 IDENTIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES 79
10.3 PLANO DE AÇÃO DE ENFRENTAMENTO – RESPOSTAS A DESLIZAMENTOS 79
10.3.1 IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL E DO MECANISMO DE ACIONAMENTO DO PLANO DE RESPOSTA 79
10.3.2 INDICAÇÃO DO MECANISMO DE MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (SISTEMA DE ALARME E ALERTA 80
10.3.3 IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DE ENCONTRO E ROTAS DE FUGA 80
10.4 PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (APÓS O DESASTRE) 81
11. CENÁRIO DE RISCO – SECA 82

11.1 CONSTRUÇÃO DE CENÁRIO 84
11.2 MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO PARA A SECA 85
11.2.1 GATILHOS PARA OS CENÁRIOS DE SECA 85
11.2.2 RELAÇÃO DAS PESSOAS, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS 90
11.2.3 CADASTRO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APOIO E EMPENHO 91
11.2.4 IDENTIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES 94
11.3 PLANO DE AÇÃO DE ENFRENTAMENTO – RESPOSTAS A SECA 97
11.3.1 IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL E DO MECANISMO DE ACIONAMENTO DO PLANO DE RESPOSTA 97
11.3.2 INDICAÇÃO DO MECANISMO DE MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (SISTEMA DE ALARME E ALERTA 97
11.3.3 IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DE ENCONTRO E ROTAS DE FUGA 99
11.4 PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (APÓS O DESASTRE) 100
12. CENÁRIO EPIDEMIOLÓGICO 101
12.1 SISTEMA DE MONITORAMENTO DE EVENTOS EM SAÚDE PÚBLICA - (SIME) 104
13. DESMOBILIZAÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA 105
13.1 PROCEDIMENTOS PARA DESMOBILIZAÇÃO DO PLANCON 106
14. DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA 107
14.1 SOLICITAÇÃO DE RECONHECIMENTO FEDERAL DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA 109
14.2 SOLICITAÇÃO DE RECURSOS VIA S2iD 111
15. CRONOGRAMA DE REALIZAÇÃO DE SIMULADOS DE EMERGÊNCIA 113
16. REVISÃO DO PLANCON 114
17. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO 114
18. REFERÊNCIAS 115

1. INTRODUÇÃO

O Plano de Contingência de Proteção (PLANCON) e a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) do município de Cavalcante (GO) são desenvolvidos em atendimento à Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, instituída por meio da Lei Federal 12.608/2012. Em seu artigo 22, § 2º, inciso II, essa lei prevê que os munícipios elaborem um Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil e instituam órgãos municipais de Defesa Civil, de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo órgão central do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC.

Segundo o Ministério da Integração Nacional (2017), o PLANCON funciona como um planejamento da resposta ao desastre, em que são definidos os procedimentos, ações e decisões que devem ser tomadas no momento da ocorrência do evento. Nesta etapa de resposta, acontece, portanto, a operacionalização do plano de contingência, quando todo o planejamento feito anteriormente é adaptado à situação real do desastre.

Em consonância à Instrução Normativa n° 02 de 20 de dezembro de 2016, o Plano de Contingência é o documento que registra o planejamento elaborado a partir da percepção do risco de determinado tipo de desastres e estabelece os procedimentos e responsabilidades. Assim, este PLANCON registra o planejamento elaborado a partir da percepção e análise de cenários de risco de desastres possíveis de acontecerem no município de Cavalcante (GO) e estabelece os procedimentos para ações de monitoramento, alerta, alarme, fuga, socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais.

Conforme prescrito pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC) do Governo do Estado de Goiás, a atuação dos órgãos de Defesa Civil ocorre por meio de sucessão de esforços, considerando a concepção do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC). Dessa forma, primeiramente a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil realiza as atividades de Defesa Civil para minimização dos desastres e faz o atendimento das ocorrências pontuais. Dentre as atribuições da COMPDEC, as ações de prevenção aos desastres são primordiais. Por esse motivo, faz-se necessário que o

município desenvolva um levantamento de dados sobre situações de risco e de vulnerabilidade existentes dentro das fronteiras municipais.

As informações contidas neste documento foram elaboradas a partir do desenvolvimento de um diagnóstico e mapeamento dos riscos de áreas vulneráveis de Cavalcante, realizado pelos gestores do Poder Público do município. O PLANCON serve de orientação à Defesa Civil e à Prefeitura Municipal, na prevenção e preparação a desastres, com vistas à proteção da população e aos recursos naturais do município. O mapa a seguir demonstra a localização do município no estado de Goiás.

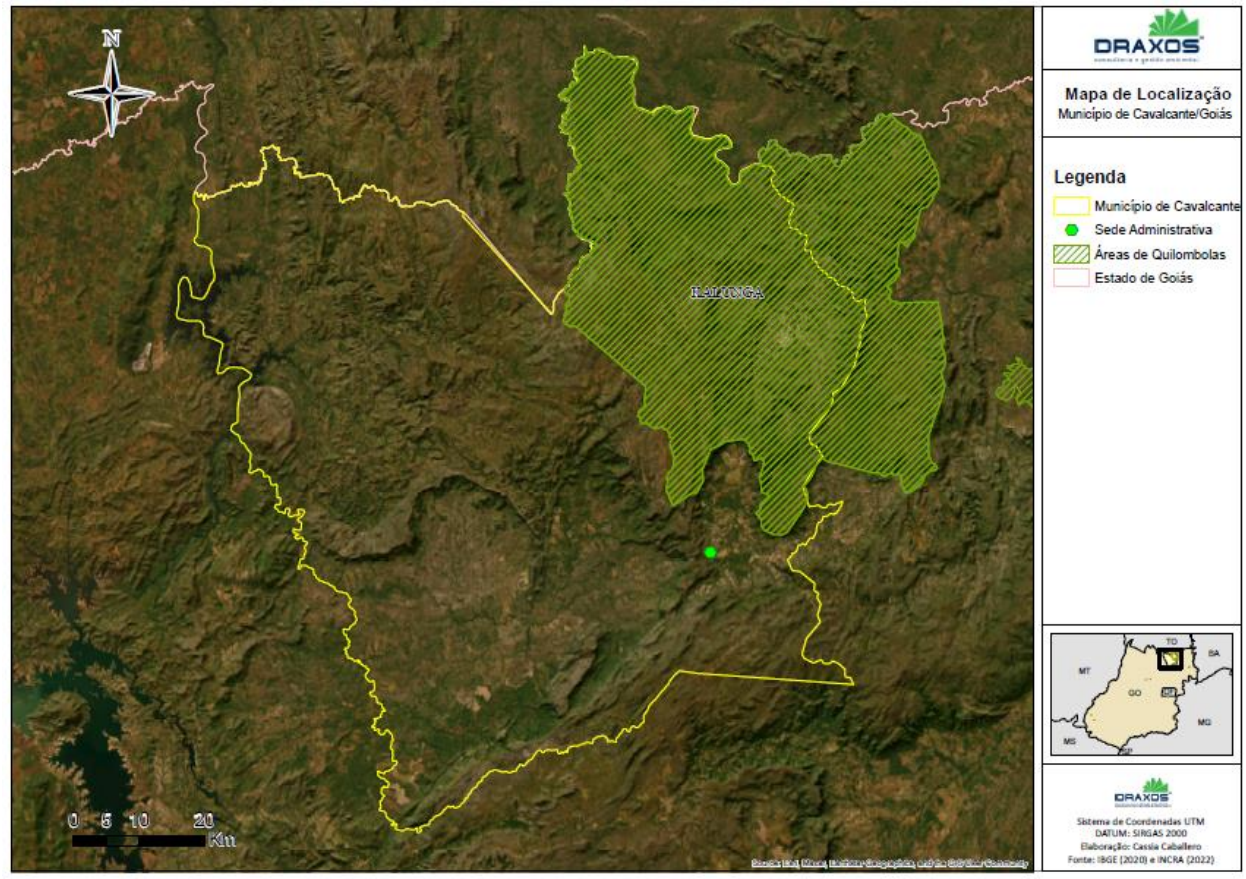


Figura 1 - Localização do Município de Cavalcante (GO).

2. OBJETIVOS

Este documento tem por objetivo definir medidas de preparação e resposta para situações de emergência ou desastres ocorridos no município de Cavalcante (GO), possibilitando que as ações sejam eficazes na proteção da população e na redução dos danos e prejuízos gerados a partir do acontecimento. Como objetivos específicos do PLANCON, tem-se:

- Identificar a área de abrangência do PLANCON, bem como pontos de vulnerabilidade existentes nesta área;
- Estabelecer procedimentos padrões de comunicação, para prevenção e alerta à população sobre as situações de calamidade e adversidades;
- Estabelecer as atribuições de cada uma das Secretarias Municipais e instituições parceiras abrangidas no PLANCON;
- Facilitar a articulação e resposta ao acontecimento, com vistas a proteger a população e o meio ambiente e restabelecer a situação de normalidade no município com a maior rapidez possível;
- Fortalecer a gestão integrada da administração pública municipal.

3. CONHECIMENTOS GERAIS: HISTÓRIA E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O município de Cavalcante se localiza na região da Chapada dos Veadeiros, no norte do Estado de Goiás, a aproximadamente 320 km de distância da capital federal Brasília (DF). Assim, a contextualização histórica de Cavalcante se insere na história de Goiás e do Brasil, sendo um dos pontos de destaque sua inter-relação com o ciclo da exploração do ouro no país.

Outras informações a respeito da história e da caracterização do município estão no Apêndice A.

4. HIPÓTESES DE DESASTRES – CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS

Entre as diversas definições propostas nos estudos sociológicos sobre os desastres, Zhouri *et al*. (2016) definem os desastres como "acontecimentos coletivos trágicos nos quais há perdas e danos súbitos e involuntários que desorganizam, de forma multidimensional e severa, as rotinas de vida (por vezes, o modo de vida) de uma dada coletividade". Tais acontecimentos podem ser categorizados como "naturais" – quando resultantes de manifestações das forças da natureza – ou "tecnológicos" – quando são atribuídos a uma ação humana, derivados de erros, negligências, rupturas ou falhas de um sistema humano ou utilizações indevidas (consciente ou inconscientemente assumidas) do desenvolvimento tecnológico-industrial (VIEIRA, 2019 *apud* ZHOURI *et al*., 2016; RIBEIRO, 1995).

Vieira (2019) menciona ainda que, em sua dimensão social, a problemática dos desastres aparece atrelada à noção de vulnerabilidade, bem como de produção social dos riscos. Os riscos são resultantes do processo de articulação entre o sistema social e o ambiente construído e evidenciam os fatores de exposição das sociedades ao desastre, ou seja, as suas vulnerabilidades sociais, a suscetibilidade por parte do sistema social ao receber um dano (*apud* RIBEIRO, 1995). Sendo a vulnerabilidade uma manifestação resultante do processo de desenvolvimento das relações sociais, a afetação nos desastres é sentida de formas variadas entre os grupos sociais, de forma que, mesmo que enfrentem um mesmo perigo, haverá graus diferenciados de exposição ao risco. Isto é, verificam-se vulnerabilidades diferenciadas dentro do próprio sistema, conforme a organização, distribuição e composição social (*apud* RIBEIRO, 1995).

Histórico dos cenários de risco na região

Dentre os acontecimentos já ocorridos no município de Cavalcante, no que concerne a desastres – sejam eles naturais ou tecnológicos – destacam-se as enchentes, inundações e enxurradas devido às chuvas intensas e os incêndios florestais.

Como exemplo, cita-se um episódio recente, de 2022, quando fortes chuvas causaram transtornos à população de Cavalcante e municípios vizinhos. Na ocasião, as chuvas arrastaram pontes e interditaram estradas da zona rural, deixando centenas de famílias ilhadas. Segundo a Prefeitura, cerca de mil famílias ficaram com dificuldades de acesso ao território.[1] Situações como essa já ocorreram em anos anteriores, conforme evidenciado pelos relatos da gestão pública municipal e portais de notícias[2].

Nesse contexto, ressalta-se, ainda, a existência da UHE Cana Brava, localizada dentro do território municipal, o que torna a região propícia à ocorrência de inundações, dentre outros riscos e danos decorrentes do possível colapso da barragem que compõe o empreendimento. Apesar de estudos recentes na literatura destacarem as barragens, especialmente as de grande porte, como elementos de risco significativo, os incidentes de rompimento de barragens são relativamente raros (SORIANO, 2012).

Quanto aos incêndios florestais, esse tipo de acontecimento também é recorrente na região, especialmente nas épocas de seca. Como exemplo recente, cita-se o episódio ocorrido em 2023, quando um foco de queimada se iniciou dentro de uma propriedade rural privada e se alastrou destruindo uma grande área de vegetação. Na ocasião, foi necessária a atuação do Corpo de Bombeiros, para evitar que chamas atingissem o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros[3]. Vale destacar a existência de uma brigada de incêndio formada por moradores do Quilombo Kalunga, que é referência quanto à prevenção e ao uso consciente do fogo. O grupo é formado por 75 brigadistas, que

[1] https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2022/12/28/chuva-arrasta-pontes-interdita-estradas-e-deixa-centenas-de-familias-ilhadas-em-cidades-de-goias.ghtml

[2] https://www.metropoles.com/brasil/videos-mostram-enchente-na-regiao-da-chapada-dos-veadeiros-go

https://g1.globo.com/goias/noticia/2016/02/enchente-destroi-casas-e-desabriga-familias-kalungas-em-cavalcante-go.html

[3] https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2022/09/15/bombeiros-combatem-incendio-em-cavalcante-para-evitar-que-chamas-atinjam-parque-nacional-da-chapada-dos-veadeiros.ghtml

combatem o fogo na região, juntando o conhecimento tradicional da comunidade com as técnicas de pesquisadores do Cerrado que atuam no quilombo[4].

Adicionalmente o município de Cavalcante também conta com a Brigada Voluntária Ambiental de Cavalcante (BRIVAC), que há 5 anos realiza um trabalho essencial no território da Chapada dos Veadeiros, mais especificamente no município de Cavalcante. Atuando fortemente nas questões socioambientais em apoio a comunidade e em defesa do Bioma, a BRIVAC engaja a população a respeito dos incêndios florestais, na prevenção e combate, aspectos culturais e ecológicos do uso do fogo, e seus impactos. Além de incentivar o voluntariado e a criação de políticas públicas para gestão do uso do fogo.

Outra Instituição de grande expressão na região é o Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo), um Centro Especializado, dentro da estrutura do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis) , responsável pela política de prevenção e combate aos incêndios florestais em todo o território nacional, incluindo atividades relacionadas com campanhas educativas, treinamento e capacitação de produtores rurais e brigadistas, monitoramento e pesquisa.

No Brasil, a tipificação dos desastres é feita a partir da Classificação e Codificação Brasileira de Desastres – COBRADE. Sob essa perspectiva, para o município de Cavalcante, foram elencados 5 (cinco) cenários de riscos, com base no histórico local e nas características geográficas, socioambientais e socioeconômicas da região, conforme apontado e relatado pela gestão pública municipal. Desse total, 4 (quatro) riscos integram a categoria cuja causalidade é “natural” e 1 (um) integra a categoria dos desastres ditos “tecnológicos”, conforme é apresentado no quadro a seguir. Em seguida, são descritos, em detalhes, os cenários estabelecidos para cada risco identificado.

[4] https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-09/quilombolas-lideram-combate-ao-fogo-na-chapada-dos-veadeiros

Quadro 1 – Riscos identificados para o município de Cavalcante (GO)

CATEGORIA	GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE
1. Naturais	1. Geológico	**3. Movimento de massa**	**1.Quedas, tombamentos e rolamentos**	1. Blocos	As quedas de blocos são movimentos rápidos e acontecem quando materiais rochosos diversos e de volumes variáveis se destacam de encostas muito íngremes, num movimento tipo queda livre. Os tombamentos de blocos são movimentos de massa em que ocorre rotação de um bloco de solo ou rocha em torno de um ponto ou abaixo do centro de gravidade da massa desprendida. Rolamentos de blocos são movimentos de blocos rochosos ao longo de encostas.	1.1.3.1.1
				2. Lascas	As quedas de lascas são movimentos rápidos e acontecem quando fatias delgadas formadas pelos fragmentos de rochas se destacam de encostas muito íngremes, num movimento tipo queda livre.	1.1.3.1.2
			2. Deslizamentos	1. Deslizamentos de solo e/ou rocha	São movimentos rápidos de solo ou rocha, apresentando superfície de ruptura bem definida, de duração relativamente curta, de massas de terreno geralmente bem definidas quanto ao seu volume, cujo centro de gravidade se desloca para baixo e para fora do talude. Frequentemente, os primeiros sinais desses movimentos são a presença de fissuras.	1.1.3.2.1

		4.Erosão	**2. Erosão de Margem Fluvial**	0	Desgaste das encostas dos rios que provoca desmoronamento de barrancos.	1.1.4.2.0
			3.Erosão continental	1. Laminar	Remoção de uma camada delgada e uniforme do solo superficial provocada por fluxo hídrico não concentrado	1.1.4.3.1
				2. Ravinas	Evolução, em tamanho e profundidade, da desagregação e remoção das partículas do solo de sulcos provocada por escoamento hídrico superficial concentrado.	1.1.4.3.2
				3. Boçorocas	Evolução do processo de ravinamento, em tamanho e profundidade, em que a desagregação e remoção das partículas do solo são provocadas por escoamento hídrico superficial e subsuperficial (escoamento freático) concentrado.	1.1.4.3.3
	2- Hidrológico	**1. Inundações**	0	0	Submersão de áreas fora dos limites normais de um curso de água em zonas que normalmente não se encontram submersas. O transbordamento ocorre de modo gradual, geralmente ocasionado por chuvas prolongadas em áreas de planície.	1.2.1.0.0
		2. Enxurradas	0	0	Escoamento superficial de alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado. Caracterizada pela elevação súbita das vazões de determinada	1.2.2.0.0

					drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial. Apresenta grande poder destrutivo.	
		3. Alagamentos	0	0	Extrapolação da capacidade de escoamento de sistemas de drenagem urbana e consequente acúmulo de água em ruas, calçadas ou outras infraestruturas urbanas, em decorrência de precipitações intensas.	1.2.3.0.0
	4. Climatológico	**1. Seca**	**2. Seca**	0	A seca é uma estiagem prolongada, durante o período de tempo suficiente para que a falta de precipitação provoque grave desequilíbrio hidrológico.	1.4.1.2.0
			3. Incêndio florestal	1. Incêndios em parques, áreas de proteção ambiental e áreas de preservação permanente nacionais, estaduais ou municipais	Propagação de fogo sem controle, em qualquer tipo de vegetação situada em áreas legalmente protegidas.	1.4.1.3.1
				2. Incêndios em áreas não protegidas, com reflexos na qualidade do ar	Propagação de fogo sem controle, em qualquer tipo de vegetação que não se encontre em áreas sob proteção legal, acarretando queda da qualidade do ar.	1.4.1.3.2

2. Tecnológicos	4. Desastres relacionados a obras civis	**2. Rompimento/ colapso de barragens**	0	0	Rompimento ou colapso de barragens.	2.4.2.0.0

5. ÁREAS DE RISCO MAPEADAS

A tabela a seguir demonstra a população estimada para cada área de risco do município de Cavalcante. Essas áreas serão divididas posteriormente de acordo com cada cenário de risco.

NOME DO BAIRRO/COMUNIDADE/REGIÃO	POPULAÇÃO ESTIMADA	SETOR
Bairro Cavalcantinho	1.140	Zona urbana
Bairro Matias	1.087	Zona urbana
Bairro Vila Morro Encantado	2.769	Zona urbana
Comunidade Congonhas	40	Zona rural
Comunidade Corrente	82	Zona rural
Comunidade Engenho II	557	Zona rural
Comunidade Prata	79	Zona rural
Comunidade Rio Preto e Capela	219	Zona rural
Comunidade Rocinha	178	Zona rural
Comunidade Salinas	30	Zona rural
Comunidade São José	157	Zona rural
Comunidade São José, Águas e Traíras	223	Zona rural
Comunidade Vão de Almas	684	Zona rural
Comunidade Vão do Moleque	1.152	Zona rural
Condomínio Falcão Negro	20	Zona urbana
Loteamento Pino	100	Zona urbana
Povoado Vermelho	161	Zona rural
Região da Chapada	30	Zona rural
Região da Prata	79	Zona rural
Região do Catingueiro	11	Zona rural
Região do Santo Antônio	22	Zona rural
Região do São Domingos	250	Zona rural
Região do Vão dos Órfãos	226	Zona rural
Região dos Morros/Canjica	40	Zona rural
Região Gracia	1 (Funcionário da fazenda)	Zona rural
Região Maiadinha	80	Zona rural
Região Majulê	3 (Funcionários da pousada/chalé)	Zona urbana
Região Vão do Rio Claro	80	Zona rural
Serra da Nova Aurora	80	Zona rural
Serra do Choco	35	Zona rural

NOME DO BAIRRO/COMUNIDADE/REGIÃO	POPULAÇÃO ESTIMADA	SETOR
Serra do Vão	199	Zona rural
ZAS e UHE Cana Brava	212 (23 moradores + 189 funcionários da usina)	Zona rural

Vale ressaltar que o município conta com a necessidade de reparo de 27 pontes e a construção de 10, visando garantir a segurança e mobilidade da comunidade.

6. GATILHOS PARA RISCO DE DESASTRES

Segundo o Manual de Planejamento em Defesa Civil, quanto à intensidade os desastres são classificados em quatro níveis de criticidade:

– Nível I, desastres de pequeno porte ou intensidade, também chamados de acidentes;

– Nível II, desastres de médio porte ou intensidade;

– Nível III, desastres de grande porte ou intensidade;

– Nível IV, desastres de muito grande porte ou intensidade (exceto para incêndios florestais)

Desastres de Nível I
Os acidentes ou desastres de pequeno porte ou intensidade são caracterizados quando os danos causados são pouco importantes e os prejuízos consequentes são pouco vultosos e, por isso, são mais facilmente suportáveis e superáveis pelas comunidades afetadas. Nessas condições, a situação de normalidade é facilmente restabelecida, com os recursos existentes na área do município afetado e sem necessidade de grandes mobilizações. É importante ressaltar que a intensidade de um desastre deve ser avaliada em termos objetivos e impessoais, a partir de uma ótica coletivista. Na visão subjetiva das vítimas, todos os desastres são importantes.
Desastres de Nível II
Os desastres de médio porte ou intensidade são caracterizados quando os danos causados são de alguma importância e os prejuízos consequentes, embora não sejam vultosos, são significativos. Apesar disso, esses desastres são suportáveis e superáveis por comunidades bem informadas, preparadas, participativas e facilmente mobilizáveis. Nessas condições, a situação de normalidade pode ser restabelecida, com os recursos disponíveis na área do município afetado, desde que sejam racionalmente mobilizados e judiciosamente administrados.
Desastres de Nível III
Os desastres de grande porte ou intensidade são caracterizados quando os danos causados são importantes e os prejuízos consequentes são vultosos. Apesar disso, esses desastres podem ser suportáveis e superáveis por comunidades bem informadas, preparadas, participativas e facilmente mobilizáveis. Nessas condições, a situação de normalidade pode ser restabelecida, com os recursos mobilizados na área do município afetado, desde que sejam reforçados e suplementados com o aporte de recursos estaduais e federais, já existentes e disponíveis no Sistema Nacional de Defesa Civil.
Desastres de Nível IV
Os desastres de muito grande porte ou intensidade são caracterizados quando os danos causados são muito importantes e os prejuízos consequentes são muito vultosos e, por isso, não são suportáveis e superáveis pelas comunidades afetadas, mesmo quando bem informadas, preparadas, participativas e facilmente mobilizáveis, a menos que recebam substancial ajuda de fora da área do município afetado. Nessas condições, o restabelecimento da situação de normalidade depende da mobilização e da ação articulada dos três níveis do Sistema Nacional de Defesa Civil e, em casos excepcionais, de ajuda internacional.

7. CENÁRIO DE RISCO - INCÊNDIOS FLORESTAIS (IF)

O município de Cavalcante enfrenta anualmente desafios significativos relacionados aos incêndios florestais, demandando uma abordagem detalhada e estratégias bem definidas para mitigar seus impactos. O período crítico desses eventos ocorre de julho (tem se antecipado) a outubro (cada vez mais tardio), enquanto o período de manejo do fogo se estende de janeiro a junho, caracterizando um ciclo sazonal que demanda atenção contínua.

A diversidade fitofisionômica da região, composta por Campos de Cerrado e Cerrado Florestal, implica no comportamento do fogo em cada área. Identificam-se como pontos mais críticos as veredas e as matas ciliares, áreas sensíveis que demandam uma atenção especial nas estratégias de prevenção e combate a incêndios.

Os motivos dos incêndios florestais em Cavalcante são variados e abrangem uma série de fatores que vão desde práticas agrícolas até eventos naturais (ocasionados por raio). Os fazendeiros locais realizam rebrota de pastagens, queimas de roça tradicional, desmatamento ilegal, a limpeza de áreas predominantemente ocupadas pela espécie vegetal conhecida popularmente como Braquiária e até mesmo, controle de pragas por meio da prática de queimadas. Além disso, incêndios naturais causados por raios no Parque Nacional das Chapadas dos Veadeiros durante outubro e novembro representam outro grande desafio.

Outras fontes significativas de incêndios incluem eventos acidentais, como fogueiras feitas em atividades recreativas e acidentes com veículos nas estradas. Além disso, festividades tradicionais e regionais em áreas rurais também desempenham um papel crucial no aumento dos riscos, uma vez que o uso de fogos de artifício nessas celebrações frequentemente resulta em ocorrências de incêndios.

7.1 CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO

CENÁRIO 01	
Ameaça	Incêndios florestais
Risco	As condições naturais favorecem a ocorrência de queimadas, podendo se agravar pela época de seca. A queimada ilegal realizada por moradores da região também podem vir a se tornar um incêndio florestal de grandes proporções, causando danos ao meio ambiente, fauna e flora.
Hipótese Acidental	Incêndio em residências, mortalidade de animais, perda de vegetação, perda do controle do fogo, podendo adentrar em matas ciliares e veredas.
Áreas de risco	Zona rural: Gracia, Vão dos Órfãos, São Domingos, Chapada, área de amortecimento do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV), Catingueiro, Rocinha, Povoado Vermelho, São José, Prata, Serra do Vão. Quilombo: Engenho, Santo Antônio, Congonhas, Salinas, Corrente, Maiadinha, Capela do Vão do Moleque e Vão de Almas

Desdobramentos Imediatos em Função do Cenário

- ❖ Ocorrências de vários incêndios ao mesmo tempo (Áreas: Teresina, Minaçu, Serra do Vão);
- ❖ Necessidade de retirada emergencial das pessoas que estiverem nas áreas de risco ou afetadas, segundo as classificações de risco Alto e Muito Alto, conforme levantamento prévio da prefeitura;
- ❖ Necessidade de retirada de animais;
- ❖ Presença de líderes comunitários capacitados para a emergência e retirada dos comunitários da área de risco;
- ❖ Necessidade de abrigo para a população afetada (escolas, fazendas não atingidas, capelas, outros municípios);
- ❖ Disponibilidade de transporte da Prefeitura Municipal para o deslocamento das pessoas afetadas.
- ❖ Paralisação das aulas nas escolas municipais escolhidas como abrigo, para acomodação da população que for retirada de suas residências.

Indicação dos Danos e Prejuízos Estimados	
Prejuízo econômico privado:	R$ 60.000 por residência
Prejuízo econômico público:	Pontes de madeira (R$300.000)
Dano material:	Residências queimadas e queima do sistema de irrigação dos fazendeiros (R$50.000)
Dano humano:	5.000 pessoas afetadas na zona rural/mortalidade de animais

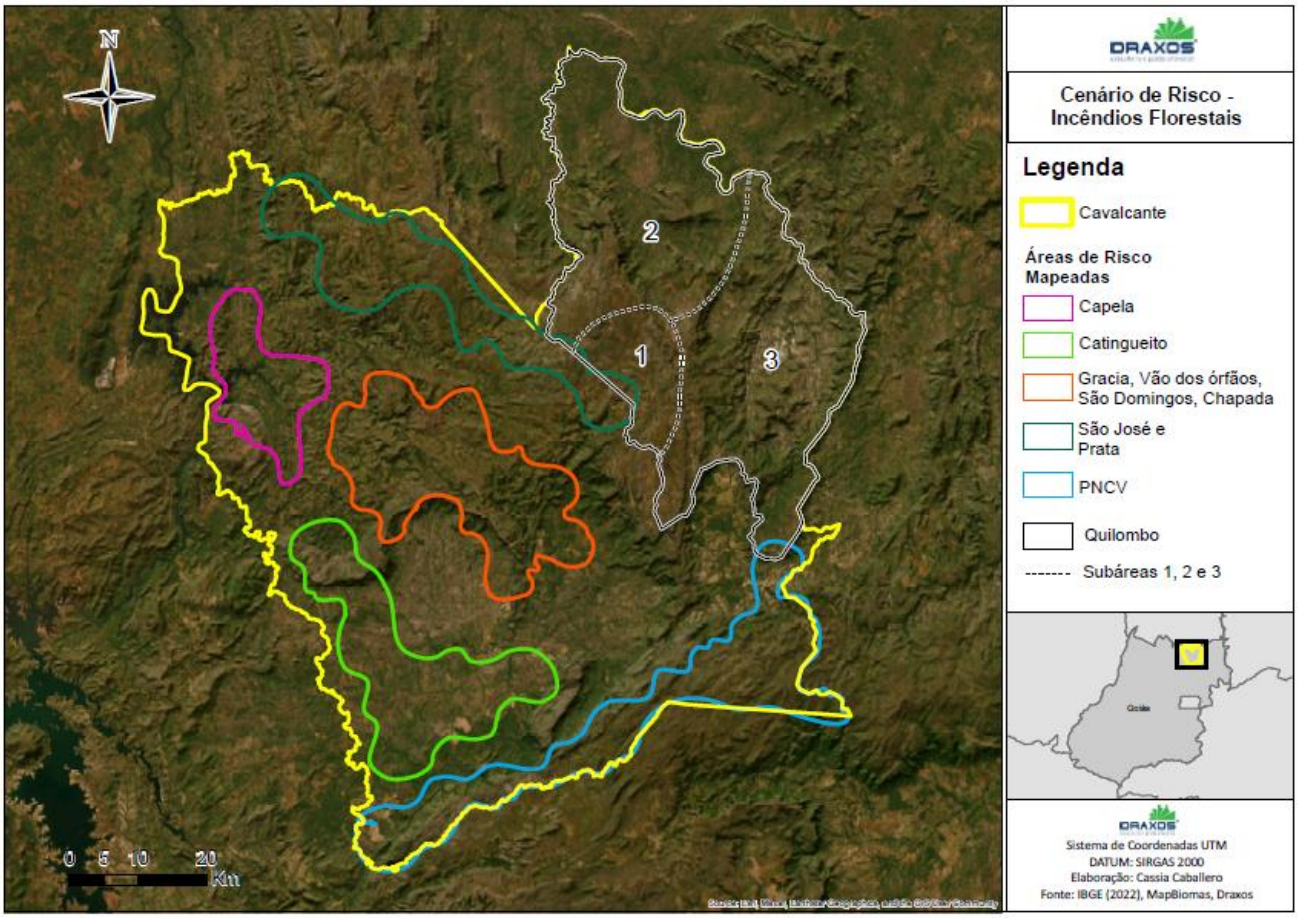


Figura 2 - Área de Risco de Incêndios Florestais

7.2 MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO A INCÊNDIOS FLORESTAIS

7.2.1 GATILHOS PARA OS CENÁRIOS DE INCÊNDIOS FLORESTAIS (IF)

ATIVIDADES DE PREPARAÇÃO AO PERÍODO CRÍTICO

- Capacitações de Primeiro Socorros - PS para brigadistas Prevfogo/IBAMA e BRIVAC;
- Disponibilizar recurso para mobilização das equipes de campo e monitoramento (combustível, alimentação, veículos, etc)
- Coletar diariamente os dados climatológicos com atenção especial a Temperatura acima de 30º C, Umidade Relativa do Ar (URA) abaixo de 30%, Velocidade acima de 30km/h e Direção do Vento no município com atenção especial para a temperatura acima e repassá-los aos órgãos competentes como Secretaria de Meio Ambiente, Corpo de Bombeiros e Brigadas (PREVFogo e BRIVAC);
- Mapear áreas de risco e reincidentes de Incêndio Florestal (IF);
- Realizar levantamento de áreas suscetíveis aos IFs e com grande acúmulo de combustível florestal (acima de 3 anos sem queimar);
- Executar inspeções preventivas em regiões de conservação e de interesse estratégico;
- Realizar frequentemente monitoramento terrestre preventivo com veículos e equipe de resposta, durante o período crítico nos meses que se estende de Julho à Novembro nas áreas com maior incidência de incêndios, podendo o Coordenador Municipal de Defesa Civil solicitar os parceiros locais como Prevfogo/IBAMA e a BRIVAC para responder aos acionamentos recebidos durante este período. A BRIVAC já realiza constante monitoramento através Inpe, Firms Nasa e Sistema de Alertas do Suindara.
- Oficializar a Secretaria Municipal de Saúde sobre casos notificados por ingestão de fumaça oriundos de IFs para futuros registros e relatórios de impacto;
  a) Evitar a realização de exercícios físicos ao ar livre entre as 11h00 e 15h00;
  b) Buscar manter o ambiente umidificado por meio de vaporizadores, toalhas molhadas, recipientes com água, etc.;
  c) Priorizar locais protegidos do sol, como por exemplo, em áreas verdes (vegetadas);
  d) Consumir água à vontade;
  e) Divulgar os contatos para acionar as autoridades competentes em situações de emergência, tais como a COMPDEC, Corpo de Bombeiros e Brigadas.

- Divisão das áreas de atribuição em gestão Federal, Estadual e Municipal:

  Federal: Coordenação Estadual do PREVFogo/IBAMA – Responsáveis pelo território Quilombo Kalunga, Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e RPPNs (Reserva Particular do Patrimônio Natural).

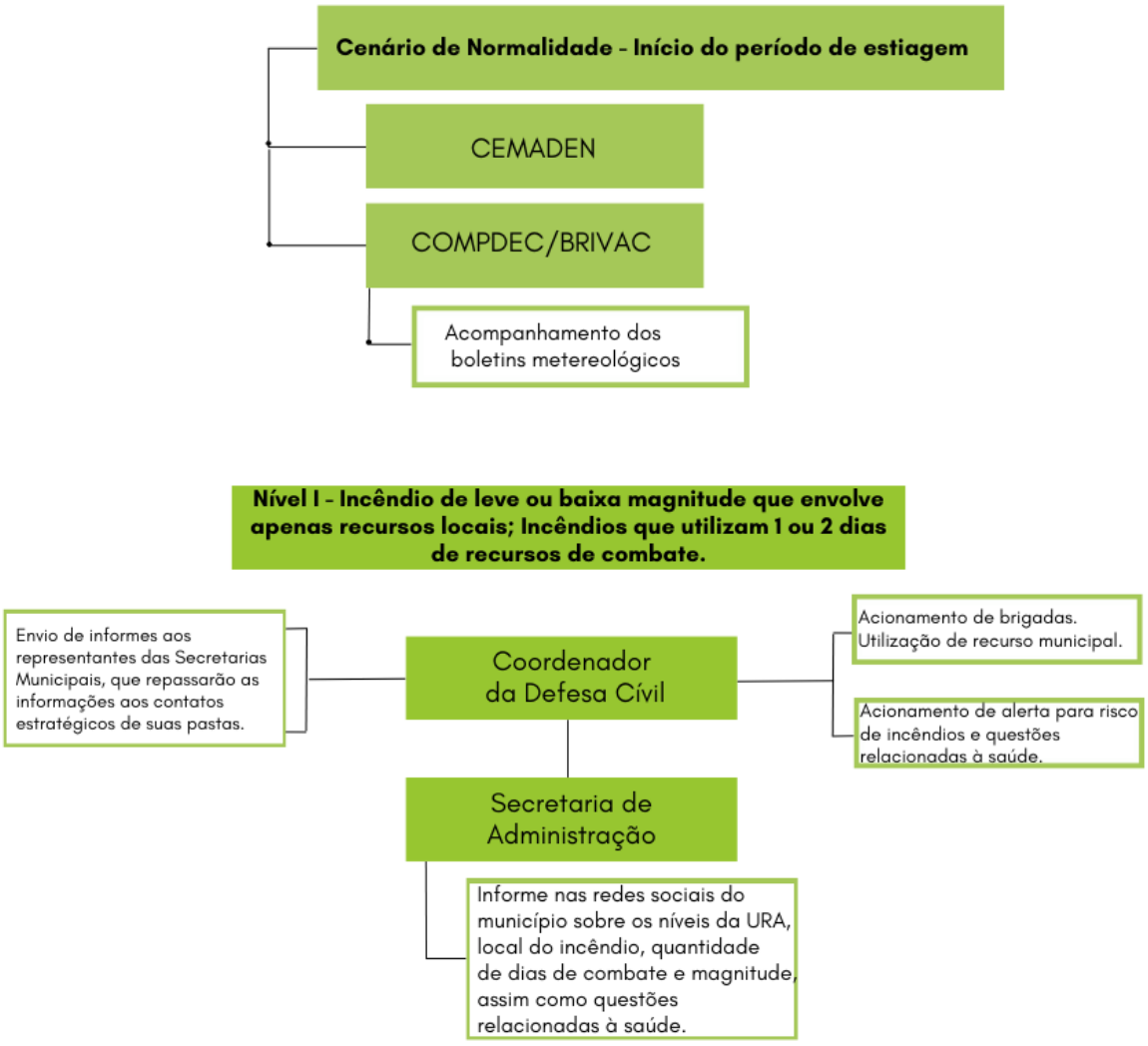
  Estadual: Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), Corpo de Bombeiros (CBMGO) – Responsável pelas Unidades de Conservação, como a APA Pouso Alto.

  Municipal: BRIVAC – Apoio a todas as instituições Federais e Estaduais e ao Município de Cavalcante, com prevenção e combate aos incêndios florestais em toda as esferas, tendo sempre que conferir disponibilidade em sua agenda para cumprimento de possíveis demandas.

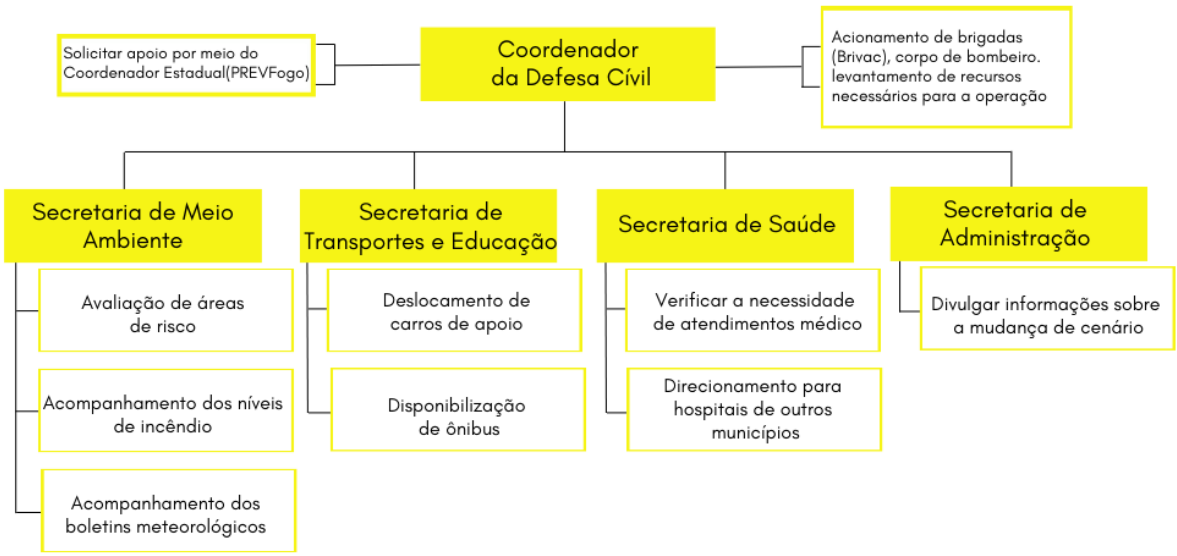
NÍVEL	CARACTERIZAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS
Nível I	**Incêndio de leve ou baixa magnitude que envolve apenas recursos locais (Sem necessidade de recursos externos - Estadual ou Federal);**	**Durante o acionamento (CBMGO, Prevfogo/IBAMA, BRIVAC e ICMBio)** • Realizar a operação de combate e fazer o 1º ataque; • Utilização de recurso local; • Incêndios com recursos de combate utilizados em 1 ou 2 dias; **Procedimento Padrão:** • Os responsáveis por realizar as inspeções em campo devem divulgar os dados obtidos para a COMPDEC, para que assim a coordenadoria possa realizar alterações de nível, caso sejam necessárias.
Nível II	**Incêndio de leve ou média magnitude que demanda apoio de outras brigadas, recurso estadual, porém, dentro do mesmo estado.**	**Durante o acionamento (CBMGO, Prevfogo/IBAMA, BRIVAC e ICMBio)** • Dar prosseguimento a operação de combate do nível I; • No acionamento da troca do nível I para o nível II é necessário estabelecer o Sistema de Comando de Incidentes (SCI), e montar posto de comando; • Solicitar apoio estadual por meio do Coordenador Estadual (PREVFogo); • Incêndios com recursos de combate utilizados de 02 a 03 dias**;** **Procedimento Padrão:** • Proceder à totalidade dos itens estabelecidos para o **Nível I** • Os responsáveis por realizar as inspeções em campo devem divulgar os dados obtidos para a COMPDEC, para que assim a coordenadoria possa realizar alterações de nível, caso sejam necessárias. • Veicular, através dos canais de comunicação estabelecidos, avisos à população - Ideal que seja via Oficial de Informação Pública OIP, para entrevistas e divulgação de situação;

NÍVEL	CARACTERIZAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS
Nível III	**Incêndio de alta magnitude que demanda recursos de outros estados, ou recursos federais. No caso de acionamento externo o Combate deverá ser caracterizado como ampliado e deverá ser autorizado pelo comando do incidente.** **(O comandante do incidente se definirá pela responsabilidade de sua área de atuação).**	**Durante o acionamento (CBMGO, Prevfogo/IBAMA, BRIVAC e ICMBio)** • Incêndios que ultrapassem 3 dias de recursos utilizados no combate; • Dar prosseguimento a operação de combate do nível II; • Solicitar apoio estadual ou federal por meio do Coordenador Estadual (Prevfogo/IBAMA) quando os recursos atualmente disponíveis não forem suficientes para atender às necessidades da ocorrência, tanto em termos de materiais ou financeiros quanto de equipes para auxiliar no salvamento.

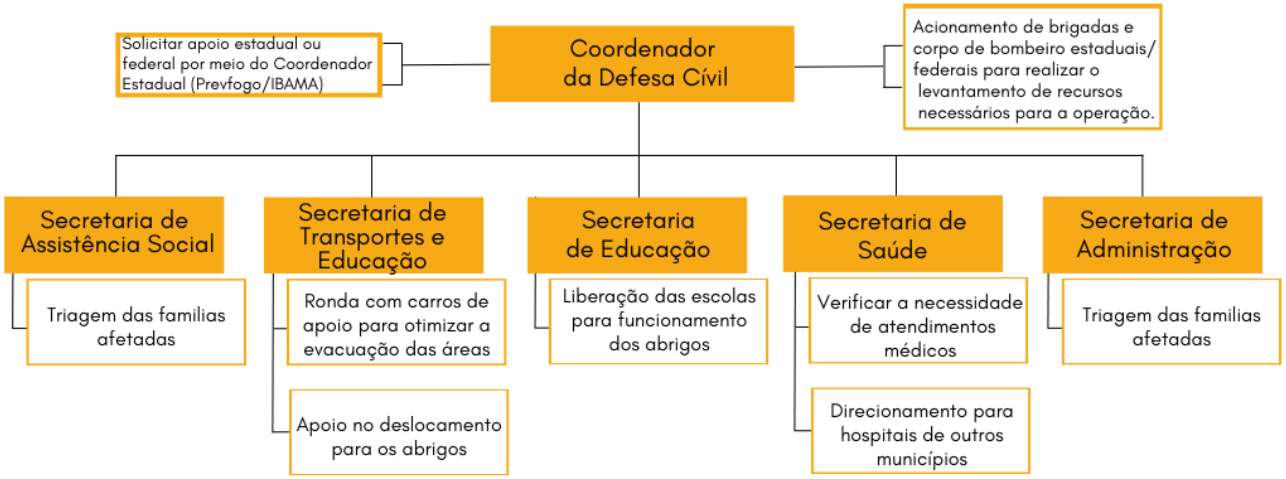
O fluxograma abaixo demonstra a comunicação e as notificações que devem ser feitas durante a evolução do cenário de risco de incêndio.

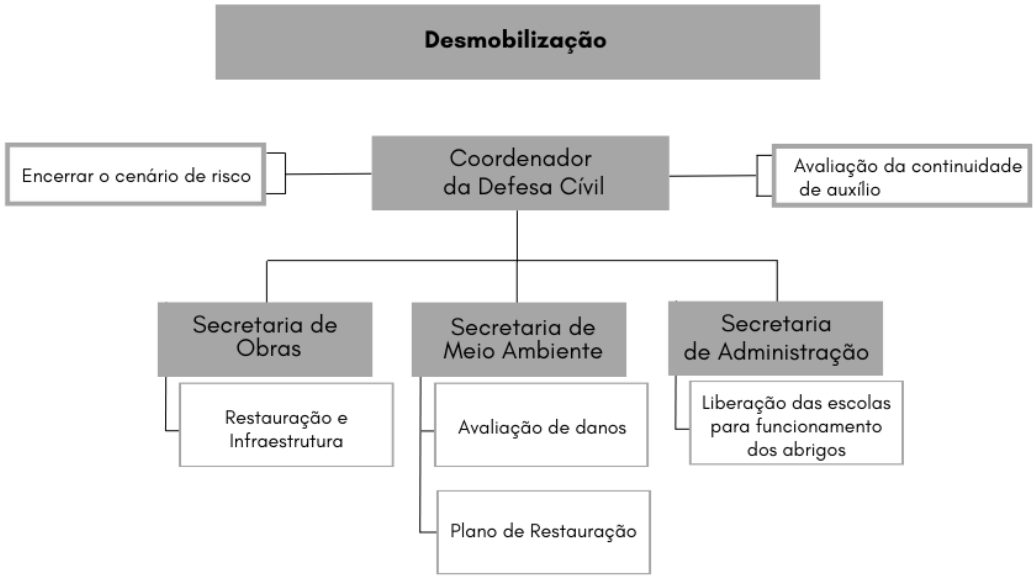


Nível II - Incêndio de baixa ou média magnitude que demanda apoio de outras brigadas, porém, dentro do mesmo estado; Incêndios que utilizam 2 a 3 dias de recursos de combate



Nível III - Incêndio de alta magnitude que demanda recursos estaduais e ou federais; Incêndios que utilizam 3 dias ou mais de recursos de combate





7.2.2 PESSOAS, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

A gestão eficaz do cenário de incêndios florestais no município de Cavalcante é uma responsabilidade que recai sobre os órgãos públicos dedicados a preservar a segurança e o bem-estar da população local. Nesse contexto, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), por intermédio do Programa de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (Prevfogo), emerge como um protagonista fundamental. Além ao combate a incêndios no período de seca (julho a novembro), o Prevfogo auxilia nas queimadas controladas, através da comunicação eficaz com os comunitários do município. De maneira complementar, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) direciona seus esforços com ênfase no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e nas áreas circunvizinhas.

Além dos órgãos oficiais, as Brigadas Voluntárias, como a BRIVAC, a Rede Contra Fogo e a Brigada de São Jorge em Alto Paraíso, contribuem significativamente para o combate aos incêndios ocorridos no município. O Corpo de Bombeiros, estabelecido a 130 km, em Campos Belos, desloca uma equipe para Cavalcante durante o período de seca, reforçando a resposta a incidentes.

RELAÇÃO DAS PESSOAS, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS		
Nome	**Organização/Função**	**Contatos**
Charles Pereira Pinto - supervisor/João Gabriel Santos - supervisor/Lucas Alves - supervisor	Prevfogo	Charles - (61) 99869-1945/João Gabriel - (62) 99643-0472/ Lucas - (62) 99643-0472
Nayara - diretora do PNCV	ICMBio	Nayara - (67) 98154-1900
Rafael Drumont - presidente/João Ribas - vice presidente/Maurício Bollinger - tesoureiro	BRIVAC	Rafael - (62) 98947-5482/João - (61) 99917-6881/Maurício - (62) 999668-1065
Cida – presidente da associação/ Moises - presidente da associação	Brigadas comunitárias Vão dos Órfãos (Assentamento Rio Bonito) e Povoado São Domingos	Cida - (62) 99656-0586/Moises - (62) 99699-1535
Pablo - coordenador regional Defesa Civil	Corpo de Bombeiros	(62) 99267-1285
Ricardo Galvão - coordenador/Heloíse Malta - técnica /Selma - secretária/ João Ribas - operação	Defesa Civil	Ricardo - (62) 99656-3758/Heloíse - (61) 99652-8575/Selma - (62) 99835-6969/João - (61) 99917-6881
Carolina Magalhães - secretária de administração/Danilo Ferreira - chefe de Gabinete	Prefeitura Municipal de Cavalcante	Carolina - (62) 99913-7022/Danilo - (62) 99825-3760
João Ribas - secretário	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	(61) 99917-6881
Eucilene Souza - secretária	Secretaria Municipal de Saúde	(62) 99802-1924
Luceni Dos Santos Rosa - secretária	Secretaria Municipal de Assistência Social	(62) 99984-5944

7.2.3. CADASTRO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APOIO E EMPENHO

CADASTRO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APOIO E EMPENHO			
Identificação do recurso	**Responsável / Operador**	**Quantidade disponível – Por Instituição**	**Contatos**
ABTF - caminhão pipa	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo)	1	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946
Viatura; caminhão marruá	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo); João Ribas, Maurício e Rafael (BRIVAC)	4 (Prevfogo); 1 (BRIVAC)	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946; João - (61) 99917-6881, Maurício - (62) 999668-1065 e Rafael - (62) 98947-5482
UTV/ATV - buggy	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo);	5	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946
Soprador	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo); João Ribas, Maurício e Rafael (BRIVAC)	15 (Prevfogo); 10 (BRIVAC)	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946; João - (61) 99917-6881, Maurício - (62) 999668-1065 e Rafael - (62) 98947-5482
Motosserra	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo); João Ribas, Maurício e Rafael (BRIVAC)	9 (Prevfogo); 1 (BRIVAC)	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946; João - (61) 99917-6881, Maurício - (62) 999668-1065 e Rafael - (62) 98947-5482
Moto bomba	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo);	3	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946
Roçadeira motorizada	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo); João Ribas, Maurício e Rafael (BRIVAC)	3 (Prevfogo); 1 (BRIVAC)	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946; João - (61) 99917-6881, Maurício - (62) 999668-1065 e Rafael - (62) 98947-5482
Bomba costal flexível	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo); João Ribas, Maurício e Rafael (BRIVAC)	10 (Prevfogo); 5 (BRIVAC)	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946; João - (61) 99917-

CADASTRO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APOIO E EMPENHO			
Identificação do recurso	**Responsável / Operador**	**Quantidade disponível – Por Instituição**	**Contatos**
			6881, Maurício - (62) 999668-1065 e Rafael - (62) 98947-5482
Pinga fogo	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo); João Ribas, Maurício e Rafael (BRIVAC)	12 (Prevfogo); 2 (BRIVAC)	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946; João - (61) 99917-6881, Maurício - (62) 999668-1065 e Rafael - (62) 98947-5482
Enxadas	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo); João Ribas, Maurício e Rafael (BRIVAC)	25 (Prevfogo); 5 (BRIVAC)	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946; João - (61) 99917-6881, Maurício - (62) 999668-1065 e Rafael - (62) 98947-5482
Enxadão	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo); João Ribas, Maurício e Rafael (BRIVAC)	10 (Prevfogo); 1 (BRIVAC)	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946; João - (61) 99917-6881, Maurício - (62) 999668-1065 e Rafael - (62) 98947-5482
Foice	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo); João Ribas, Maurício e Rafael (BRIVAC)	12 (Prevfogo); 1 (BRIVAC)	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946
Mackload	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo)	8	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946
Pulaski	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo)	5	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946; João - (61) 99917-6881, Maurício - (62) 999668-1065 e Rafael - (62) 98947-5482
Pá	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo); João Ribas, Maurício e Rafael (BRIVAC)	12 (Prevfogo); 2 (BRIVAC)	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946; João - (61) 99917-6881, Maurício - (62) 999668-1065 e Rafael - (62) 98947-5482

CADASTRO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APOIO E EMPENHO			
Identificação do recurso	**Responsável / Operador**	**Quantidade disponível – Por Instituição**	**Contatos**
Facão	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo); João Ribas, Maurício e Rafael (BRIVAC)	70 (Prevfogo); 10 (BRIVAC)	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946
Gerador	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo)	2	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946; João - (61) 99917-6881, Maurício - (62) 999668-1065 e Rafael - (62) 98947-5482
EPI	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo); João Ribas, Maurício e Rafael (BRIVAC)	70 (Prevfogo); 20 (BRIVAC)	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946; João - (61) 99917-6881, Maurício - (62) 999668-1065 e Rafael - (62) 98947-5482
Rádio comunicador	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo); João Ribas, Maurício e Rafael (BRIVAC)	12 (Prevfogo); 10 (BRIVAC)	-

7.2.4 IDENTIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES		
Área	**Instalação**	**Localização**
Área laranja - Gracia, Vão dos Órfãos (Assentamento Rio Bonito), São Domingos, Chapada	**Posto de Comando**	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Área de espera	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Abrigo 1 - Gracia (não tem escola em Gracia)	Escola Municipal Joselina Francisco Maia (Engenho II)
	Abrigo 2 - Vão dos Órfãos (Assentamento Rio Bonito)	Escola Municipal Órfãos

IDENTIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES		
Área	**Instalação**	**Localização**
	Abrigo 3 - Chapada	Escola Municipal Joselina Francisco Maia (Engenho II)
	Abrigo 4 - São Domingos	Escola Municipal Vereador Anedino de Deus Coutinho
	Ponto de encontro 1	Escola Municipal Joselina Francisco Maia (Engenho II)
	Ponto de encontro 2	Escola Municipal Órfãos
	Ponto de encontro 3	Escola Municipal Joselina Francisco Maia (Engenho II)
	Ponto de encontro 4	Escola Municipal Vereador Anedino de Deus Coutinho
	Acampamento/Base	Escolas/capelas ou residências particulares
	Heliponto/helibase	Área aberta mais próxima - não possui heliponto pré-estabelecido
Área azul - Área de Amortecimento do PNCV (fazendas particulares e povoados)	**Posto de Comando**	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Área de espera	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Abrigo 1 - Povoado do Rio Preto	Escola Municipal Rio Preto
	Abrigo 2 - Povoado Capela	Escola Municipal Planalto
	Ponto de encontro 1	Escola Municipal Rio Preto
	Ponto de encontro 2	Escola Municipal Planalto
	Acampamento/Base	Escolas/capelas ou residências particulares
	Heliponto/helibase	Área aberta mais próxima - não possui heliponto pré-estabelecido
Área Verde - Catingueiro (fazendas particulares)	**Posto de Comando**	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Área de espera	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Abrigo 1 - Catingueiro (não tem escola)	Escola Municipal Rural Planalto (Povoado Vermelho)
	Ponto de encontro 1	Escola Municipal Rural Planalto (Povoado Vermelho)
	Acampamento/Base	Escolas/capelas ou residências particulares
	Heliponto/helibase	Área aberta mais próxima - não possui heliponto pré-estabelecido
Área Rosa - Rocinha, Povoado Vermelho	**Posto de Comando**	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Área de espera	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Abrigo 1 - Rocinha (não tem escola)	Escola Municipal Rural Planalto (Povoado Vermelho)
	Abrigo 2 - Povoado Vermelho	Escola Municipal Rural Planalto

IDENTIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES		
Área	**Instalação**	**Localização**
	Abrigo 3 - Traíra	Escola Municipal Traíras
	Ponto de encontro 1	Escola Municipal Rural Planalto
	Ponto de encontro 2	Escola Municipal Rural Planalto
	Ponto de encontro 3	Escola Municipal Traíras
	Acampamento/Base	Escolas/capelas ou residências particulares
	Heliponto/helibase	Área aberta mais próxima - não possui heliponto pré-estabelecido
Área Verde Escuro- São José e Prata	**Posto de Comando**	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Área de espera	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Abrigo 1 - São José	Escola Municipal João de Deus Coutinho
	Abrigo 2 - Prata	Escola Municipal Santo Antônio
	Ponto de encontro 1	Escola Municipal João de Deus Coutinho
	Ponto de encontro 2	Escola Municipal Santo Antônio
	Acampamento/Base	Escolas/capelas ou residências particulares
	Heliponto/helibase	Área aberta mais próxima - não possui heliponto pré-estabelecido
ÁREA QUILOMBO KALUNGA		
Área 1 - Quilombo-Engenho	**Posto de Comando**	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Área de espera	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Abrigo 1 - Engenho (não tem escola)	Escola Municipal Joselina Francisco Maia (Engenho II)
	Ponto de encontro 1	Escola Municipal Joselina Francisco Maia (Engenho II)
	Acampamento/Base	Escolas/capelas ou residências particulares
	Heliponto/helibase	Área aberta mais próxima - não possui heliponto pré-estabelecido
Área 2 - Quilombo - Santo Antônio, Congonhas, Salinas, Corrente, Maiadinha e Capela do Vão do Moleque	**Posto de Comando**	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Área de espera	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Abrigo 1 - Santo Antônio	Escola Municipal Santo Antônio
	Abrigo 2 - Congonhas	Escola Municipal Congonhas
	Abrigo 3 - Capela de Salinas	Escola Municipal de Salinas
	Abrigo 4 - Salinas	Escola Municipal de Salinas
	Abrigo 5 - Corrente	Escola Municipal de Corrente
	Abrigo 6 - Maiadinha	Escola Municipal José Cabral de Araújo

IDENTIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES		
Área	**Instalação**	**Localização**
	Abrigo 7 - Capela do Vão do Moleque	Escola Municipal Capela do Vão do Moleque
	Ponto de encontro 1	Escola Municipal Santo Antônio
	Ponto de encontro 2	Escola Municipal Congonhas
	Ponto de encontro 3	Escola Municipal de Salinas
	Ponto de encontro 4	Escola Municipal de Salinas
	Ponto de encontro 5	Escola Municipal de Corrente
	Ponto de encontro 6	Escola Municipal José Cabral de Araújo
	Ponto de encontro 7	Escola Municipal Capela do Vão do Moleque
	Acampamento/Base	Escolas/capelas ou residências particulares
	Heliponto/helibase	Área aberta mais próxima - não possui heliponto pré-estabelecido
Área 3 - Quilombo - Vão de Almas	**Posto de Comando**	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Área de espera	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Abrigo 1 - Vão de Almas	Escola Municipal Córrego da Serra
	Abrigo 2 - Vão de Almas	Escola Municipal Cocos
	Abrigo 3 - Vão de Almas	Escola Municipal Santo Antônio
	Abrigo 4 - Vão de Almas	Escola Municipal Dona Joana Pereira das Virgens
	Ponto de encontro 1	Escola Municipal Córrego da Serra
	Ponto de encontro 2	Escola Municipal Cocos
	Ponto de encontro 3	Escola Municipal Santo Antônio
	Ponto de encontro 4	Escola Municipal Dona Joana Pereira das Virgens
	Acampamento/Base	Escolas/capelas ou residências particulares
	Heliponto/helibase	Área aberta mais próxima - não possui heliponto pré-estabelecido

7.3 PLANO DE AÇÃO DE ENFRENTAMENTO – RESPOSTAS A INCÊNDIOS FLORESTAIS

7.3.1 IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS E DO MECANISMO DE ACIONAMENTO DO PLANO DE RESPOSTA

‘ IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL E DO MECANISMO DE ACIONAMENTO DO PLANO DE RESPOSTA	
Mecanismo de acionamento	**Responsável**
Ligação telefônica e WhatsApp	Ricardo Galvão - Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil

‘ IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL E DO MECANISMO DE ACIONAMENTO DO PLANO DE RESPOSTA	
Mecanismo de acionamento	**Responsável**
Ligação telefônica	Charles - Supervisor do Prevfogo
Ligação telefônica	Rafael Drumont - Presidente da BRIVAC
Ligação telefônica	Carolina Magalhães - Secretaria Municipal de Administração
Ligação telefônica	Danilo Ferreira - Chefe de Gabinete
Ligação telefônica	João Ribas - Secretário de Meio Ambiente

7.3.2 INDICAÇÃO DO MECANISMO DE MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (SISTEMA DE ALARME E ALERTA)

A implementação de uma comunicação eficaz sobre os riscos é um aspecto crucial na gestão de situações críticas. Nesse contexto, é fundamental os diversos canais para assegurar que a informação alcance amplamente a população. Tanto nas áreas rurais, urbanas e na comunidade quilombola, a utilização do WhatsApp e ligações telefônicas se apresentam como ferramentas acessíveis e eficientes para alertar os residentes.

Em ambientes urbanos, a escolha estratégica de carros de som emerge como uma opção, proporcionando uma cobertura de disseminação de informações importantes. Paralelamente, a rede social da Prefeitura de Cavalcante e a atuação dos agentes de saúde se revelam essenciais na condução da comunicação nas zonas rural e urbana e na comunidade quilombola, estabelecendo um contato direto com os moradores.

Na zona urbana, o Museu do Fogo e os painéis informativos, posicionados na base de apoio durante os incidentes, desempenham papéis cruciais como centros de informações. Ao se tornarem pontos de referência para divulgação, essas estruturas contribuem para consolidar a compreensão da população sobre os riscos presentes e as medidas necessárias em caso de risco, promovendo, assim, uma resposta eficaz diante de eventos adversos.

INDICAÇÃO DO MECANISMO DE MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (SISTEMA DE ALARME E ALERTA)		
Mecanismo de alerta e alarme	**Responsável**	**Como fazer**
WhatsApp (zona urbana e rural)	Líderes comunitários	Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil transmite a mensagem para os líderes comunitários, e posteriormente este líder compartilha as informações por meio do grupo da comunidade.
Carro de som (zona urbana)	Licitação para contratação	Transitar com o veículo nos locais que poderão ser afetados pelo desastre, alertando a população sobre a possibilidade de incêndio.
Instagram - Rede Social da Prefeitura (zona urbana e rural)	Secretaria Municipal de Administração	A rede social serve como meio de prevenção e contenção, atuando na divulgação para potenciais incêndios devido ao cenário climático e de alerta para as áreas onde o desastre já ocorreu, com intuito de mobilizar a população próxima da área que estará em risco. A rede social serve também como meio de informações anti-queimadas. Será utilizado preferencialmente o áudio visual.
Comunicação porta a porta (zona rural)	Agentes de saúde e professores das escolas da zona rural	Atuam durante o risco. Em caso de propagação do fogo, comunicam os moradores das comunidades. São o ponto focal para receber ligações de emergência e comunicar à Defesa Civil. Avisam a comunidade sobre o risco de incêndios, atuam como veiculadores de informações de prevenção e disseminação dos contatos para serem acionados em caso da efetivação do cenário de risco

7.3.3 IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DE ENCONTRO E ROTAS DE FUGA

IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DE ENCONTRO E ROTAS DE FUGA		
Região	**Nome do ponto de encontro**	**Descrição da rota de fuga**
Gracia, Vão dos Órfãos (Assentamento Rio Bonito), São Domingos, Chapada	Ponto de encontro 1 - Escola Municipal Joselina Francisco Maia (Engenho II)	-
	Ponto de encontro 2 - Escola Municipal Órfãos	Rota 01: Inicio Trevo Engenho III, Siga na direção sudoeste por 13,1 km. Rota 02: Inicio Serra do Assentamento Siga na direção oeste por 2,0 km.
	Ponto de encontro 3 - Escola Municipal Joselina Francisco Maia (Engenho II)	-
	Ponto de encontro 4 - Escola Municipal Vereador Anedino de Deus Coutinho	-
Área de Amortecimento do PNCV (fazendas particulares e povoados)	Ponto de encontro 1 - Escola Municipal Rio Preto	-
	Ponto de encontro 2 - Escola Municipal Planalto	-
Catingueiro (fazendas particulares)	Ponto de encontro - Escola Municipal Rural Planalto (Povoado Vermelho)	-
Rocinha, Povoado Vermelho	Ponto de encontro 1 - Escola Municipal Rural Planalto	Ponto de saída Trevo Fazenda Água Boa. Siga na direção noroeste por 12,8 km Continue em frente mais 8,5 km Vire à esquerda O destino estará à direita por mais 13,2 km
	Ponto de encontro 2 - Escola Municipal Rural Planalto	-
	Ponto de encontro 3 - Escola Municipal Traíras	-
São José e Prata	Ponto de encontro 1 - Escola Municipal João de Deus Coutinho	Inicio Trevo Morros/São José. Siga na direção sudoeste por 17,9 km Vire à direita por 200 m Vire à esquerda
	Ponto de encontro 2 - Escola Municipal Santo Antônio	-
QUILOMBO		
Engenho	Ponto de encontro - Escola Municipal Santo Antônio	-
Santo Antônio, Congonhas, Salinas, Corrente, Maiadinha e Capela do Vão do Moleque	Ponto de encontro 1 - Escola Municipal Santo Antônio	-
	Ponto de encontro 2 - Escola Municipal Congonhas	-
	Ponto de encontro 3 - Escola Municipal de Salinas	Início Trevo Vão Do Moleque/Salinas Siga na direção nordeste por 10 km

IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DE ENCONTRO E ROTAS DE FUGA		
Região	**Nome do ponto de encontro**	**Descrição da rota de fuga**
	Ponto de encontro 4 - Escola Municipal de Salinas	Início Trevo Vão Do Moleque/Salinas Siga na direção nordeste por 10 km
	Ponto de encontro 5 - Escola Municipal de Corrente	-
	Ponto de encontro 6 - Escola Municipal José Cabral de Araújo	-
	Ponto de encontro 7 - Escola Municipal Capela do Vão do Moleque	Início Região do Corrente Siga na direção sudeste por 15 km
Vão de Almas	Ponto de encontro 1 - Escola Municipal Córrego da Serra	Início no trevo da Ponto Rio Branco/Almas Siga na direção norte 7,5 km
	Ponto de encontro 2 - Escola Municipal Cocos	Sem condições de rota
	Ponto de encontro 3 - Escola Municipal Santo Antônio	Início Passagem do Rio Maquine. Siga na direção noroeste 7,4 km, continue em frente A Escola estará à esquerda 950 m.
	Ponto de encontro 4 - Escola Municipal Dona Joana Pereira das Virgens	Início Passagem do Rio Maquine Siga na direção leste por 8,3 km

7.4 PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (APÓS O DESASTRE)

PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (APÓS O DESASTRE)		
O que fazer	**Responsável**	**Quando fazer**
Instalação do Posto de Comando.	COMPDEC, prefeito e secretários municipais.	Imediatamente após o incidente.
Realizar os primeiros socorros em campo e encaminhamento ao hospital.	COMPDEC, Secretaria de Saúde, Corpo de Bombeiros.	Após instalação do Posto de Comando e deliberações do grupo de resposta ao desastre. Realizar os primeiros socorros em campo.
Triagem das pessoas afetadas pelo desastre e encaminhamento aos abrigos ou residências de parentes ou amigos (fora da área de risco). Os ônibus da frota municipal poderão ser utilizados.	COMPDEC, CRAS, Secretaria de Administração e de Transportes.	Tão logo as pessoas afetadas forem cadastradas.
Restabelecimento dos serviços essenciais (energia elétrica, água e telefonia).	COMPDEC, secretários municipais e responsáveis pelas	Assim que o cenário estiver controlado e for possível retomar esses serviços.

PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (APÓS O DESASTRE)		
O que fazer	**Responsável**	**Quando fazer**
	prestadoras de serviços.	
Definição dos locais e instalação de abrigos temporários.	COMPDEC, CRAS, Secretaria de Educação.	Após deliberação do comando unificado e providenciada a disponibilidade das instalações que servirão de abrigos.
Vistorias nas áreas afetadas.	COMPDEC, Secretaria de Obras e Corpo de Bombeiros.	Havendo disponibilidade e condições de segurança para as pessoas que procederão as vistorias.
Decretação de Situação de Emergência / Estado de Calamidade Pública (observar quesitos da Instrução Normativa 02/2016), se for o caso.	Prefeito, COMPDEC, Secretaria de Administração.	No caso de decretação, o prazo conforme legislação é de 15 dias a partir da data do desastre para eventos súbitos.
Desobstrução e recuperação de vias e obras de arte especiais (pontes, passarelas, etc).	Secretaria de Obras e Transportes.	Assim que haja segurança para a realização dos trabalhos e definição do melhor método a ser utilizado, evitando agravamento do cenário.
Recepção, triagem e distribuição de ajuda humanitária aos afetados.	COMPDEC, CRAS e voluntários.	A medida que as doações forem chegando, evitando acúmulo e perda e materiais perecíveis.
Retorno dos afetados para suas residências.	COMPDEC, CRAS e Secretaria de Transportes.	Procedidas as vistorias, as moradias que não forem classificadas em risco e tiverem condições de habitação.
Desmobilização do Posto de Comando e abrigos.	COMPDEC, prefeito e secretários municipais.	Após o restabelecimento dos serviços essenciais e condições de segurança dos locais afetados.
Encaminhar famílias desalojadas.	COMPDEC e CRAS	Direcionar as famílias desalojadas para projetos sociais para recuperação da moradia

8. CENÁRIO DE RISCO – ENXURRADAS, INUNDAÇÕES E ENCHENTES

Atualmente, Cavalcante tem enfrentado desafios recorrentes relacionados às inundações provocadas pelas intensas chuvas que isolam a região. Ocorrências recentes evidenciam os impactos significativos na zona rural, na comunidade quilombola e na zona urbana, demandando ações emergenciais por parte das autoridades locais.

De acordo com o histórico de inundações, enxurradas e alagamentos na região, praticamente em todas as instâncias de chuvas na cidade, diversas áreas são impactadas, chegando a paralisar a rotina dos moradores e o comércio local por vários dias. Esses eventos têm se revelado como um desafio recorrente, trazendo consigo consequências significativas para a população.

Na zona rural, as enchentes além de afetarem residências, também danificam as lavouras, gerando perdas materiais expressivas aos fazendeiros locais. Além da necessidade de interdição de estradas e a inacessibilidade da balsa, o que dificulta ainda mais a mobilidade dos moradores.

Na zona urbana, a intensidade das chuvas impossibilita a circulação em várias ruas, invadindo algumas residências e resultando no desabamento de casas em áreas críticas. Ainda, as pontes que atravessam os rios que cortam o município sofrem danos consideráveis, comprometendo a infraestrutura viária e isolando diversas famílias.

8.1 CONSTRUÇÃO DE CENÁRIO

CENÁRIO 02	
Ameaça	Enxurradas, inundação e enchentes
Risco	Ruas e vias públicas ficam intransitáveis, dificultando o acesso da população e chegada de suprimentos; casas afetadas ou destruídas; perda de bens materiais, danos a população, fauna e flora.
Hipótese Acidental	Alagamentos pontuais de áreas e vias públicas; bloqueio de vias públicas; inundações de edificações; desabamento de edificações públicas e privadas; destruição da flora; corte de energias em regiões afetadas; edificações e bairros ilhados e problemas com a distribuição de água.
Áreas de risco	Zona urbana: Cavalcantinho (setor Matias), Loteamento do Pino e Vila Morro Encantado. Zona rural: Comunidades Quilombolas (Prata, Salinas, Corrente, Vão do Moleque, Congonhas e Vão de Almas); Vão do Rio Claro e Povoado Vermelho.

2.2 DESDOBRAMENTOS EM FUNÇÃO DO CENÁRIO

- ❖ Ocorrência de inundações pontuais podendo acontecer isoladas ou em várias áreas de risco ao mesmo tempo.
- ❖ Necessidade de retirada emergencial das pessoas que estiverem nas áreas de risco ou afetadas, segundo as classificações de risco Alto e Muito Alto, conforme levantamento prévio da prefeitura.
- ❖ Comprometimento das vias urbanas e vicinais do município pelas inundações.
- ❖ Danificação das pontes e bueiros (sistema de drenagem).
- ❖ As escolas municipais escolhidas como abrigo, terão as aulas paralisadas para acomodação da população que for retirada de suas residências.
- ❖ Se houver mais de 16 vítimas (Limite de atendimento local), será necessário apoio para transporte e recebimento delas em outras localidades para atendimento médico.
- ❖ Necessidade de resposta especializada para o salvamento das vítimas com o apoio de helicópteros.

2.3 Indicação dos danos e prejuízos estimados	
Prejuízo econômico privado:	R$ 2.525.000,00*
Prejuízo econômico público:	R$ 143.000,00*
Dano material:	R$ 3.677.500,00*
Dano humano:	3.855 pessoas

*** PROTOCOLO Nº GO-F-5205307-13214-20211225 – FIDE**

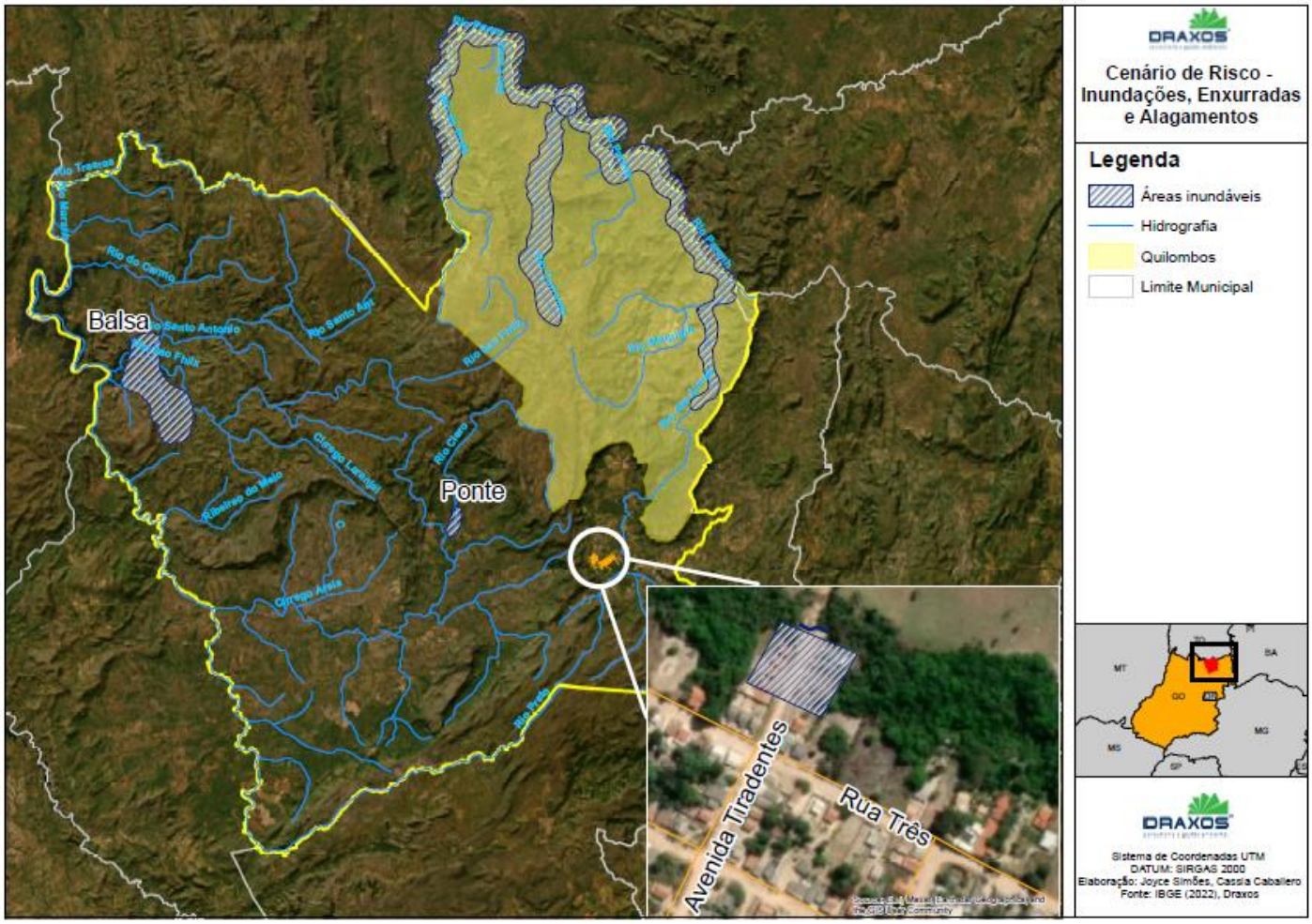


Figura 3 – Área de risco de inundação, enxurrada e alagamentos

8.2 MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO A INUNDAÇÕES, ENXURRADAS E ALAGAMENTOS

Diante do recorrente cenário de inundação por chuvas em Cavalcante, a gestão e de tais eventos emergenciais demandam a atuação de diversos órgãos públicos e entidades de apoio. Essas instituições desempenham papéis cruciais na mitigação dos impactos e na promoção da segurança e bem-estar da população afetada.

O Corpo de Bombeiros, com base em Campos Belos a aproximadamente 130 km de distância, é uma peça-chave nesse contexto, contribuindo com os resgates, assistência e apoio logístico. Apesar do Prevfogo e a BRIVAC serem especializados em prevenção e combate a incêndios florestais, eles também assumem uma função estratégica na

proteção das áreas afetadas, especialmente em situações em que as chuvas podem intensificar esse risco, auxiliando o Corpo de Bombeiros.

A Defesa Civil, por sua vez, é fundamental na coordenação das ações de resposta a desastres naturais. As Secretarias Municipais, como a de Saúde, Assistência Social, Transporte, Obras, Meio Ambiente e Administração, atuam em conjunto para garantir a assistência humanitária, a mobilidade dos moradores, e a reconstrução das áreas afetadas.

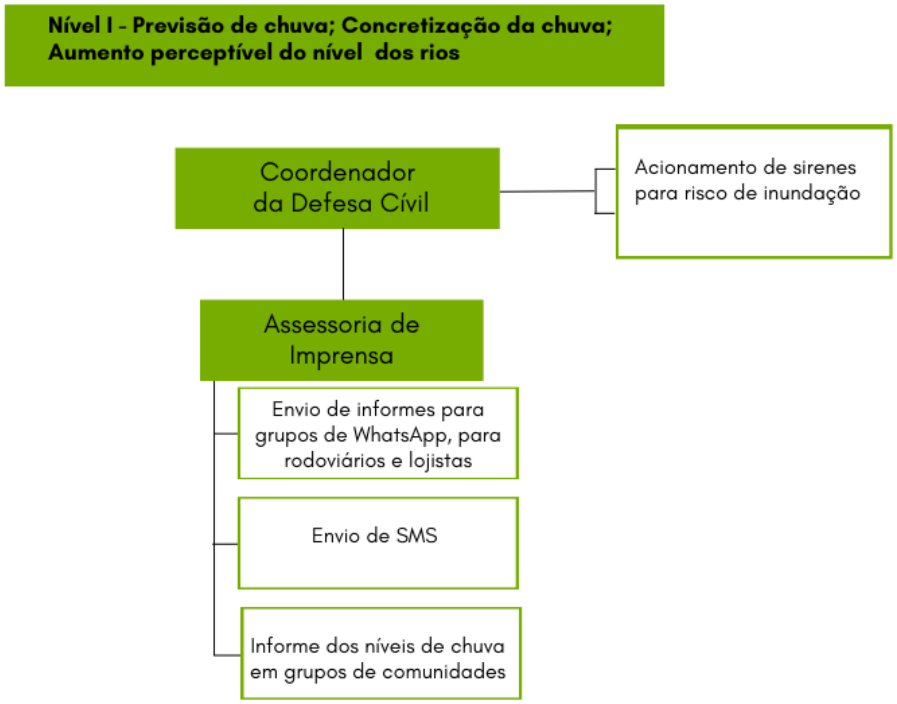
No âmbito estadual, o Governo de Goiás desempenha um papel significativo através da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (GOINFRA) e da Organização dos Voluntariados de Goiás (OVG), proporcionando suporte estrutural e de voluntariado, respectivamente. O Ministério Público também tem o papel de assegurar o cumprimento das leis e a proteção dos direitos da população em situações de emergência.

8.2.1 GATILHOS PARA OS CENÁRIOS ENXURRADAS, INUNDAÇÕES E ENCHENTES.

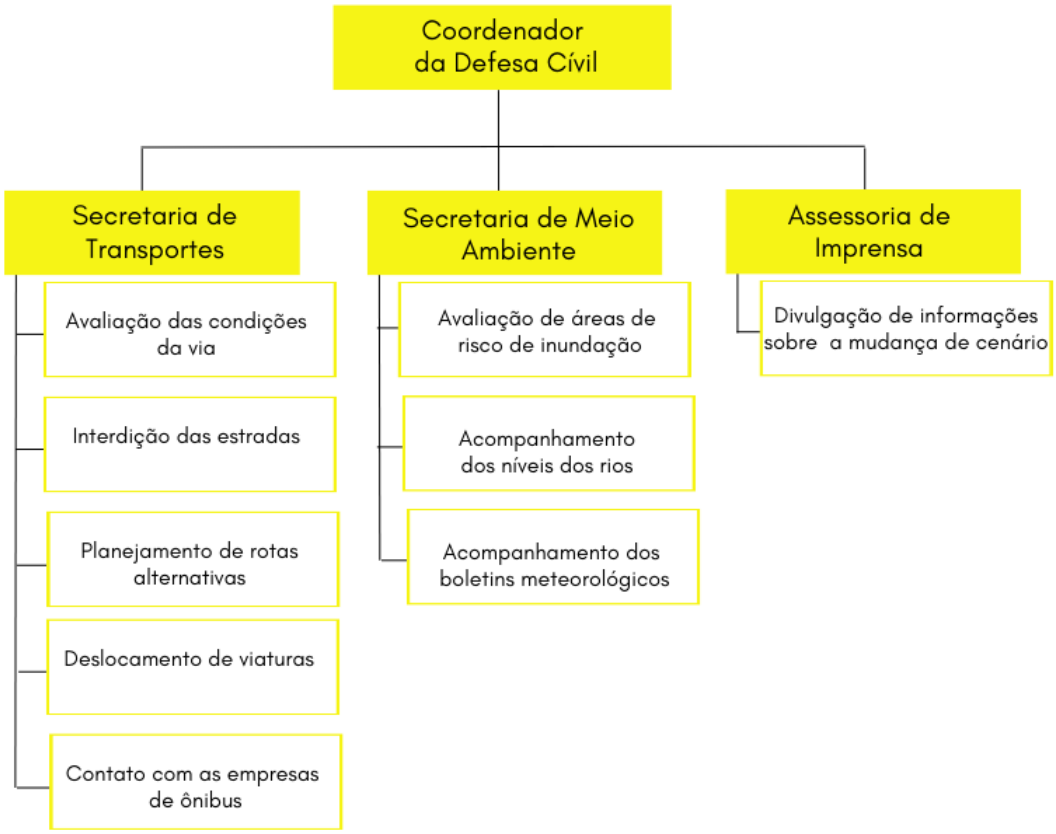
NÍVEL	CARACTERIZAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS
Nível I	Pluviosidade até 50 mm em 24 horas.	Sem chuvas ou chuvas fracas. Nível dos rios normais. O Centro de Operações da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Ações Voluntárias permanecem monitorando as condições meteorológicas
Nível II	Pluviosidade até 100 mm em 24 horas.	Previsão de ocorrência de chuvas moderadas a fortes. As agências municipais ficam atentas quanto a possibilidade de serem acionadas. Todas as providências de ordem preventiva, relativa ao pessoal e ao material, e impostas pelas circunstâncias decorrentes da situação, são tomadas pelos representantes do poder público, logo que a organização receba a ordem de sobreaviso. As pessoas envolvidas na emergência permanecem em seu local de trabalho ou em suas residências, mas, neste caso, em estreita ligação com a organização e em condições de poder deslocar-se imediatamente para o local de trabalho, em caso de ordem ou qualquer eventualidade
Nível III	Pluviosidade de até 300 mm em 48 a 72 horas.	Registro de fortes chuvas. Subida do nível dos rios acima do normal. Os órgãos municipais e entidades participantes do plano ficam preparados para sair da sua base tão logo recebam ordem para desempenhar qualquer missão constante no Plano de Contingência.

Nível IV	Pluviosidade até 500 mm em 48 a 72 horas.	Continuação de chuvas intensas. Rios atingindo 80% do nível de transbordamento. Os órgãos municipais e entidades participantes do Plano ficam preparados, com todos os recursos necessários e em condições de deslocar-se e desempenhar as atividades conforme a planilha de responsabilidades, dentro do mais curto prazo. Estes serão acionados conforme a complexidade das ocorrências.

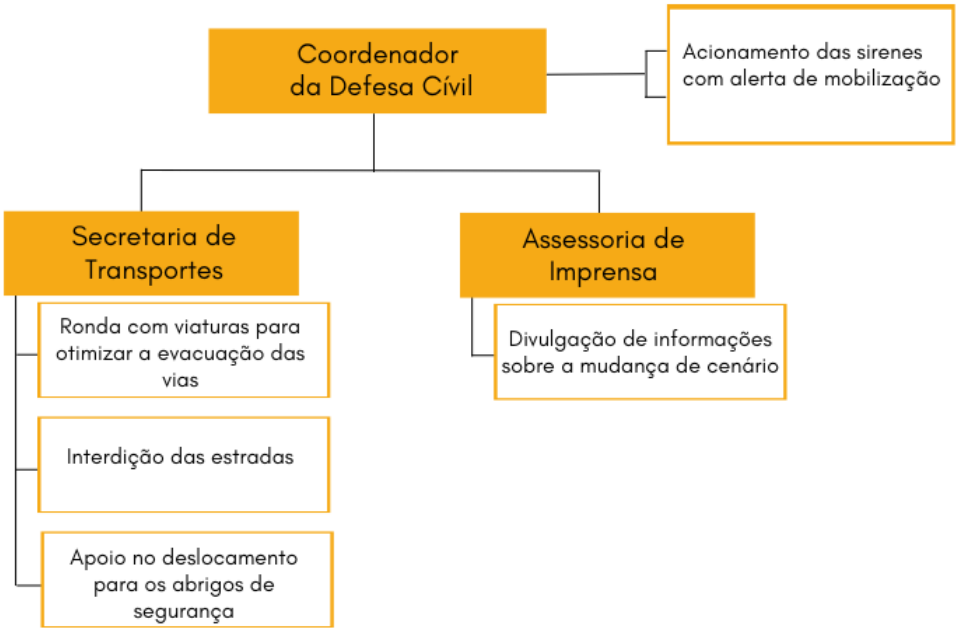
O fluxograma abaixo demonstra a comunicação e as notificações que devem ser feitas durante a evolução do cenário de risco de enxurradas, inundações e enchentes.



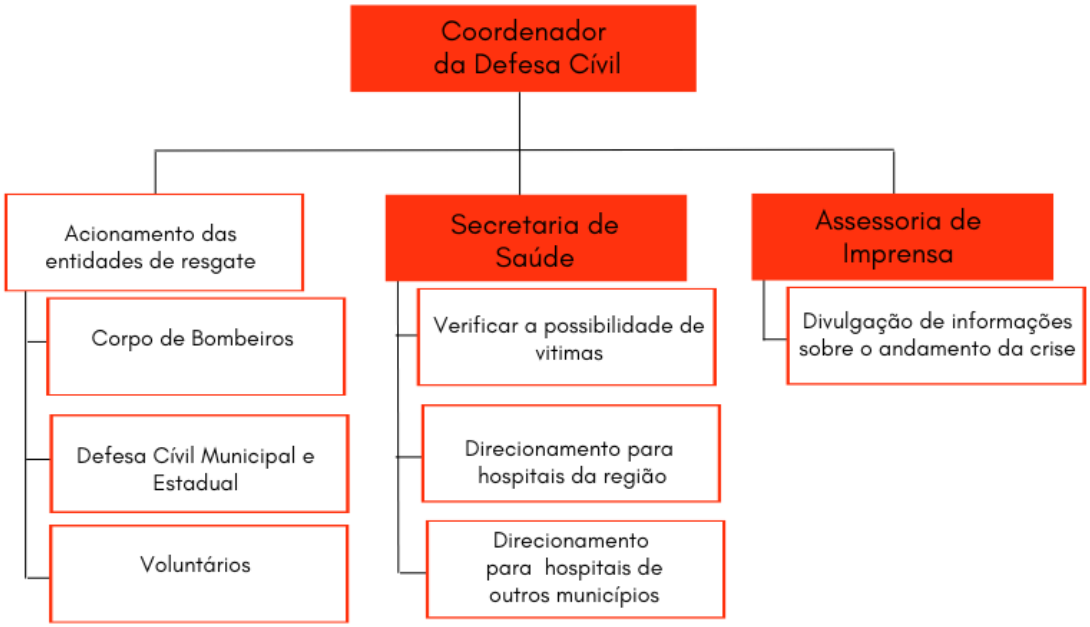
Nível II - Aumento expressivo do nível do rio; Aumento perceptível do nível dos rios



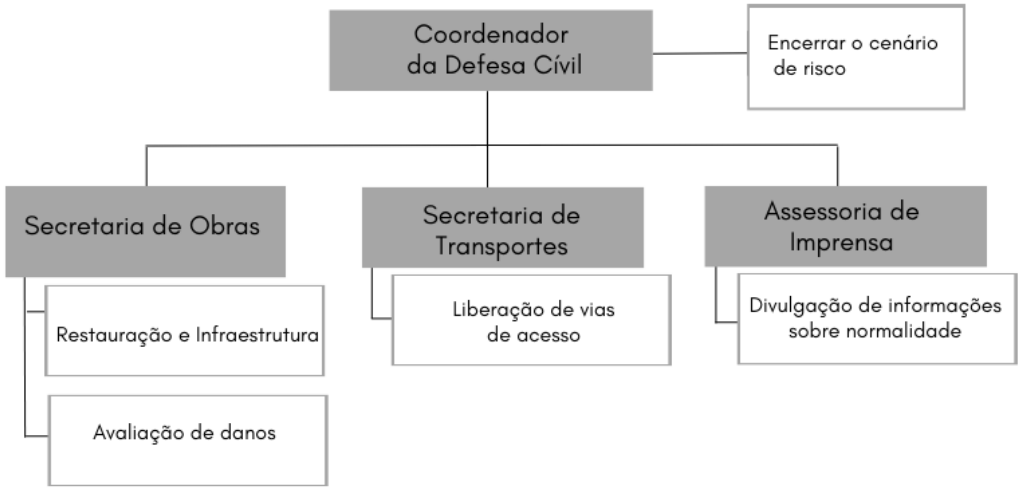
Nível III - Transbordamento dos rios



Nível IV -Tomada da rua pelo; nível d'água; Impossibilidade de fluxo; Possibilidade de vitimas



Desmobilização



8.2.2 RELAÇÃO DAS PESSOAS, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

RELAÇÃO DAS PESSOAS, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS		
Nome	**Organização/Função**	**Contatos**
João Ribas - secretário	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	(61) 99917-6881
Carolina Magalhães - secretária	Secretaria Municipal de Administração	(62) 99913-7022
Carolina Magalhães - secretária de administração/Danilo Ferreira - chefe de gabinete	Prefeitura Municipal de Cavalcante	Carolina - (62) 99913-7022/Danilo - (62) 99825-3760
Pablo - coordenador regional Defesa Civil	Corpo de Bombeiros	Pablo (62) 99267-1285
Charles Pereira Pinto - supervisor/João Gabriel Santos - supervisor/Lucas Alves - supervisor	Prevfogo	Charles - (61) 99869-1945/ João Gabriel - (62) 99643-0472/Lucas - (62) 99643-0472
Rafael Drumont - presidente/João Ribas - vice presidente/Maurício Bollinger - tesoureiro	BRIVAC	Rafael - (62) 98947-5482/João - (61) 99917-6881/Maurício - (62) 999668-1065
Ricardo Galvão - coordenador/Heloíse Malta - técnica /Selma - secretária/ João Ribas - operação	Defesa Civil	Ricardo - (62) 99656-3758/Heloíse - (61) 99652-8575/Selma - (62) 99835-6969/João - (61) 99917-6881
Eucilene Souza - secretária	Secretaria Municipal de Saúde	(62) 99802-1924
Luceni Dos Santos Rosa - secretária	Secretaria Municipal de Assistência Social	(62) 99984-5944
Joilson Ferreir da Silva - secretário	Secretaria Municipal de Transporte	(61) 99629-8020
Fernanda Faria - secretária/Josemilson Costa	Secretaria Municipal de Obras	Fernanda - (62) 99968-4980/Josemilson - (62) 99947-4836
Governo Estatual	Governo Estadual: Olivar - GOINFRA (Infraestrutura de Goiás) e OVG (Organização dos Voluntariados de Goiás)	Olivar - (62) 9924-5464 - GOINFRA
Ursula Catarina - promotora/João filho - assistente	Ministério Público	Ursula - (62) 99619-9833/João - (62) 99858-9669

8.2.3. CADASTRO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APOIO E EMPENHO

CADASTRO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APOIO E EMPENHO				
Identificação do recurso	**Responsável / Operador**	**Quantidade disponível**	**Contatos**	**OBS:**
Caminhão Caçamba	Denis Torres - coordenador de transporte; Elmar Aguiar - secretário; Danilo Ferreira - chefe de gabinete	4	Denis - (62) 99943-0078/Elmar - (61) 99600-8699/Danilo - (62) 99825-3760	3 em funcionamento
Retroescavadeira	Denis Torres - coordenador de transporte; Elmar Aguiar - secretário; Danilo Ferreira - chefe de gabinete	2	Denis - (62) 99943-0078/Elmar - (61) 99600-8699/Danilo - (62) 99825-3763	
Patrol Motoniveladora	Denis Torres - coordenador de transporte; Elmar Aguiar - secretário; Danilo Ferreira - chefe de gabinete	3	Denis - (62) 99943-0078/Elmar - (61) 99600-8699/Danilo - (62) 99825-3764	
Trator	Denis Torres - coordenador de transporte; Elmar Aguiar - secretário; Danilo Ferreira - chefe de gabinete	7	Denis - (62) 99943-0078/Elmar - (61) 99600-8699/Danilo - (62) 99825-3765	5 em funcionamento
Caminhão Pipa	Denis Torres - coordenador de transporte; Elmar Aguiar - secretário; Danilo Ferreira - chefe de gabinete	1	Denis - (62) 99943-0078/Elmar - (61) 99600-8699/Danilo - (62) 99825-3767	
Van	Denis Torres - coordenador de transporte; Elmar Aguiar - secretário; Danilo Ferreira - chefe de gabinete	2	Denis - (62) 99943-0078/Elmar - (61) 99600-8699/Danilo - (62) 99825-3769	
Micro-ônibus	Denis Torres - coordenador de transporte; Elmar Aguiar - secretário; Danilo Ferreira - chefe de gabinete	5	Denis - (62) 99943-0078/Elmar - (61) 99600-8699/Danilo - (62) 99825-3770	
Ambulância	Eucilene Souza - secretaria municipal de sáude	9	(62) 99802-1924	6 em pleno funcionamento
Veículos com tração 4x4	Denis Torres - coordenador de transporte; Elmar Aguiar - secretário; Danilo Ferreira - chefe de gabinete	7	Denis - (62) 99943-0078/Elmar - (61) 99600-8699/Danilo - (62) 99825-3770	
Barcos	Corpo de Bombeiros	-	-	Sujeito ao nível do cenário
Botes	Corpo de Bombeiros	-	-	Sujeito ao nível do cenário
Coletes Salva Vidas	Corpo de Bombeiros	-	-	Sujeito ao nível do cenário -

CADASTRO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APOIO E EMPENHO				
Identificação do recurso	**Responsável / Operador**	**Quantidade disponível**	**Contatos**	**OBS:**
Motoserras	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo); João Ribas, Maurício e Rafael (BRIVAC)	9; 1	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946; João - (61) 99917-6881, Maurício - (62) 999668-1065 e Rafael - (62) 98947-5482	
Gerador	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo)	2	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946	

8.2.4 IDENTIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

ZONA URBANA		
	Instalação	**Localização**
Cavalcantinho extensão (setor Matias e Loteamento do pino)	**Posto de Comando**	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Área de espera	Ginásio de Esporte José Leite Sobrinho, Rua 13
	Abrigo 1	Escola Estadual Elias Jorge Chein, Rua 2
	Abrigo 2	Escola Municipal Tia Cici, Rua 14
	Abrigo 3	Pré escolar Davi José Vidal, Rua 3
	Ponto de encontro 1	Escola Estadual Elias Jorge Chein, Rua 2
	Ponto de encontro 2	Escola Municipal Tia Cici, Rua 14
	Ponto de encontro 3	Pré escolar Davi José Vidal, Rua 3
	Acampamento/Base	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado ou Escola Municipal Tia Cici, Rua 14
	Heliponto/helibase	Estádio de Futebol Eduardo Coimbra Passos, Rua 19

ZONA URBANA		
	Instalação	**Localização**
Vila Morro Encantado	**Posto de Comando**	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Área de espera	Ginásio de Esporte José Leite Sobrinho, Rua 13
	Abrigo 1	Escola Municipal Morro Encantado, Rua 213 ou Av. São Paulo
	Ponto de encontro 1	Escola Municipal Morro Encantado, Rua 213 ou Av. São Paulo
	Acampamento/Base	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Heliponto/helibase	Estádio de Futebol Eduardo Coimbra Passos, Rua 19

ZONA RURAL		
	Instalação	**Localização**
Comunidade Vão de Almas	**Posto de Comando**	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Área de espera	Galpão comunitário
	Abrigo 1 - Vão de Almas	Escola Municipal Córrego da Serra
	Abrigo 2 - Vão de Almas	Escola Municipal Cocos
	Abrigo 3 - Vão de Almas	Escola Municipal Santo Antônio
	Abrigo 4 - Vão de Almas	Escola Municipal Dona Joana Pereira das Virgens
	Ponto de encontro 1	Escola Municipal Córrego da Serra
	Ponto de encontro 2	Escola Municipal Cocos
	Ponto de encontro 3	Escola Municipal Santo Antônio
	Ponto de encontro 4	Escola Municipal Dona Joana Pereira das Virgens
	Acampamento/Base	Escolas/capelas ou residências particulares
	Heliponto/helibase	Área aberta mais próxima - não possui heliponto pré-estabelecido
Comunidade Vão Moleque	**Posto de Comando**	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado

ZONA RURAL		
	Instalação	**Localização**
	Área de espera	Galpão comunitário
	Abrigo 1	Escola Municipal Capela do Vão do Moleque
	Ponto de encontro 1	Escola Municipal Capela do Vão do Moleque
	Acampamento/Base	Escolas/capelas ou residências particulares
	Heliponto/helibase	Área aberta mais próxima - não possui heliponto pré-estabelecido
Comunidade Engenho	**Posto de Comando**	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Área de espera	Galpão comunitário
	Abrigo 1 - Engenho (não tem escola)	Escola Municipal Joselina Francisco Maia (Engenho II)
	Ponto de encontro 1	Escola Municipal Joselina Francisco Maia (Engenho II)
	Acampamento/Base	Escolas/capelas ou residências particulares
	Heliponto/helibase	Área aberta mais próxima - não possui heliponto pré-estabelecido
Comunidade São José	**Posto de Comando**	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Área de espera	Galpão comunitário
	Abrigo 1 - São José	Escola Municipal João de Deus Coutinho
	Ponto de encontro 1	Escola Municipal João de Deus Coutinho
	Acampamento/Base	Escolas/capelas ou residências particulares
	Heliponto/helibase	Área aberta mais próxima - não possui heliponto pré-estabelecido
Comunidade Salinas	**Posto de Comando**	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Área de espera	Galpão comunitário
	Abrigo 1	Escola Municipal de Salinas
	Ponto de encontro 1	Escola Municipal de Salinas
	Acampamento/Base	Escolas/capelas ou residências particulares
	Heliponto/helibase	Área aberta mais próxima - não possui heliponto pré-estabelecido
Comunidade Vão da Capela	**Posto de Comando**	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Área de espera	Galpão comunitário

ZONA RURAL		
	Instalação	**Localização**
	Abrigo 1	Escola Municipal Capela do Córrego Fundo
	Ponto de encontro 1	Escola Municipal Capela do Córrego Fundo
	Acampamento/Base	Escolas/capelas ou residências particulares
	Heliponto/helibase	Área aberta mais próxima - não possui heliponto pré-estabelecido
Vão dos Órfãos (Assentamento Rio Bonito)	**Posto de Comando**	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Área de espera	Galpão comunitário
	Abrigo 1	Escola Municipal Órfãos
	Ponto de encontro 1	Escola Municipal Órfãos
	Acampamento/Base	Escolas/capelas ou residências particulares
	Heliponto/helibase	Área aberta mais próxima - não possui heliponto pré-estabelecido
Povoado Vermelho	**Posto de Comando**	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Área de espera	Galpão comunitário
	Abrigo 1	Escola Municipal Rural Planalto
	Ponto de encontro 1	Escola Municipal Rural Planalto
	Acampamento/Base	Escolas, capelas ou residência particular
	Heliponto/helibase	Campo de futebol no meio da vila

8.3 PLANO DE AÇÃO DE ENFRENTAMENTO – RESPOSTAS A INUNDAÇÕES

8.3.1 IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL E DO MECANISMO DE ACIONAMENTO DO PLANO DE RESPOSTA

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL E DO MECANISMO DE ACIONAMENTO DO PLANO DE RESPOSTA	
Mecanismo de acionamento	**Responsável**
Ligação telefônica e WhatsApp	Ricardo Galvão - Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil
Ligação telefônica	Carolina Magalhães - Secretaria Municipal de Administração
Ligação telefônica	Danilo Ferreira - Chefe de Gabinete

8.3.2 INDICAÇÃO DO MECANISMO DE MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (SISTEMA DE ALARME E ALERTA)

Comunicar o risco de inundações, enxurradas e enchentes é crucial para a segurança da população. Estratégias diversificadas incluem o uso de aplicativos como WhatsApp, que alcançam as áreas urbanas, rurais e a comunidade quilombola, e a realização de ligações telefônicas. O emprego de redes sociais é essencial para disseminar informações de forma rápida e abrangente. E-mails e ofícios podem ser empregados para oferecer apoio durante e após o evento, principalmente a agentes de saúde e líderes comunitários em áreas rurais.

Por fim, a estratégia da comunicação de porta em porta possibilita a conscientização da população sobre a importância de não construir próximo aos rios, evitando situações de risco recorrentes.

INDICAÇÃO DO MECANISMO DE MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (SISTEMA DE ALARME E ALERTA)		
Mecanismo de alerta e alarme	**Responsável**	**Como fazer**
WhatsApp (zona urbana e rural)	Líderes comunitários	Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil transmite para os líderes comunitários, e posteriormente este líder compartilha as informações por meio do grupo da comunidade.
Carro de som (zona urbana)	Licitação para contratação	Transitar com o veículo nos locais que poderão ser afetados pelo desastre, alertando a população sobre a possibilidade de inundação.
Instagram - Rede Social da Prefeitura (zona urbana e rural)	Secretaria Municipal de Administração	A rede social serve como meio de prevenção e contenção, atuando na divulgação para potenciais inundações devido ao cenário climático e de alerta, com intuito de mobilizar a população próxima da área que estará em risco. O Instagram serve também como meio de informações, sendo utilizado preferencialmente o áudio visual.
Comunicação porta a porta (zona rural)	Agentes de saúde e professores das escolas da zona rural	Atuam durante o risco. São o ponto focal para receber ligações de emergências e comunicar à Defesa Civil. Avisam a comunidade sobre o risco de inundações, atuam como veiculadores de informações de prevenção e disseminação dos contatos para serem acionados em caso da efetivação do cenário de risco.

8.3.3 IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DE ENCONTRO E ROTAS DE FUGA

IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DE ENCONTRO E ROTAS DE FUGA		
Região	**Nome do ponto de encontro**	**Descrição da rota de fuga**
Zona Urbana		
Cavalcantinho extensão (setor Matias e loteamento do pino)	Ponto de encontro 1 - Escola Estadual Elias Jorge Chein, Rua 2	Inicio Pino: Siga na direção oeste por 190 m Vire à esquerda por mais 450 m Vire à direita na R. Márcia Cristina 28 m Vire à esquerda na R. Dois A escola estará à esquerda
	Ponto de encontro 2 - Escola Municipal Tia Cici, Rua 14	Saída Engenho II. Siga na direção sul na GO-241 em direção à R. Zamenmof por mais 450 m Vire à esquerda na Av. Elías Jorge e a 300 m Vire à direita na Av. Tiradentes por mais 200 m Vire à esquerda na 2ª rua transversal para R. Três e pecorre a 350 m Vire à direita na R. Quatorze O destino estará à esquerda 70 m
	Ponto de encontro 3 - Escola Municipal Tia Cici, Rua 14	Rota 01 saída Colinas Do sul. Siga na direção norte na Beco Três em direção à R. do Rosário a 100 m Vire à direita na R. do Rosário mais 500 m Curva suave à esquerda na Av. Silvino Ferreira a 24 m Vire à esquerda na R. Um e 170 m Vire à direita na R. Quatorze a Escola estará à direita 120 m.
Vila Morro Encantado	Ponto de encontro 1 - Escola Municipal Morro Encantado, Rua 213 ou Av. São Paulo	Inicio Rua 231: Siga na direção sudeste na R. 231 em direção à R. Duzentos e Nove por mais 12 m Continue para R. Duzentos e Trinta e Dois e continua por 350 m Vire à

IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DE ENCONTRO E ROTAS DE FUGA		
Região	**Nome do ponto de encontro**	**Descrição da rota de fuga**
		direita na R. São Paulo por mais 240 m Vire à direita na R. Duzentos e Vinte e Oito e mais 34 m Vire à esquerda na R. Duzentos e Trinta e Oito pecorre por mais 160 m Vire à esquerda na R. Duzentos e Vinte e Cinco por mais 64 m Vire à direita na R. São Paulo e por amis 600 m Vire à esquerda na R. Duzentos e Treze e mais 32 m até a sede.
Zona Rural		
Comunidade Vão de Almas	Ponto de encontro 1 - Escola Municipal Córrego da Serra	Início no trevo da Ponto Rio Branco/Almas Siga na direção norte 7,5 km
	Ponto de encontro 2 - Escola Municipal Cocos	Sem condições de rota
	Ponto de encontro 3 - Escola Municipal Santo Antônio	Início Passagem do Rio Maquine. Siga na direção noroeste 7,4 km Continue em frente A Escola estará à esquerda 950 m
	Ponto de encontro 4 - Escola Municipal Dona Joana Pereira das Virgens	Início Passagem do Rio Maquine Siga na direção leste por 8,3 km
Comunidade Vão Moleque	Ponto de encontro - Escola Municipal Capela do Vão do Moleque	Início Região do Corrente Siga na direção sudeste por 15 km
Comunidade Engenho	Ponto de encontro - Escola Municipal Joselina Francisco Maia (Engenho II)	Início Trevo GO 241 São José/São Domingos. Siga na direção leste na GO-241 por 19,9 km Vire à esquerda por mais 5,6 km Continue para R. Principal por mais 1,1 km
Comunidade São José	Ponto de encontro - Escola Municipal João de Deus Coutinho	Inicio Trevo Morros/São José. Siga na direção sudoeste por

IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DE ENCONTRO E ROTAS DE FUGA		
Região	**Nome do ponto de encontro**	**Descrição da rota de fuga**
		17,9 km Vire à direita por 200 m Vire à esquerda
Comunidade Salinas	Ponto de encontro - Escola Municipal de Salinas	Início Trevo Vão Do Moleque/Salinas Siga na direção nordeste por 10 km
Comunidade Vão da Capela	Ponto de encontro - Escola Municipal Capela do Córrego Fundo	Início Rio Muquem Siga na direção sudeste por mais 18,2 km
Assentamento Rio Bonito	Ponto de encontro - Escola Municipal Órfãos	Rota 01: Inicio Trevo Engenho III, Siga na direção sudoeste por 13,1 km. Rota 02: Inicio Serra do Assentamento Siga na direção oeste por 2,0 km.
Povoado Vermelho	Ponto de encontro - Escola Municipal Rural Planalto	Ponto de saída Trevo Fazenda Água Boa. Siga na direção noroeste por 12,8 km, continue em frente mais 8,5 km, vire à esquerda O destino estará à direita por mais 13,2 km

8.4 PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (APÓS O DESASTRE)

PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (APÓS O DESASTRE)		
O que fazer	**Responsável**	**Quando fazer**
Instalação do Posto de Comando.	COMPDEC, prefeito e secretários municipais.	Imediatamente após o incidente.
Realizar os primeiros socorros em campo e encaminhamento ao hospital.	COMPDEC, Secretaria de Saúde, Corpo de Bombeiros.	Após instalação do Posto de Comando e deliberações do grupo de resposta ao desastre. Realizar os primeiros socorros em campo.
Triagem das pessoas afetadas pelo desastre e encaminhamento aos abrigos ou residências de parentes ou amigos (fora da área de risco). Os ônibus da frota municipal poderão ser utilizados).	COMPDEC, CRAS, Secretaria de Administração e de Transportes.	Tão logo as pessoas afetadas forem cadastradas.
Restabelecimento dos serviços essenciais (energia elétrica, água e telefonia).	COMPDEC, secretários municipais e responsáveis pelas prestadoras de serviços.	Assim que o cenário estiver controlado e for possível retomar esses serviços.
Definição dos locais e instalação de abrigos temporários.	COMPDEC, CRAS, Secretaria de Educação.	Após deliberação do comando unificado e providenciada a disponibilidade das instalações que servirão de abrigos.
Vistorias nas áreas afetadas.	COMPDEC, Secretaria de Obras e Corpo de Bombeiros.	Havendo disponibilidade e condições de segurança para as pessoas que procederão as vistorias.
Decretação de Situação de Emergência /Estado de Calamidade Pública (observar quesitos da Instrução Normativa 02/2016), se for o caso.	Prefeito, COMPDEC, Secretaria de Administração.	No caso de decretação o prazo conforme legislação é de 15 dias a partir da data do desastre para eventos súbitos.
Desobstrução e recuperação de vias e obras de arte especiais (pontes, passarelas, etc.).	Secretaria de Obras e Transportes.	Assim que haja segurança para a realização dos trabalhos e definição do melhor método a ser utilizado evitando agravamento do cenário.

PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (APÓS O DESASTRE)		
O que fazer	**Responsável**	**Quando fazer**
Recepção, triagem e distribuição de ajuda humanitária aos afetados.	COMPDEC, CRAS e voluntários.	A medida que as doações forem chegando, evitando acúmulo e perda e materiais perecíveis.
Retorno dos afetados para suas residências.	COMPDEC, CRAS e Secretaria de Transportes.	Procedidas as vistorias, as moradias que não forem classificadas como risco e tiverem condições de habitação.
Desmobilização do Posto de Comando e abrigos.	COMPDEC, prefeito e secretários municipais.	Após o restabelecimento dos serviços essenciais e condições de segurança dos locais afetados.
Encaminhar famílias desalojadas.	COMPDEC e CRAS	Direcionar as famílias desalojadas para projetos sociais para recuperação da moradia

9. CENÁRIO DE RISCO - ROMPIMENTO DE BARRAGEM

O cenário de um possível rompimento da barragem na UHE Cana Brava não registra antecedentes de desastres na região. Localizada na área rural, abrangendo as residências de fazendeiros nas proximidades do Rio Tocantins e uma pequena porção da Comunidade Traíra, a usina está geograficamente distante do centro da cidade de Cavalcante. Essa distância considerável entre a UHE e o núcleo urbano torna imperativa a consideração da possibilidade de solicitar auxílio aos estados vizinhos em caso de acidentes e necessidade de resgate dos moradores afetados.

É crucial destacar que os moradores nas proximidades da UHE Cana Brava residem em moradias, em sua maioria, construídas de alvenaria, havendo também algumas casas feitas de adobe. Além das potenciais consequências para a integridade humana, é

importante levar em consideração os impactos devastadores que poderiam ser causados, tais como a destruição de residências, plantações e possíveis impactos ambientais na região.

Considerando o cenário e a realidade do município, é recomendável prever estratégias de resposta que envolvam uma colaboração estreita com os estados circunvizinhos. A coordenação de esforços entre as Defesas Civis estaduais e outros órgãos competentes é essencial para assegurar uma resposta eficaz e oportuna diante de um eventual rompimento da barragem.

A Engie Brasil Energia S.A., na qualidade de empreendedor, desempenha um papel crucial no que concerne à eliminação ou redução das fontes de propagação, sobretudo por meio da implementação do Plano de Ação de Emergência (PAE). Este plano representa uma ferramenta estratégica fundamental para orientar as ações e medidas que visam mitigar os impactos adversos e salvaguardar a segurança das comunidades circunvizinhas, garantindo a eficácia na gestão de eventuais situações de emergência relacionadas à UHE Cana Brava e realizando a integração do PAE ao PLANCON.

As inspeções de campo desempenham um papel crucial, possibilitando a manutenção diária e segurança da barragem. Durante essas atividades, é essencial observar e analisar os dados de instrumentação, vazão afluente e defluente, além dos níveis de operação do reservatório. Essa análise aprofundada permite identificar potenciais pontos de fragilidade na estrutura e tomar medidas preventivas para evitar o rompimento iminente.

Adicionalmente, a conscientização da comunidade local sobre medidas de segurança, protocolos de evacuação, como simulações e treinamentos, e a importância de manter a atenção em situações de risco emergencial pode desempenhar um papel importante na minimização dos impactos.

Ademais, embora a região não tenha histórico de desastres desse tipo, a prevenção e o planejamento ativo são indispensáveis para garantir a segurança da população e a preservação do ambiente diante da possibilidade de um evento adverso como o rompimento de uma barragem.

9.1 CONSTRUÇÃO DE CENÁRIO

2.1 CENÁRIO 1	
Ameaça	Rompimento/Colapso de barragens
Risco	Ruas e vias públicas ficam intransitáveis, dificultando o acesso da população e chegada de suprimentos; casas afetadas ou destruídas; perda de bens materiais, vidas humanas e prejuízos a fauna e a flora.
Hipótese Acidental	A ruptura da barragem pode causar danos às vidas humanas, impactos ambientais e econômicos, na Zonas de Autossalvamento (ZAS) e na Zona Secundária de Salvamento (ZSS).
Áreas de risco	Entorno do Rio Tocantins Região Traíra

2.2 DESDOBRAMENTOS EM FUNÇÃO DO CENÁRIO

- Necessidade de retirada emergencial das pessoas que estiverem nas áreas de risco ou afetadas, seguindo os procedimentos estabelecidos pela Defesa Civil, levando em consideração o Cadastro dos moradores residentes na ZAS e na ZSS.
- Algumas vias do município serão comprometidas pelo rompimento da barragem.
- Necessidade de abrigos para moradores
- Necessidade de resposta especializada para o salvamento das vítimas em caso de inundação, utilização de apoio de helicópteros.
- Solicitação de auxílio de apoio aos municípios vizinhos

2.3 Indicação dos danos e prejuízos estimados	
Prejuízo econômico privado:	Instalações da UHE Cana Brava; 1.248 cabeças de gado; 7 porcos; 80 galinhas dos moradores inseridos na ZAS
Prejuízo econômico público:	-
Dano material:	Casas e estruturas localizadas na ZAS
Dano humano:	23 pessoas inseridas na ZAS e 189 pessoas na UHE Cana Brava (pior cenário).

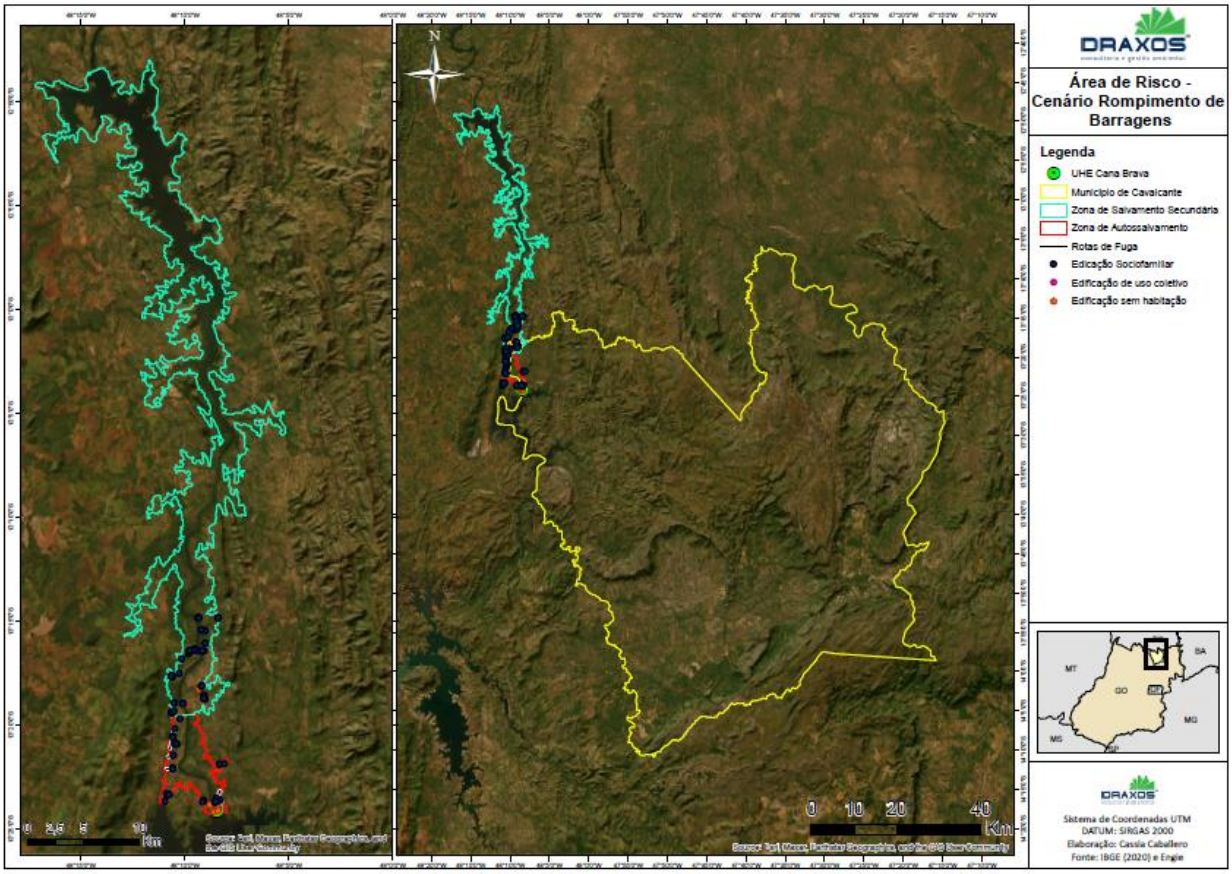


Figura 4 - Área de risco rompimento de barragem, ZAS e ZSS.

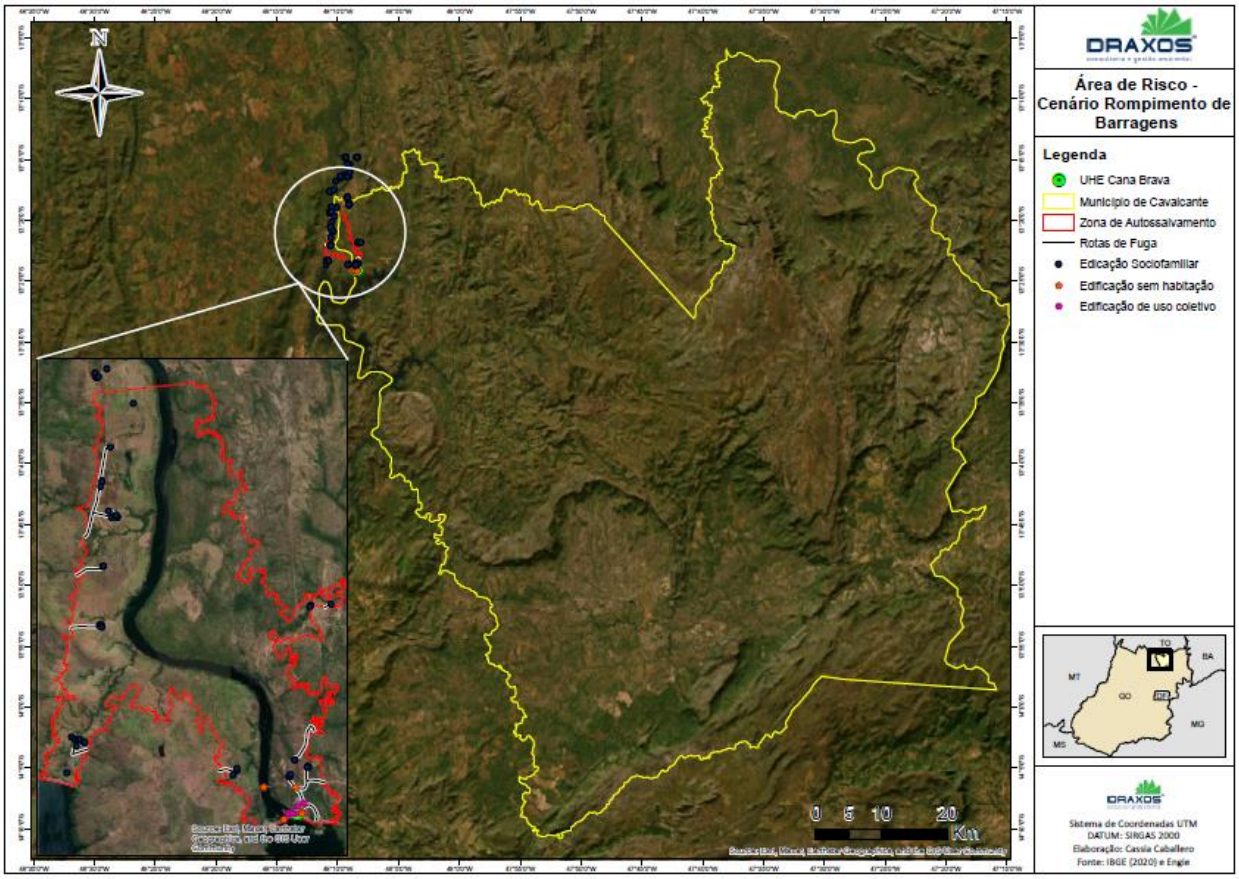


Figura 5 - Área de risco rompimento de barragem ZAS.

9.2 MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO ROMPIMENTO DE BARRAGENS

9.2.1 RELAÇÃO DAS PESSOAS, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

A iminência de risco de rompimento da barragem da UHE Cana Brava é uma situação crítica que demanda a atuação coordenada de diversos órgãos públicos e entidades de apoio. Esses organismos desempenham papéis fundamentais na proteção da população local diante dessa ameaça iminente.

A colaboração efetiva entre os órgãos envolvidos é essencial para garantir a segurança da população e a minimização dos danos decorrentes dessa ameaça iminente na barragem da UHE Cana Brava.

Juntamente com a Engie Brasil Energia S.A., a Defesa Civil, deve trabalhar em conjunto na integração PAE x PLANCON. O empreendedor sendo responsável pela manutenção e segurança da barragem e a Defesa Civil sendo o responsável por coordenar as ações de resposta durante e após o incidente. Em parceria, o Corpo de Bombeiros, situado no município de Campos Belos a 130 km de distância, assume papel estratégico na execução de operações de resgate e assistência, enquanto o Prevfogo e o BRIVAC, especializados em prevenção e combate a incêndios florestais, oferecem suporte adicional.

O Governo Estadual, por meio da GOINFRA e OVG, desempenha um papel essencial no suporte estrutural e de voluntariado para a gestão dessa crise. O Ministério Público também está envolvido para assegurar o cumprimento das leis e a proteção dos direitos da população em uma situação crítica.

RELAÇÃO DAS PESSOAS, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS		
Nome	**Organização/Função**	**Contatos**
Pablo - coordenador regional Defesa Civil	Corpo de Bombeiros	Pablo (62) 99267-1285

RELAÇÃO DAS PESSOAS, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS		
Nome	**Organização/Função**	**Contatos**
Ricardo Galvão - coordenador/Heloíse Malta - técnica /Selma - secretária/ João Ribas - operação	Defesa Civil	Ricardo - (62) 99656-3758/Heloíse - (61) 99652-8575/Selma - (62) 99835-6969/João - (61) 99917-6881
Welviston Silva	Coordenador do PAE da UHE Cana Brava	(62) 98208-1918
Eucilene Souza - secretária	Secretaria Municipal de Saúde	(62) 99802-1924
Luceni Dos Santos Rosa - secretária	Secretaria Municipal de Assistência Social	(62) 99984-5944
Elmar Aguiar - secretário	Secretaria Municipal de Transporte	(61) 99600-8699
Fernanda Faria - secretária/Josemilson Costa	Secretaria Municipal de Obras	Fernanda - (62) 99968-4980/Josemilson - (62) 99947-4836
João Ribas - secretário	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	(61) 99917-6881
Carolina Magalhães - secretária	Secretaria Municipal de Administração	(62) 99913-7022
Carolina Magalhães - secretária de administração/Danilo Ferreira - chefe de Gabinete	Prefeitura Municipal de Cavalcante	Carolina - (62) 99913-7022/Danilo - (62) 99825-3760
Governo Estatual	Governo Estadual: Olivar - GOINFRA (Infraestrutura de Goiás) e OVG (Organização dos Voluntariados de Goiás)	Olivar - (62) 9924-5464 - GOINFRA
Ursula Catarina - promotora/João filho - assistente	Ministério Público	Ursula - (62) 99619-9833/João - (62) 99858-9669
Charles Pereira Pinto - supervisor/João Gabriel Santos - supervisor/Lucas Alves - supervisor	Prevfogo	(61) 99869-1945/(62) 99643-0472/(62) 99643-0472
Rafael Drumont - presidente/João Ribas - vice presidente/Maurício Bollinger - tesoreiro	BRIVAC	Rafael - (62) 98947-5482/João - (61) 99917-6881/Maurício - (62) 999668-1065

9.2.2 CADASTRO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APOIO E EMPENHO

CADASTRO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APOIO E EMPENHO				
Identificação do recurso	**Responsável / Operador**	**Quantidade**	**Contatos**	**OBS:**
Caminhão Caçamba	Denis Torres - coordenador de transporte; Elmar Aguiar - secretário; Danilo Ferreira - chefe de gabinete	4	Denis - (62) 99943-0078/Elmar - (61) 99600-8699/Danilo - (62) 99825-3760	3 em funcionamento
Retroescavadeira	Denis Torres - coordenador de transporte; Elmar Aguiar - secretário; Danilo Ferreira - chefe de gabinete	2	Denis - (62) 99943-0078/Elmar - (61) 99600-8699/Danilo - (62) 99825-3763	
Patrol Motoniveladora	Denis Torres - coordenador de transporte; Elmar Aguiar - secretário; Danilo Ferreira - chefe de gabinete	3	Denis - (62) 99943-0078/Elmar - (61) 99600-8699/Danilo - (62) 99825-3764	
Trator	Denis Torres - coordenador de transporte; Elmar Aguiar - secretário; Danilo Ferreira - chefe de gabinete	7	Denis - (62) 99943-0078/Elmar - (61) 99600-8699/Danilo - (62) 99825-3765	5 em funcionamento
Caminhão Pipa	Denis Torres - coordenador de transporte; Elmar Aguiar - secretário; Danilo Ferreira - chefe de gabinete	1	Denis - (62) 99943-0078/Elmar - (61) 99600-8699/Danilo - (62) 99825-3767	
Van	Denis Torres - coordenador de transporte; Elmar Aguiar - secretário; Danilo Ferreira - chefe de gabinete	2	Denis - (62) 99943-0078/Elmar - (61) 99600-8699/Danilo - (62) 99825-3769	
Micro-ônibus	Denis Torres - coordenador de transporte; Elmar Aguiar - secretário; Danilo Ferreira - chefe de gabinete	5	Denis - (62) 99943-0078/Elmar - (61) 99600-8699/Danilo - (62) 99825-3770	
Ambulância	Eucilene Souza - secretaria municipal de sáude	9	(62) 99802-1924	6 em pleno funcionamento
Veículos com tração 4x4	Denis Torres - coordenador de transporte; Elmar Aguiar - secretário; Danilo Ferreira - chefe de gabinete	7	Denis - (62) 99943-0078/Elmar - (61) 99600-8699/Danilo - (62) 99825-3770	
Coletes Salva Vidas	Corpo de Bombeiros	-	-	Sujeito ao nível do cenário
Barcos	Corpo de Bombeiros	-	-	Sujeito ao nível do cenário
Botes	Corpo de Bombeiros	-	-	Sujeito ao nível do cenário -

CADASTRO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APOIO E EMPENHO				
Identificação do recurso	**Responsável / Operador**	**Quantidade**	**Contatos**	**OBS:**
Motoserras	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (PrevfogO); João Ribas, Mauríco e Rafael (BRIVAC)	9; 01	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946; João - (61) 99917-6881, Maurício - (62) 999668-1065 e Rafael - (62) 98947-5482	
Gerador	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo)	2	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946	

9.2.3 IDENTIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

Instalação	Localização
Posto de Comando	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
Área de espera	
Abrigo 1 - São José	Escola Municipal João de Deus Coutinho (em torno de 100 km de distância ou 1h30min)
Números dos Pontos de encontro	09 Pontos de Encontro (3; 2; 4; 7; 1; 5; 8; 6 e 9)
Acampamento/Base	Escola Municipal João de Deus Coutinho (+ ou - 100 km ou 1h30min) e fazenda particular
Heliponto/helibase	Escola Municipal João de Deus Coutinho (Povoado Vermelho)

9.3 NÍVEIS DE ALERTA MÁXIMO E EMERGÊNCIA - INTEGRAÇÃO PAE E PLANCON

O documento norteador dos níveis de alerta e emergência é o Plano de Ação de Emergência, e diferentemente dos outros cenários, o poder público e agentes voluntários devem receber informações internas da própria usina sobre o desenvolvimento do cenário de risco.

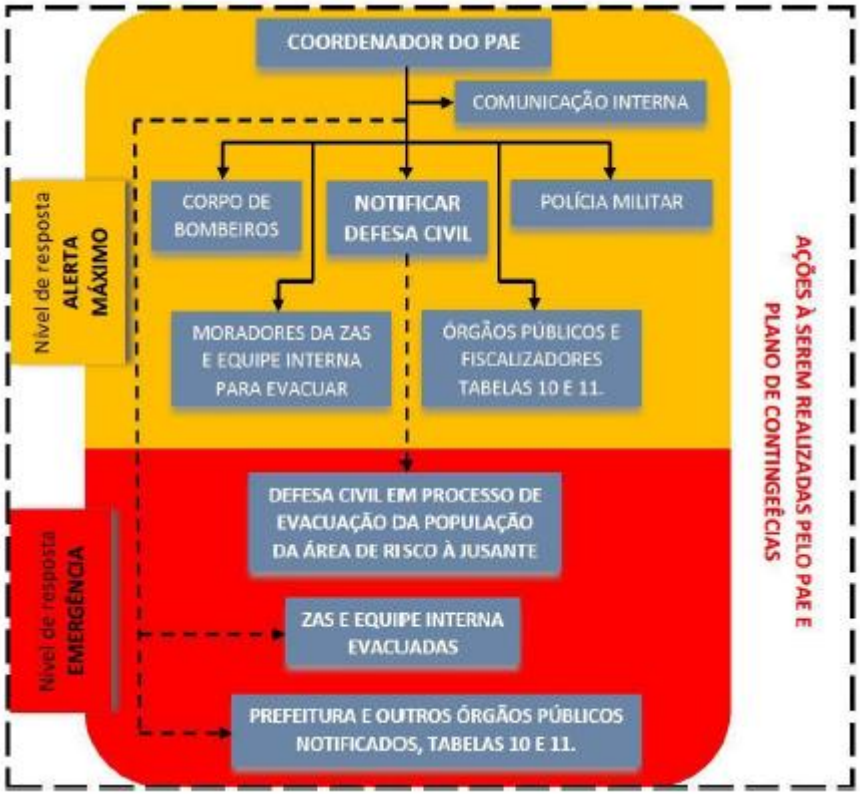


Figura 6 - Fluxograma de comunicação e notificações.
Fonte: Plano de Ação de Emergência da UHE Cana Brava.

Em relação aos níveis de segurança internos da UHE Cana Brava e as principais características de cada um, podemos observar na Figura 7.

Nível de Segurança da Barragem		Situações (Principais características)
FASES DE EMERGÊNCIA	ALERTA MÁXIMO IMINÊNCIA DE RUPTURA	• **Probabilidade de acidente elevada e iminente, a situação pode estar se tornando incontrolável pelo empreendedor;** • **Nível de Segurança de ALERTA MÁXIMO será decretado pelo empreendedor, quando a sobre elevação no reservatório estiver em crescimento e atingindo o nível máximo do reservatório ou quando a erosão interna da Barragem ou Diques mostrarem sinais de anomalias incontroláveis;** ✓ No caso de cenários de erosão interna ou galgamento da Barragem, o empreendedor deverá avaliar e adotar as medidas internas possíveis, para evitar a ruptura; ✓ O Empreendedor deverá avisar e alertar a população da ZAS - Zona de Auto Salvamento para evacuação; ✓ Evacuação interna dos colaboradores da Usina pela rota de fuga; ✓ Cenário excepcional de alerta geral; ✓ Caso ocorram esses cenários, a segurança do vale à jusante está gravemente ameaçada e o empreendedor deverá adotar procedimentos de comunicação e notificação externos para a Defesa Civil, Prefeituras e Órgãos Púbicos, devido a iminência de ruptura; ✓ A Defesa Civil será comunicada e aplicará o seu Plano de Contingência para comunicação, alerta e evacuação da população à jusante.
	RUPTURA EM PROGRESSO	• **Situação de acidente inevitável, incluindo o início da ruptura da Barragem ou Dique, fora de controle do empreendedor;** ✓ Segurança do vale à jusante está gravemente afetada; ✓ Todos os procedimentos de comunicação e notificação devem estar realizados; ✓ O Plano de Contingência deverá estar com todos os procedimentos de emergência em execução; ✓ Todos os mecanismos de apoio logístico, as rotas de fuga e pontos de encontro deverão estar definidas; ✓ A evacuação da população da ZAS - Zona de Auto Salvamento concluída; ✓ A ação de evacuação da população em área de risco no vale à jusante deverá estar em fase final.

Figura 7 – Níveis de Alerta Máximo e Emergência.
Fonte: Plano de Ação de Emergência da UHE Cana Brava.

9.4 PLANO DE AÇÃO DE ENFRENTAMENTO – RESPOSTAS A ROMPIMENTO DE BARRAGEM

9.4.1 IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL E DO MECANISMO DE ACIONAMENTO DO PLANO DE RESPOSTA

Em relação à comunicação do risco, o empreendedor responsável pela barragem deve adotar procedimentos eficientes, notificando externamente a Defesa Civil, Prefeituras e outros órgãos públicos sobre a iminência de ruptura. Esse processo ocorrerá por meio de ligações telefônicas ou WhatsApp, e notificações externas possibilitando uma comunicação rápida e direta para acionar os planos de contingência necessários.

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL E DO MECANISMO DE ACIONAMENTO DO PLANO DE RESPOSTA	
Mecanismo de acionamento	**Responsável**
WhatsApp/ligação telefônica	Ricardo Galvão - Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil
WhatsApp/ligação telefônica	Carolina Magalhães - Secretaria Municipal de Administração
Ligação telefônica	Danilo Ferreira - Chefe de Gabinete

9.4.2 INDICAÇÃO DO MECANISMO DE MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (SISTEMA DE ALARME E ALERTA)

INDICAÇÃO DO MECANISMO DE MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (SISTEMA DE ALARME E ALERTA)	
Mecanismo de alerta e alarme	**Responsável**
Acionamento das sirenes de emergência	ENGIE – Coordenador do PAE

9.4.3 IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DE ENCONTRO E ROTAS DE FUGA

IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DE ENCONTRO	
Nº do ponto de encontro	**Descrição do Ponto de Encontro- Município**
3	Cavalcante
2	Cavalcante
4	Cavalcante
7	Minaçu
1	Cavalcante
5	Minaçu
8	Minaçu
6	Minaçu
9	Minaçu

IDENTIFICAÇÃO DAS ROTAS DE FUGA	
Nº da Rota de Fuga	**Descrição da Rota de Fuga - Município**
8	Minaçu
8	Minaçu
5	Minaçu
8	Minaçu

IDENTIFICAÇÃO DAS ROTAS DE FUGA	
Nº da Rota de Fuga	**Descrição da Rota de Fuga - Município**
7	Minaçu
9	Minaçu
2	Cavalcante
0	Minaçu
6	Minaçu
8	Minaçu
3	Cavalcante
9	Minaçu
0	Minaçu
1	Cavalcante
3	Cavalcante
0	Minaçu
1	Cavalcante
0	Cavalcante
0	Cavalcante

9.5 PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (APÓS O DESASTRE)

PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (APÓS O DESASTRE)		
O que fazer	**Responsável**	**Quando fazer**
Instalação do Posto de Comando.	COMPDEC, prefeito e secretários municipais.	Imediatamente após o incidente.
Realizar os primeiros socorros em campo e encaminhamento ao hospital.	COMPDEC, Secretaria de Saúde, Corpo de Bombeiros.	Após instalação do Posto de Comando e deliberações do grupo de resposta ao desastre. Realizar os primeiros socorros em campo.
Triagem das pessoas afetadas pelo desastre e encaminhamento aos abrigos ou residências de parentes ou amigos (fora da área de risco). (os ônibus da frota municipal poderão ser utilizados).	COMPDEC, CRAS, Secretaria de Administração e de Transportes.	Tão logo as pessoas afetadas forem cadastradas.
Restabelecimento dos serviços essenciais (energia elétrica, água e telefonia).	COMPDEC, secretários municipais e responsáveis pelas prestadoras de serviços.	Assim que o cenário estiver controlado e for possível retomar esses serviços.
Definição dos locais e instalação de abrigos temporários.	COMPDEC, CRAS, Secretaria de Educação.	Após deliberação do comando unificado e providenciada a disponibilidade das instalações que servirão de abrigos.

PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (APÓS O DESASTRE)		
O que fazer	**Responsável**	**Quando fazer**
Vistorias nas áreas afetadas.	COMPDEC, Secretaria de Obras e Corpo de Bombeiros.	Havendo disponibilidade e condições de segurança para as pessoas que procederão as vistorias.
Decretação de Situação de Emergência / Estado de Calamidade Pública (observar quesitos da Instrução Normativa 02/2016), se for o caso.	Prefeito, COMPDEC, Secretaria de Administração.	No caso de decretação o prazo conforme legislação é de 15 dias a partir da data do desastre para eventos súbitos.
Desobstrução e recuperação de vias e obras de arte especiais (pontes, passarelas, etc.).	Secretaria de Obras e Transportes.	Assim que haja segurança para a realização dos trabalhos e definição do melhor método a ser utilizado evitando agravamento do cenário.
Recepção, triagem e distribuição de ajuda humanitária aos afetados.	COMPDEC, CRAS e voluntários.	A medida que as doações forem chegando, evitando acúmulo e perda e materiais perecíveis.
Desmobilização do Posto de Comando e abrigos.	COMPDEC, prefeito e secretários municipais.	Após o restabelecimento dos serviços essenciais e condições de segurança dos locais afetados.
Encaminhar famílias desalojadas.	COMPDEC e CRAS	Direcionar as famílias desalojadas para projetos sociais para recuperação da moradia

10. CENÁRIO DE RISCO - DESLIZAMENTOS E EROSÕES

No município de Cavalcante, o cenário de risco de deslizamento e erosões representa uma preocupação constante, cujas causas primordiais estão associadas às chuvas intensas, fator recorrente na região. Vale ressaltar que as áreas de risco não apresentam desmatamento da encosta e modificações humanas significativas, com exceção da abertura de estradas.

Embora o histórico do município não tenha casas soterradas na zona rural, as estradas frequentemente ficam intransitáveis, isolando algumas comunidades com opções limitadas de deslocamento e necessitando de auxílio de helicópteros.

10.1 CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO

2.1 CENÁRIO 1	
Ameaça	Deslizamentos e erosões (margem fluvial e continental)
Risco	O município possui diversas serras, as quais podem sofrer com deslizamentos, dificultando o acesso à região. Em relação às erosões, as mesmas ocorrem nas encostas dos rios que cortam o município causando assoreamento dos rios e em taludes espalhados pelo município, podendo haver perdas materiais e humanas.
Hipótese Acidental	Deslizamento nas encostas da zona rural impossibilitando o acesso dos moradores. Deslizamento nas encostas da zona urbana tendo o risco de soterramento de estruturas como pousadas, causando impactos na população ali situada.
Áreas de risco	**Zona rural:** Serra do Vão; Serra do Vão de Almas; Serra da Juliana (Vão do Moleque); Serra do Vão do Moleque/Paiol; Serra do Choco (entre o Engenho e Vão do Moleque); Serra da Nova Aurora; Serra da Santa Aninha (Região do Vão); Serra do Rio Bonito (Região do Vão); Região dos Morros/Canjica; Serra do São José (Região São José); Serra das Araras (Região do São José); Serra do Casqueiro (Região do Povoado Vermelho) e Condomínio Falcão Negro. **Zona urbana:** GO 241, esquina com a rua 1, trevo e Região do Majulê.

2.2 DESDOBRAMENTOS EM FUNÇÃO DO CENÁRIO

- Ocorrência de deslizamentos pontuais podendo acontecer isolados ou em diversas áreas ao mesmo tempo.
- As vias urbanas e vicinais do município poderão ser comprometidas pelos deslizamentos.
- Se houver mais de 16 vítimas (Limite de atendimento local), será necessário apoio para transporte e recebimento destas em outras localidades para atendimento médico.
- Necessidade de resposta especializada para o salvamento das vítimas em caso de soterramento e isolamento, utilizando apoio de helicóptero porque existe apenas uma única via.

2.3 Indicação dos danos e prejuízos estimados	
Prejuízo econômico privado:	R$ 2.525.000,00 *
Prejuízo econômico público:	R$ 143.000,00
Dano material:	R$ 3.677.500,00 *
Dano humano:	3.855 pessoas

*** PROTOCOLO Nº GO-F-5205307-13214-20211225**

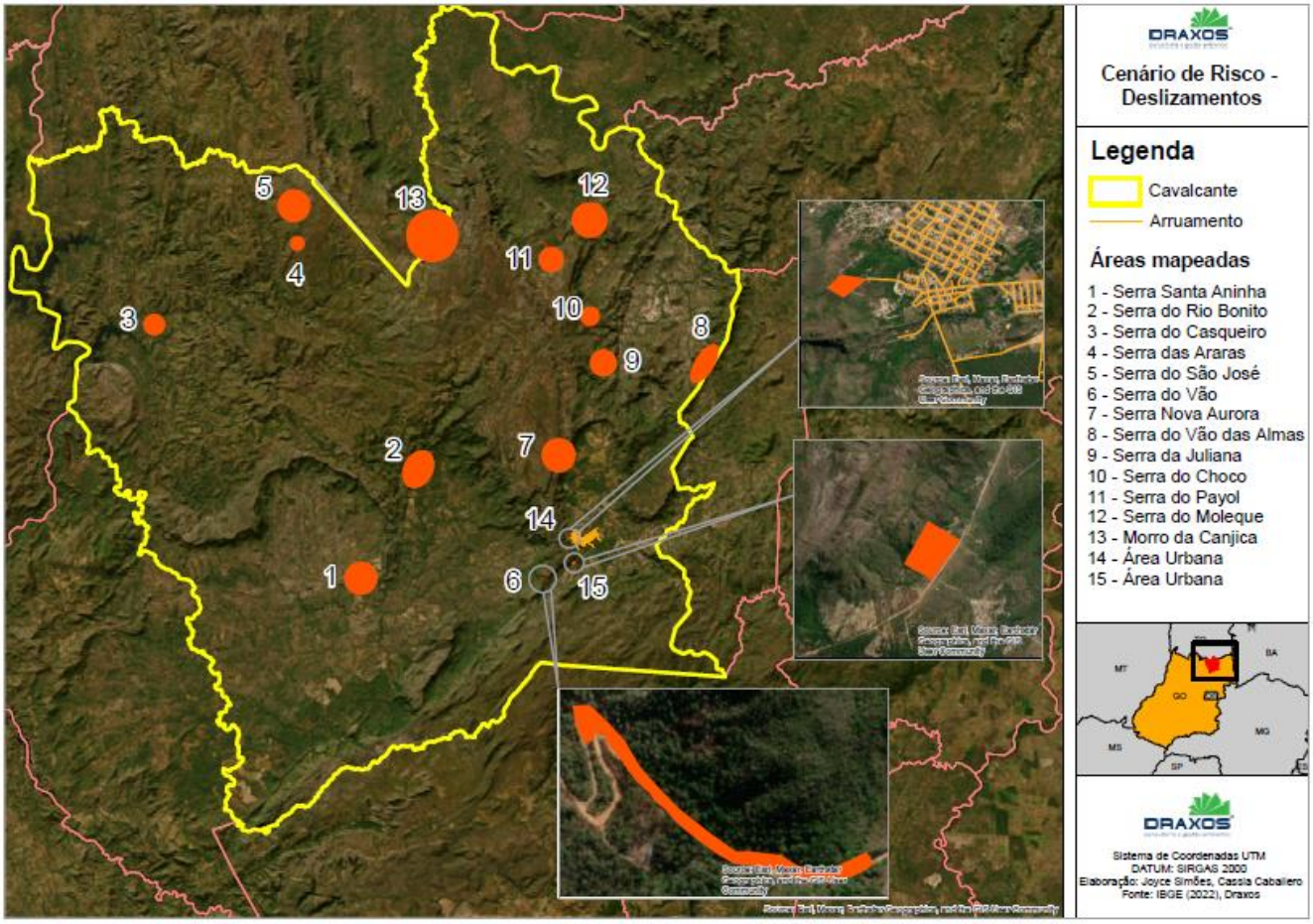


Figura 6 - Área de risco deslizamentos.

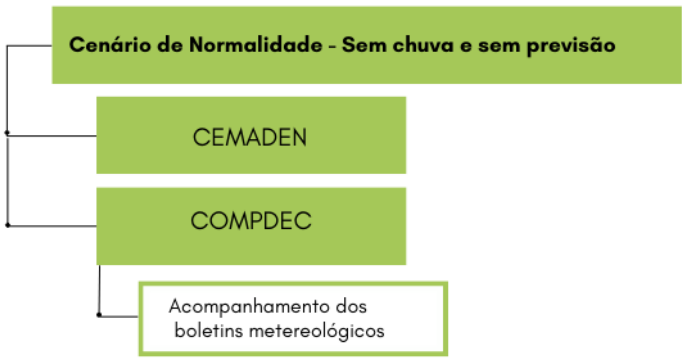
10.2 MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DESLIZAMENTOS E EROSÕES

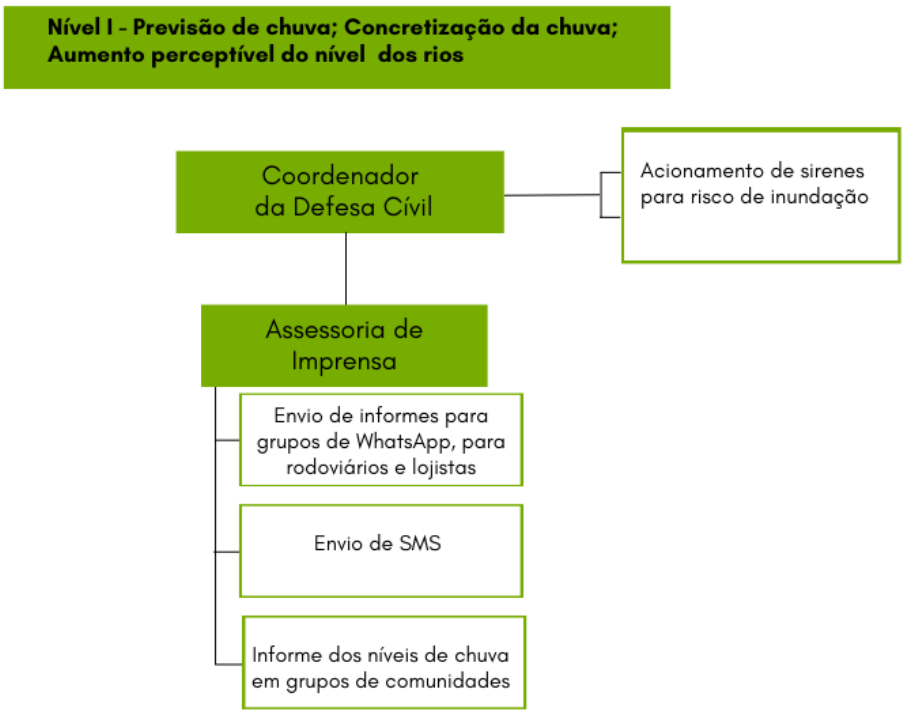
10.2.1 GATILHOS DE DESLIZAMENTOS E EROSÕES

NÍVEL	CARACTERIZAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS
Nível I	Pluviosidade até 50 mm em 24 horas.	Sem chuvas ou chuvas fracas. Nível dos rios normais. O Centro de Operações da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Ações Voluntárias permanecem monitorando as condições meteorológicas
Nível II	Pluviosidade até 100 mm em 24 horas.	Previsão de ocorrência de chuvas moderadas a fortes. As agências municipais ficam atentas quanto a possibilidade de serem acionadas. Todas as providências de ordem preventiva, relativa ao pessoal e ao material, e impostas pelas circunstâncias decorrentes da situação, são tomadas pelos representantes do poder público, logo que a organização receba a ordem de sobreaviso. As pessoas envolvidas na emergência permanecem em seu local de trabalho ou em suas residências, mas, neste caso, em estreita ligação com a organização e em condições de poder deslocar-se imediatamente para o local de trabalho, em caso de ordem ou qualquer eventualidade

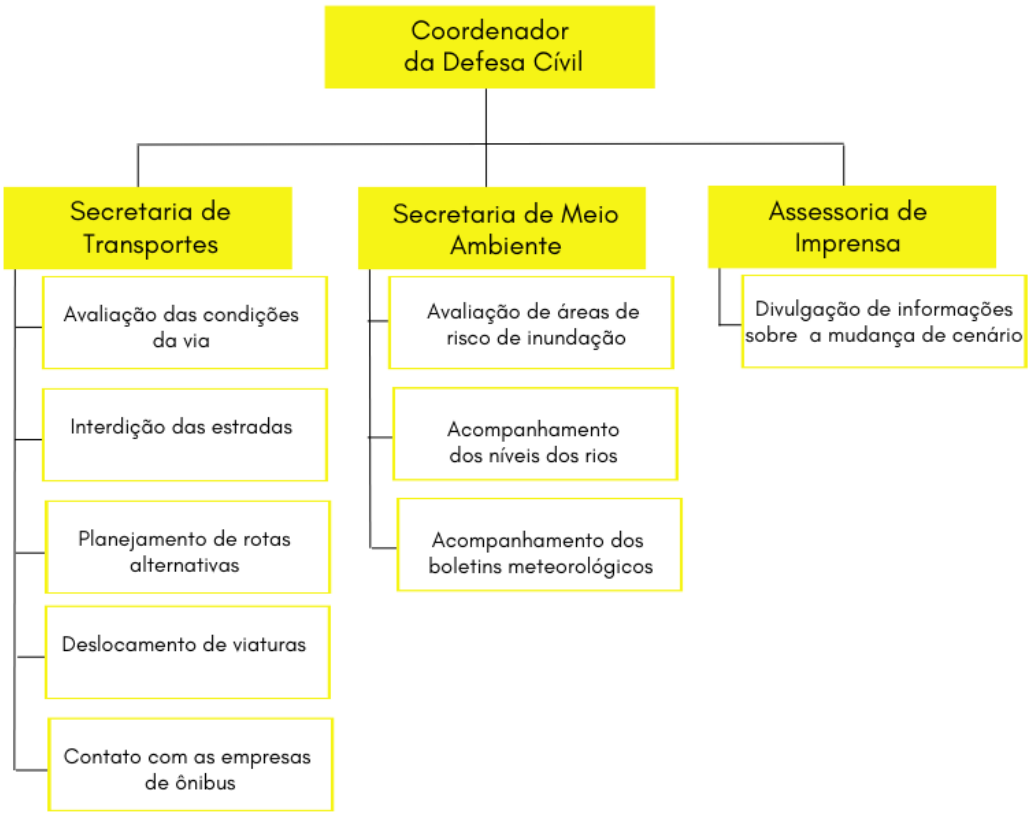
Nível III	Pluviosidade de até 300 mm em 48 a 72 horas.	Registro de fortes chuvas. Subida do nível dos rios acima do normal. Os órgãos municipais e entidades participantes do plano ficam preparados para sair da sua base tão logo recebam ordem para desempenhar qualquer missão constante no Plano de Contingência.
Nível IV	Pluviosidade até 500 mm em 48 a 72 horas.	Continuação de chuvas intensas. Rios atingindo 80% do nível de transbordamento. Os órgãos municipais e entidades participantes do Plano ficam preparados, com todos os recursos necessários e em condições de deslocar-se e desempenhar as atividades conforme a planilha de responsabilidades, dentro do mais curto prazo. Estes serão acionados conforme a complexidade das ocorrências.

fluxograma abaixo demonstra a comunicação e as notificações que devem ser feitas durante a evolução do cenário de deslizamentos e erosões.

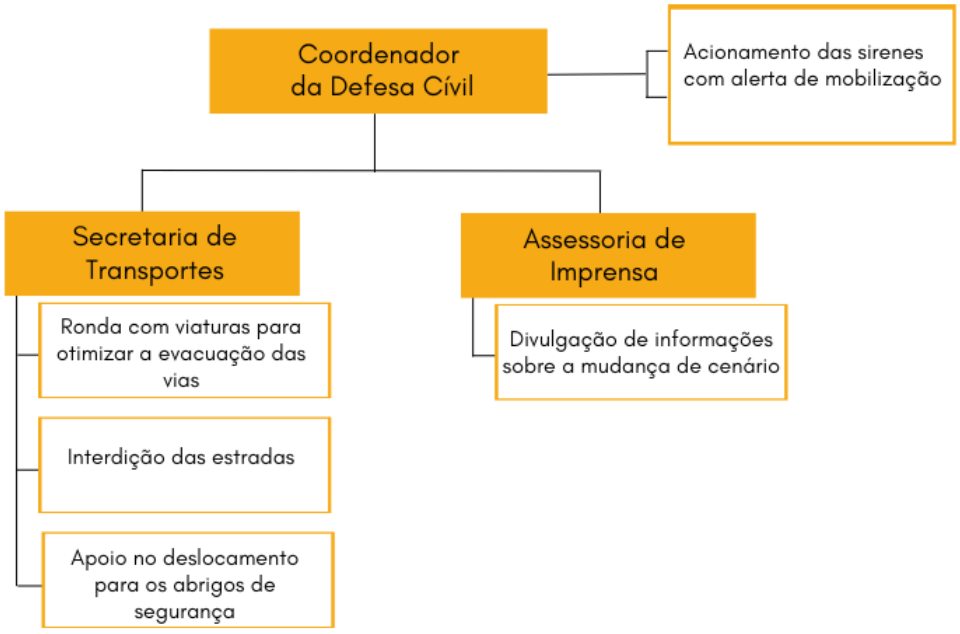




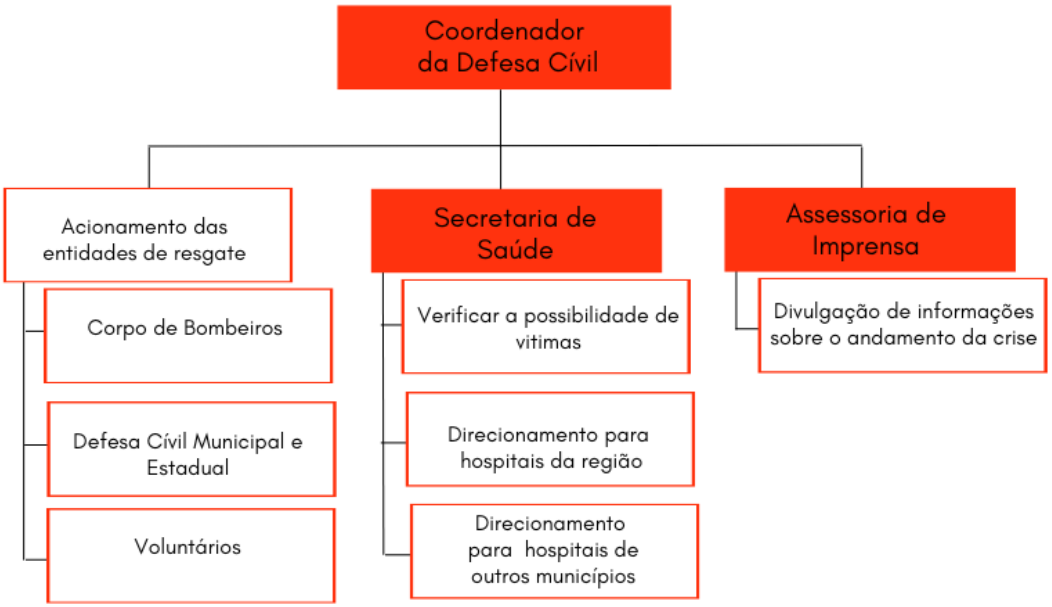
Nível II - Aumento expressivo do nível do rio; Aumento perceptível do nível dos rios



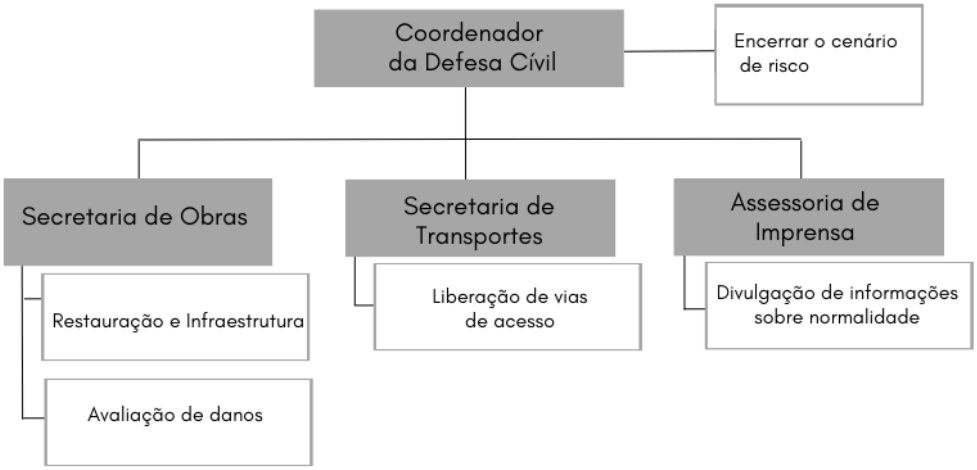
Nível III - Transbordamento dos rios



Nível IV -Tomada da rua pelo; nível d'água; Impossibilidade de fluxo; Possibilidade de vitimas



Desmobilização



10.2.2 RELAÇÃO DAS PESSOAS, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

A cooperação entre os órgãos públicos e entidades é essencial para formar uma abordagem holística na gestão de riscos, assegurando que o município esteja preparado para enfrentar os desafios associados a deslizamentos e erosões, ao mesmo tempo em que protege e apoia sua população de maneira abrangente.

A Defesa Civil assume um papel central na execução do PLANCON e na coordenação de operações de resposta a desastres. A colaboração com organizações como o BRIVAC e os voluntariados das comunidades reforça a capacidade de resposta rápida e eficiente, aproveitando recursos locais e conhecimento comunitário.

A Secretaria Municipal de Obras é responsável por implementar medidas estruturais preventivas e de resposta rápida em caso de incidentes. A Secretaria Municipal de Transporte desempenha um papel crucial na mobilização de recursos e na garantia da acessibilidade em situações de emergência.

Além disso, a Assistência Social, com o auxílio das entidades religiosas das comunidades desempenham um papel vital na coordenação de ações humanitárias, fornecendo apoio à população afetada e garantindo que as necessidades básicas sejam atendidas.

A Secretaria Municipal de Saúde garante o atendimento médico adequado aos moradores, em casos de feridos. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, por sua vez, contribui com ações de preservação e recuperação ambiental, buscando minimizar danos a longo prazo.

RELAÇÃO DAS PESSOAS, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS		
Nome	**Organização/Função**	**Contatos**
Pablo - coordenador regional Defesa Civil	Corpo de Bombeiros	Pablo (62) 99267-1285

RELAÇÃO DAS PESSOAS, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS		
Nome	**Organização/Função**	**Contatos**
Rafael Drumont - presidente/João Ribas - vice presidente/Maurício Bollinger - tesoureiro	BRIVAC	Rafael - (62) 98947-5482/João - (61) 99917-6881/Maurício - (62) 999668-1065
Ricardo Galvão - coordenador/Heloíse Malta - técnica /Selma - secretária/ João Ribas - operação	Defesa Civil	Ricardo - (62) 99656-3758/Heloíse - (61) 99652-8575/Selma - (62) 99835-6969/João - (61) 99917-6881
Eucilene Souza - secretária	Secretaria Municipal de Saúde	(62) 99802-1924
Luceni Dos Santos Rosa - secretária	Secretaria Municipal de Assistência Social	(62) 99984-5944
Elmar Aguiar - secretário	Secretaria Municipal de Transporte	(61) 99600-8699
Fernanda Faria - secretária/Josemilson Costa	Secretaria Municipal de Obras	Fernanda - (62) 99968-4980/Josemilson - (62) 99947-4836
João Ribas - secretário	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	(61) 99917-6881
Carolina Magalhães - secretária	Secretaria Municipal de Administração	(62) 99913-7022
Carolina Magalhães - secretária de administração/Danilo Ferreira - chefe de gabinete	Prefeitura Municipal de Cavalcante	Carolina - (62) 99913-7022/Danilo - (62) 99825-3760
Governo Estatual	Governo Estadual: Olivar - GOINFRA (Infraestrutura de Goiás) e OVG (Organização dos Voluntariados de Goiás)	Olivar - (62) 9924-5464 - GOINFRA
Ursula Catarina - promotora/João filho - assistente	Ministério Público	Ursula - (62) 99619-9833/João - (62) 99858-9669

10.2.3 CADASTRO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APOIO E EMPENHO

CADASTRO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APOIO E EMPENHO				
Identificação do recurso	**Responsável / Operador**	**Quantidade disponível**	**Contatos**	**OBS**
Caminhão Caçamba	Denis Torres - coordenador de transporte; Elmar Aguiar - secretário; Danilo Ferreira - chefe de gabinete	4	Denis - (62) 99943-0078/Elmar - (61) 99600-8699/Danilo - (62) 99825-3760	3 em funcionamento

CADASTRO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APOIO E EMPENHO				
Identificação do recurso	**Responsável / Operador**	**Quantidade disponível**	**Contatos**	**OBS**
Retroescavadeira	Denis Torres - coordenador de transporte; Elmar Aguiar - secretário; Danilo Ferreira - chefe de gabinete	2	Denis - (62) 99943-0078/Elmar - (61) 99600-8699/Danilo - (62) 99825-3763	
Patrol Motoniveladora	Denis Torres - coordenador de transporte; Elmar Aguiar - secretário; Danilo Ferreira - chefe de gabinete	3	Denis - (62) 99943-0078/Elmar - (61) 99600-8699/Danilo - (62) 99825-3764	
Trator	Denis Torres - coordenador de transporte; Elmar Aguiar - secretário; Danilo Ferreira - chefe de gabinete	7	Denis - (62) 99943-0078/Elmar - (61) 99600-8699/Danilo - (62) 99825-3765	5 em funcionamento
Caminhão Pipa	Denis Torres - coordenador de transporte; Elmar Aguiar - secretário; Danilo Ferreira - chefe de gabinete	1	Denis - (62) 99943-0078/Elmar - (61) 99600-8699/Danilo - (62) 99825-3767	
Van	Denis Torres - coordenador de transporte; Elmar Aguiar - secretário; Danilo Ferreira - chefe de gabinete	2	Denis - (62) 99943-0078/Elmar - (61) 99600-8699/Danilo - (62) 99825-3769	
Micro-ônibus	Denis Torres - coordenador de transporte; Elmar Aguiar - secretário; Danilo Ferreira - chefe de gabinete	5	Denis - (62) 99943-0078/Elmar - (61) 99600-8699/Danilo - (62) 99825-3770	
Ambulância	Eucilene Souza - secretaria municipal de saúde	9	(62) 99802-1924	6 em pleno funcionamento
Veículos com tração 4x4	Denis Torres - coordenador de transporte; Elmar Aguiar - secretário; Danilo Ferreira - chefe de gabinete	7	Denis - (62) 99943-0078/Elmar - (61) 99600-8699/Danilo - (62) 99825-3770	
Coletes Salva Vidas	Corpo de Bombeiros	-	-	Sujeito ao nível do cenário
Barcos	Corpo de Bombeiros	-	-	Sujeito ao nível do cenário
Botes	Corpo de Bombeiros	-	-	Sujeito ao nível do cenário
Motoserras	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo); João Ribas, Mauríco e Rafael (BRIVAC)	9; 01	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946; João - (61) 99917-6881, Maurício - (62) 999668-1065 e Rafael - (62) 98947-5482	

CADASTRO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APOIO E EMPENHO				
Identificação do recurso	**Responsável / Operador**	**Quantidade disponível**	**Contatos**	**OBS**
Gerador	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo)	2	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946	

10.2.4 IDENTIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

Instalação	Localização
Posto de Comando	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
Área de espera	
Abrigo 1	Na zona rural não há necessidades de abrigos, pois as áreas de riscos de deslizamento não têm a presença de residências. Nesse cenário só existe a interdição das estradas
Abrigo 2	Falcão Negro e Majulê - Escola Municipal Morro Encantado
Ponto de encontro 1	-
Ponto de encontro 2	Praça Central Diogo Teles
Acampamento/Base	Se a área do incidente for próximo a cidade, os agentes voltam para Cavalcante; se for zona rural, os agentes utilizam residências mais próximas fora da área de risco.
Heliponto/helibase	Áreas abertas próximas às comunidades.

10.3 PLANO DE AÇÃO DE ENFRENTAMENTO – RESPOSTAS A DESLIZAMENTOS

10.3.1 IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL E DO MECANISMO DE ACIONAMENTO DO PLANO DE RESPOSTA

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL E DO MECANISMO DE ACIONAMENTO DO PLANO DE RESPOSTA	
Mecanismo de acionamento	**Responsável**
Ligação telefônica	Ricardo Galvão - Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil
Ligação telefônica	Carolina Magalhães - Secretaria Municipal de Administração
Ligação telefônica	Danilo Ferreira - Chefe de Gabinete
Ligação telefônica	Rafael Drumont - Presidente da BRIVAC

10.3.2 INDICAÇÃO DO MECANISMO DE MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (SISTEMA DE ALARME E ALERTA

A comunicação eficaz do risco é fundamental para alertar a população e permitir ações preventivas. Nesse contexto, são utilizados diversos meios, incluindo ligações telefônicas para a zona urbana e WhatsApp, tanto para a zona rural quanto urbana. Os moradores podem ser avisados por meio de grupos e listas de transmissão, proporcionando atualizações sobre condições meteorológicas e possíveis ameaças. Além disso, as redes sociais, como Instagram e Facebook, são ideais para compartilhar conteúdos educativos e visuais, visando esclarecer os riscos e as precauções necessárias.

INDICAÇÃO DO MECANISMO DE MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (SISTEMA DE ALARME E ALERTA)		
Mecanismo de alerta e alarme	**Responsável**	**Como fazer**
WhatsApp (zona urbana e rural)	Líderes comunitários	Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil transmite a mensagem para os líderes comunitários, e posteriormente este líder compartilha as informações por meio do grupo da comunidade.
Instagram - Rede Social da Prefeitura (zona urbana e rural)	Secretaria Municipal de Administração	A rede social serve como meio de prevenção e contenção, atuando na divulgação para potenciais deslizamentos devido ao cenário climático e de alerta, com intuito de mobilizar a população próxima da área que estará em risco. O Instagram serve também como meio de informações, sendo utilizado preferencialmente o áudio visual.

10.3.3 IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DE ENCONTRO E ROTAS DE FUGA

IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DE ENCONTRO E ROTAS DE FUGA	
Nome do ponto de encontro	**Descrição da rota de fuga**
Praça Central Diogo Teles	Seguir a estrada principal até a praça.

10.4 PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (APÓS O DESASTRE)

PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (APÓS O DESASTRE)		
O que fazer	**Responsável**	**Quando fazer**
Instalação do Posto de Comando.	COMPDEC, prefeito e secretários municipais.	Imediatamente após o incidente.
Realizar os primeiros socorros em campo e encaminhamento ao hospital.	COMPDEC, Secretaria de Saúde, corpo de bombeiros.	Após instalação do Posto de Comando e deliberações do grupo de resposta ao desastre. Realizar os primeiros socorros em campo.
Triagem das pessoas afetadas pelo desastre e encaminhamento abrigo ou residências de parentes ou amigos (fora da área de risco). (Os ônibus da frota municipal poderão ser utilizados).	COMPDEC, CRAS, Secretaria de Administração e de Transportes.	Tão logo as pessoas afetadas forem resgatadas.
Restabelecimento dos serviços essenciais (energia elétrica, água e telefonia).	COMPDEC, secretários municipais e responsáveis pelas prestadoras de serviços.	Assim que o cenário estiver controlado e for possível retomar esses serviços.
Definição dos locais e instalação de abrigos temporários.	COMPDEC, CRAS, Secretaria de Educação.	Após deliberação do comando unificado e providenciada a disponibilidade das instalações que servirão de abrigos.
Vistorias nas áreas afetadas.	COMPDEC, Secretaria de Obras e Corpo de Bombeiros.	Havendo disponibilidade e condições de segurança para as pessoas que procederão as vistorias.
Decretação de Situação de Emergência / Estado de Calamidade Pública (observar quesitos da Instrução Normativa 02/2016), se for o caso.	Prefeito, COMPDEC, Secretaria de Administração.	No caso de decretação o prazo conforme legislação é de 15 dias a partir da data do desastre para eventos súbitos.
Desobstrução e recuperação de vias e obras de arte especiais (pontes, passarelas, etc.).	Secretaria de Obras e Transporte.	Assim que haja segurança para a realização dos trabalhos e definição do melhor método a ser utilizado evitando agravamento do cenário.
Recepção, triagem e distribuição de ajuda humanitária aos afetados. Quando necessário.	COMPDEC, CRAS e voluntários.	A medida que as doações forem chegando, evitando acúmulo e perda e materiais perecíveis.
Desmobilização do Posto de Comando e abrigos.	COMPDEC, prefeito e secretários municipais.	Após o restabelecimento dos serviços essenciais e condições de segurança dos locais afetados.

11. CENÁRIO DE RISCO – SECA

No município de Cavalcante, a questão crítica do abastecimento de água se torna ainda mais urgente diante do desafio sazonal imposto pela seca. Na zona rural, a falta de acesso à água tratada se manifesta de maneiras alarmantes, com comunidades dependentes de recursos como bombas submersas em rios e mangueiras de encanamento, que muitas vezes extraem água diretamente dos cursos d'água locais, os quais nem sempre possuem água totalmente potável.

Nesse contexto, as comunidades rurais e o quilombo utilizam poços artesianos como alternativa para suprir as necessidades hídricas. No entanto, em períodos prolongados de seca, a vulnerabilidade desse sistema se torna evidente, demandando medidas urgentes para garantir o acesso à água para consumo humano, agricultura e criação de gado.

Em contraponto à realidade rural e ao quilombo, a zona urbana do município de Cavalcante beneficia-se do acesso a água tratada. Essa discrepância entre áreas urbanas e rurais intensifica os desafios enfrentados pelas populações rurais e quilombolas, resultando em impactos diretos na saúde pública, na produção agrícola e na pecuária.

A suspensão de aulas devido à falta de água para consumo e higiene demonstra as problemáticas sociais desse cenário, afetando não apenas a infraestrutura básica, mas também a educação local.

Para mais, durante a temporada de seca, que ocorre entre os meses de agosto e novembro, é comum observar um aumento nos casos de doenças relacionadas às condições climáticas adversas. De acordo com os dados apresentados a seguir, as principais enfermidades registradas no município durante esse período incluem problemas gastrointestinais, respiratórios, como a asma, e casos de hipertensão. Além disso, questões dermatológicas também são frequentes. Nas áreas rurais, a escassez de água tratada impacta diretamente na produção de alimentos, resultando em uma diminuição na qualidade da alimentação e um aumento nos casos de anemia.

ATENDIMENTOS INDIVIDUAIS REALIZADOS NAS UBS DE CAVALCANTE PERÍODO: 01/08/2023 A 31/10/2023	
Tipo de Atendimento	Número de Atendimentos
Atendimentos por problemas respiratórios	181
Atendimentos por problemas gastrointestinais	147
Atendimentos por picos hipertensivos	512
Atendimentos por problemas dermatológicos	31
Atendimentos por crises de asma	10
Atendimentos por anemias	37

Fonte: SISAB/e-SUS

11.1 CONSTRUÇÃO DE CENÁRIO

CENÁRIO 05	
Ameaça	Seca na região
Risco	As secas podem causar aumento de epidemias, doenças respiratórias e desidratação.
Hipótese Acidental	Mortalidade humana e de animais; incêndios florestais e falta d´água.
Áreas de risco	O cenário abrange todo o município de Cavalcante, em especial as seguintes áreas: zona urbana; zona rural (Povoado Vermelho e Capela do Rio Preto) com ênfase no Quilombo (Vão do Moleque e Vão de Almas - maiores regiões e São Domingos)

2.2 DESDOBRAMENTOS EM FUNÇÃO DO CENÁRIO

- Perda de gado e de produção na agricultura familiar, afetando economicamente o município e as famílias.
- Suspensão das aulas na área rural por falta de água para consumo e limpeza.
- Gasto de dinheiro público fora da previsão orçamentária para distribuição de água na zona rural.
- Desdobramentos relacionados à saúde pública.

2.3 Indicação dos danos e prejuízos estimados

Prejuízo econômico privado:	R$ 1.000.000,00
Prejuízo econômico público:	R$ 500.000,00
Dano material:	-
Dano humano:	Toda a população pode ser afetada – 9583 pessoas

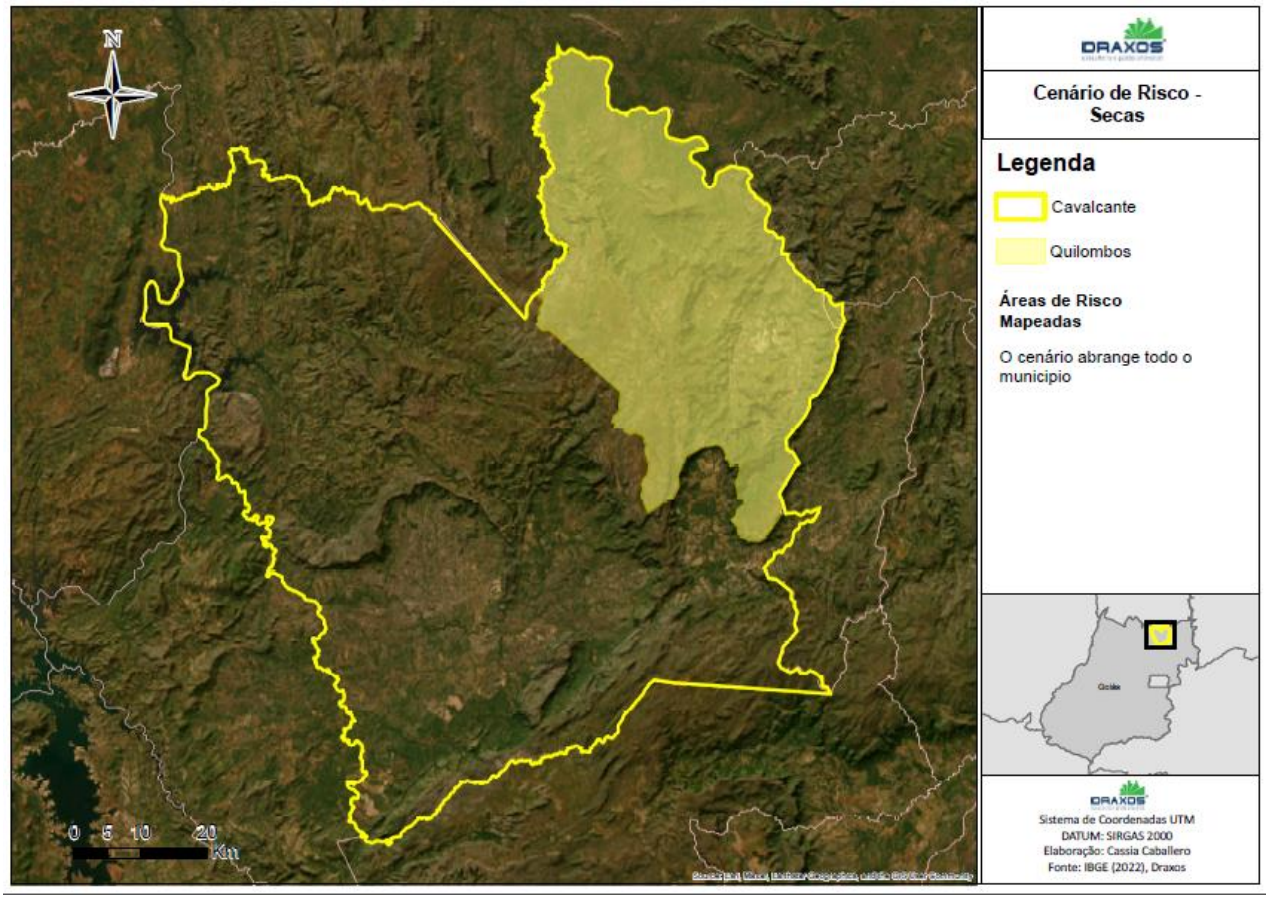


Figura 8 - Área de risco cenário de secas, todo o município de Cavalcante.

Como demonstrado no mapa acima, em um cenário de seca, todo o território do município de Cavalcante é considerado uma zona de risco, impactando assim toda a sua população residente, tanto na área urbana quanto na rural.

11.2 MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO PARA A SECA

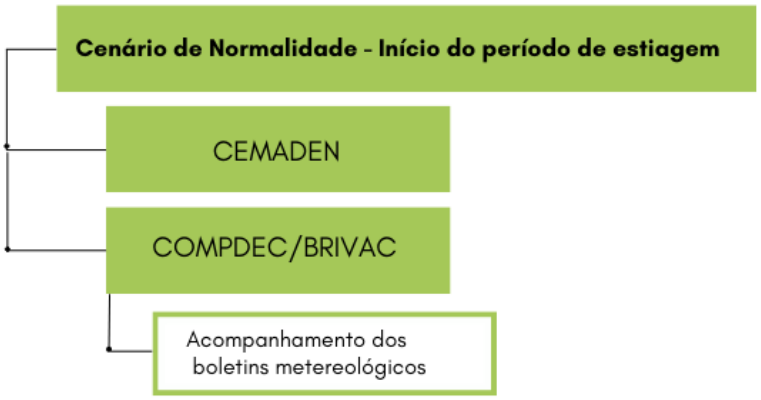
11.2.1 GATILHOS PARA OS CENÁRIOS DE SECA

NÍVEL	CARACTERIZAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS
Nível I	Período de estiagem, URA até 30%, possibilidade de incêndios.	• Coletar diariamente os dados dos índices de Umidade Relativa do Ar (URA) do município e repassá-los aos órgãos competentes como Secretaria de Saúde, Corpo de Bombeiros e Brigadas (PREVFogo e BRIVAC); • Executar inspeções preventivas em regiões de conservação e de interesse estratégico com alto índice de risco de incêndio; • Realizar plantão ininterrupto durante os meses com maior incidência de incêndios, podendo o Coordenador Municipal de Defesa Civil direcionar os colaboradores do PREVFogo e das brigadas de incêndio locais para responder aos chamados recebidos durante este período.

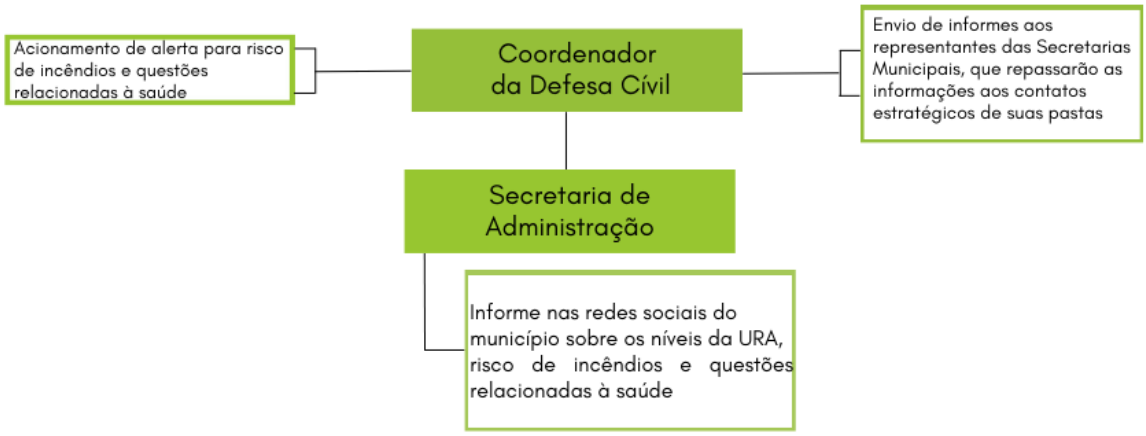
NÍVEL	CARACTERIZAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS
NÍvel II	Período de seca, URA entre 30% e 20%, ocorrência de incêndios de leve ou baixa magnitude.	• O **Nível II** poderá ser ativado quando a Umidade Relativa do Ar (URA) atingir níveis entre 30% e 20%, ou quando houver a ocorrência de incêndios, seja de forma espontânea por condicionantes naturais, por ação humana intencional ou não, ameaçando as áreas ocupadas, contabilizando danos humanos, materiais e ambientais; Devem ser realizados os seguintes procedimentos: • Proceder à totalidade dos itens estabelecidos para o **Nível I** • Executar inspeções de campo nas áreas de risco de incêndio. Solicitar apoio aos responsáveis do PREVFogo e da BRIVAC; • Os responsáveis por realizar as inspeções em campo devem divulgar os dados obtidos para a COMPDEC, para que assim a coordenadoria possa realizar alterações de nível, caso sejam necessárias. • Realizar a mudança do nível, a partir dos índices de URA e da ocorrência de incêndios; • Veicular, através dos canais de comunicação estabelecidos, avisos à população para: a) Evitar a realização de exercícios físicos ao ar livre entre as 11h00 e 15h00; b) Buscar manter o ambiente umidificado por meio de vaporizadores, toalhas molhadas, recipientes com água, etc.; c) Priorizar locais protegidos do sol, como por exemplo, em áreas verdes (vegetadas); d) Consumir água à vontade; e) Divulgar os contatos para acionar as autoridades competentes em situações de emergência, tais como a COMPDEC, Corpo de Bombeiros e Brigadas.
Nível III	Período de seca, URA entre 20% e 12%, ocorrência de incêndios baixa ou média magnitude..	• O estado de alerta poderá ser ativado quando a Umidade Relativa do Ar (URA) atingir níveis entre 20% a 12%, ou quando houver a ocorrência de incêndios, seja de forma espontânea por condicionantes naturais, por ação humana intencional ou não, ameaçando as áreas ocupadas, contabilizando danos humanos, materiais e ambientais; • Acionar o Estado quando os recursos atualmente disponíveis não forem suficientes para atender às necessidades da ocorrência, tanto em termos de materiais ou financeiros quanto de equipes para auxiliar no salvamento. • Divulgar, por meio dos canais de comunicação estabelecidos, avisos à população para: e) Reforçar as recomendações do estado de atenção; f) Evitar a prática de atividades físicas e trabalhos ao ar livre durante o período compreendido entre as 10h00 e as 16h00; g) Evitar aglomerações em ambientes fechados; h) Sempre que possível, usar soro fisiológico para olhos e narinas.

NÍVEL	CARACTERIZAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS
Nível IV	Período de seca, URA com índice <12%, ocorrência de incêndios de alta magnitude.	O estado de emergência poderá ser ativado quando a Umidade Relativa do Ar (URA) atingir níveis abaixo de 12%, ou quando houver a ocorrência de incêndios, seja de forma espontânea por condicionantes naturais, por ação humana intencional ou não, ameaçando extrapolar os limites do município, podendo atingir cidades de outros estados contabilizando danos humanos, materiais e ambientais; • Executar todas as orientações definidas para o nível de alerta; • Acionar o Estado quando os recursos atualmente disponíveis não forem suficientes para atender às necessidades da ocorrência, tanto em termos materiais ou financeiros quanto de equipes para auxiliar no salvamento.; • Em caso de ocorrência de incêndios que se alastrarem além das fronteiras do estado e quando os recursos disponíveis não forem o bastante para atender às demandas da situação, tanto em termos de materiais e finanças, quanto de equipes de resgate, acionar o Governo Federal. • Divulgar, por meio dos canais de comunicação estabelecidos, notificações à comunidade para: e) Seguir as recomendações do estado de atenção e alerta; f) Evitar a realização de quaisquer atividades ao ar livre durante o período compreendido entre 10:00h e 16:00h. Como aulas de educação física, coleta de lixo e entrega de correspondência, etc.; g) Suspender atividades com aglomeração de pessoas em recintos fechados, entre o período de 10:00h e 16:00h; h) No período das tardes, manter ambientes internos úmidos, principalmente quartos de crianças, idosos e hospitais.

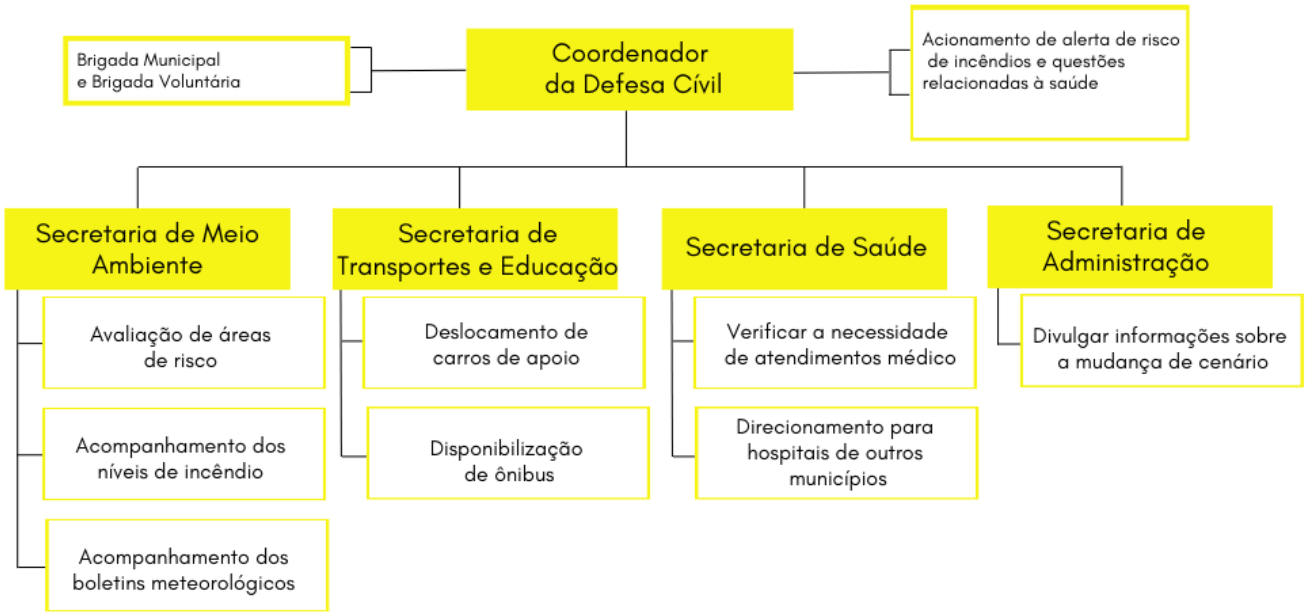
O fluxograma abaixo demonstra a comunicação e as notificações que devem ser feitas durante a evolução do cenário de risco de seca.

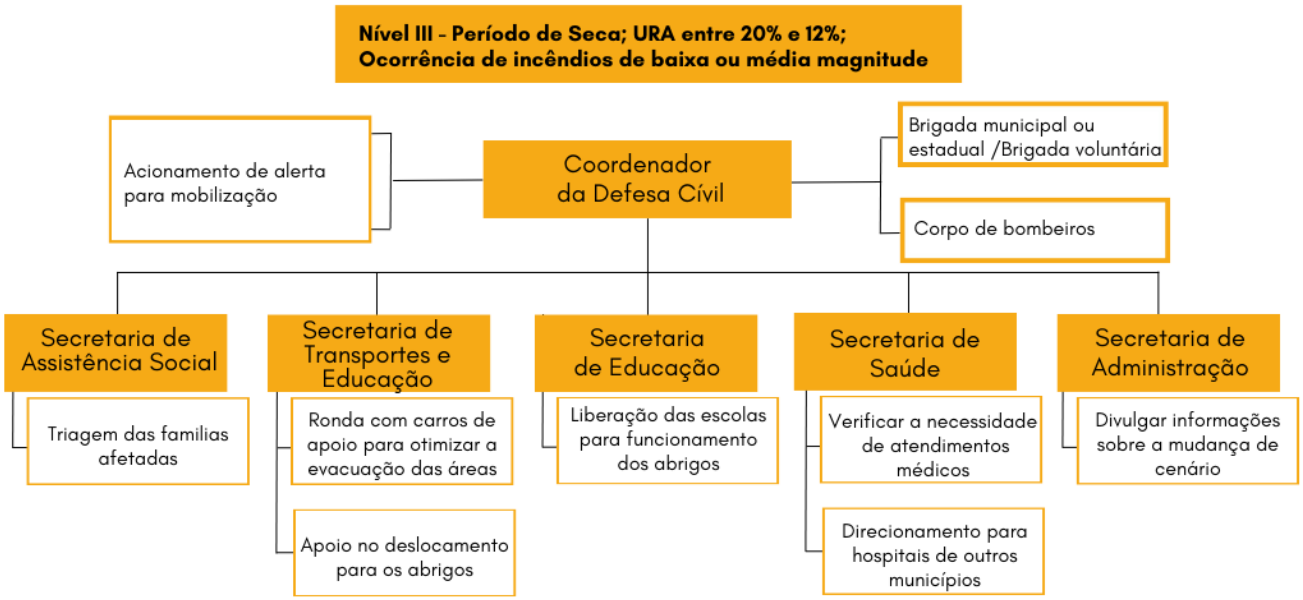


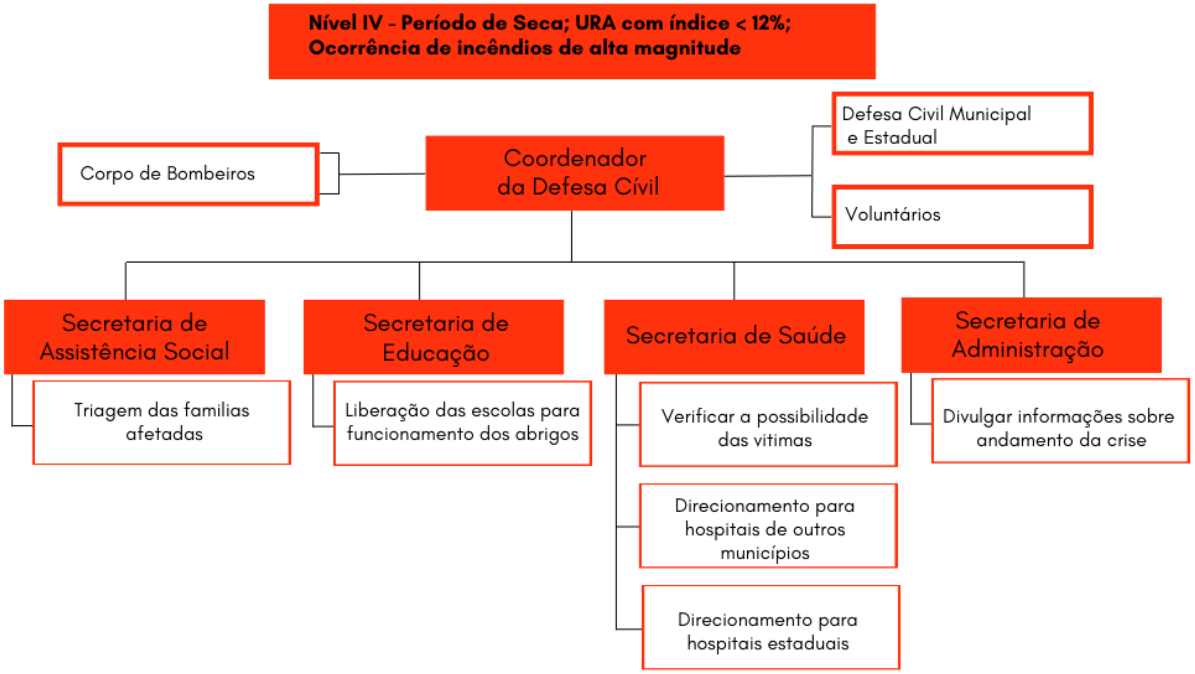
Nível I - Período de estiagem; URA até 30%; Possibilidade de incêndios

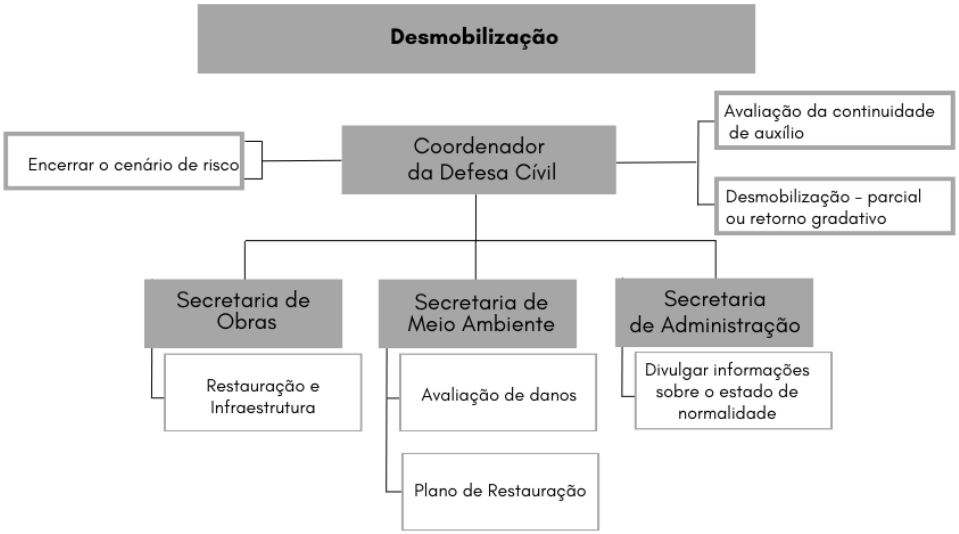


Nível II - Período de Seca; URA entre 30% e 20%; Ocorrência de incêndios de leve a baixa magnitude.




Nível III - Período de Seca; URA entre 20% e 12%;
Ocorrência de incêndios de baixa ou média magnitude
Acionamento de alerta para mobilização
Coordenador da Defesa Cívil
Brigada municipal ou estadual /Brigada voluntária
Corpo de bombeiros
Secretaria de Assistência Social
Triagem das familias afetadas
Secretaria de Transportes e Educação
Ronda com carros de apoio para otimizar a evacuação das áreas
Apoio no deslocamento para os abrigos
Secretaria de Educação
Liberação das escolas para funcionamento dos abrigos
Secretaria de Saúde
Verificar a necessidade de atendimentos médicos
Direcionamento para hospitais de outros municípios
Secretaria de Administração
Divulgar informações sobre a mudança de cenário


Nível IV - Período de Seca; URA com índice < 12%;
Ocorrência de incêndios de alta magnitude
Corpo de Bombeiros
Coordenador da Defesa Cívil
Defesa Civil Municipal e Estadual
Voluntários
Secretaria de Assistência Social
Triagem das familias afetadas
Secretaria de Educação
Liberação das escolas para funcionamento dos abrigos
Secretaria de Saúde
Verificar a possibilidade das vitimas
Direcionamento para hospitais de outros municípios
Direcionamento para hospitais estaduais
Secretaria de Administração
Divulgar informações sobre andamento da crise


Desmobilização
Encerrar o cenário de risco
Coordenador da Defesa Cívil
Avaliação da continuidade de auxílio
Desmobilização - parcial ou retorno gradativo
Secretaria de Obras
Restauração e Infraestrutura
Secretaria de Meio Ambiente
Avaliação de danos
Plano de Restauração
Secretaria de Administração
Divulgar informações sobre o estado de normalidade

11.2.2 RELAÇÃO DAS PESSOAS, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

A integração dos diversos órgãos públicos e entidades desempenham papéis cruciais para lidar com a situação de seca no município de Cavalcante. A Secretaria Municipal de Saúde assume a responsabilidade de coordenar ações emergenciais para fornecer água potável e prevenir doenças associadas à falta desta. A Secretaria Municipal de Transporte torna-se essencial na logística de distribuição de água, garantindo o abastecimento eficiente das comunidades rurais.

A Secretaria Municipal de Agricultura, por sua vez, concentra esforços em promover práticas sustentáveis na agricultura, enquanto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente lidera ações de conscientização e preservação ambiental. A Assistência Social atua diretamente nas comunidades, fornecendo suporte às famílias vulneráveis.

As Associações do Quilombo Kalunga desempenham um papel fundamental ao identificar as necessidades específicas dessas comunidades, adaptando soluções à sua realidade. A Defesa Civil e o Prevfogo, voltados para gestão de desastres naturais e prevenção de incêndios florestais causadas pela seca, respectivamente, desempenham funções estratégicas na resposta a emergências.

Nome	Organização/Função	Contatos
Eucilene Souza - secretária	Secretaria Municipal de Saúde	(62) 99802-1924
Elmar Aguiar - secretário	Secretaria Municipal de Transporte	(61) 99600-8699
João Filho - secretário/Juranir Maia - diretor agricultura familiar	Secretaria Municipal de Agricultura	João - (61) 99947-2224/Juranir - (61) 999972-4227
Carolina Magalhães - secretária	Secretaria Municipalde Administração	(62) 99913-7022
João Ribas - secretário	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	(61) 99917-6881
Ricardo Galvão - coordenador/Heloíse Malta - técnica /Selma - secretária/ João Ribas - operação	Defesa Civil	Ricardo - (62) 99656-3758/Heloíse - (61) 99652-8575/Selma - (62) 99835-6969/João - (61) 99917-6881

Nome	Organização/Função	Contatos
Charleston Vieira de Melo - coordenador/Sara Vieira - assessora da secretária/Luceni Dos Santos Rosa - secretária	CRAS	Charleston - (62) 99649-1679/Sara -(62) 99611-6400/Luceni - (62) 99984-5944
Carolina Magalhães - secretária de administração/Danilo Ferreira - chefe de gabinete	Prefeitura Municipal de Cavalvante	Carolina - (62) 99913-7022/Danilo - (62) 99825-3760
Luceni Dos Santos Rosa - secretária	Secreraria Municipal de Assistência Social	(62) 99984-5944
Carlos Pereira - presidente	Associações do Quilombo Kalunga - AQK	(62) 99867-7528
Charles Pereira Pinto - supervisor/João Gabriel Santos - supervisor/Lucas Alves - supervisor	Prevfogo	Charles - (61) 99869-1945/João Gabriel - (62) 99643-0472/ Lucas - (62) 99643-0472
Rafael Drumont - presidente/João Ribas - vice presidente/Maurício Bollinger - tesoureiro	BRIVAC	Rafael - (62) 98947-5482/João - (61) 99917-6881/Maurício - (62) 999668-1065

11.2.3 CADASTRO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APOIO E EMPENHO

Identificação do recurso	Responsável / Operador	Quantidade disponível	Contatos
Caminhão pipa	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo); Elmar Aguiar (Secretaria de Transporte)	1 (Prevfogo); 1 (Secretaria)	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946; Elmar - (61) 99600-8699
Viatura; caminhão marruá	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo); João Ribas, Mauríco e Rafael (BRIVAC)	4 (Prevfogo); 1 (BRIVAC)	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946; João - (61) 99917-6881, Maurício - (62) 999668-1065 e Rafael - (62) 98947-5482
UTV/ATV - buggy	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo);	5	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946
Soprador	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo); João Ribas, Mauríco e Rafael (BRIVAC)	15 (Prevfogo); 10 (BRIVAC)	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946; João - (61) 99917-6881, Maurício - (62) 999668-1065 e Rafael - (62) 98947-5482

Identificação do recurso	Responsável / Operador	Quantidade disponível	Contatos
Moto-serra	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo); João Ribas, Mauríco e Rafael (BRIVAC)	9 (Prevfogo); 1 (BRIVAC)	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946; João - (61) 99917-6881, Maurício - (62) 999668-1065 e Rafael - (62) 98947-5482
Moto bomba	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo);	3	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946
Roçadeira motorizada	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo); João Ribas, Mauríco e Rafael (BRIVAC)	3 (Prevfogo); 1 (BRIVAC)	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946; João - (61) 99917-6881, Maurício - (62) 999668-1065 e Rafael - (62) 98947-5482
Abafadores	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo); João Ribas, Mauríco e Rafael (BRIVAC)	40 (Prevfogo); 5 (BRIVAC)	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946; João - (61) 99917-6881, Maurício - (62) 999668-1065 e Rafael - (62) 98947-5482
Bomba costal rígida	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo); João Ribas, Mauríco e Rafael (BRIVAC)	25 (Prevfogo); 4 (BRIVAC)	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946; João - (61) 99917-6881, Maurício - (62) 999668-1065 e Rafael - (62) 98947-5482
Bomba costal flexível	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo); João Ribas, Mauríco e Rafael (BRIVAC)	10 (Prevfogo); 5 (BRIVAC)	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946; João - (61) 99917-6881, Maurício - (62) 999668-1065 e Rafael - (62) 98947-5482
Pinga fogo	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo); João Ribas, Mauríco e Rafael (BRIVAC)	12 (Prevfogo); 2 (BRIVAC)	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946; João - (61) 99917-6881, Maurício - (62) 999668-1065 e Rafael - (62) 98947-5482
Enxadas	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo); João Ribas, Mauríco e Rafael (BRIVAC)	25 (Prevfogo); 5 (BRIVAC)	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946; João - (61) 99917-6881, Maurício - (62) 999668-1065 e Rafael - (62) 98947-5482
Enxadão	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo); João Ribas, Mauríco e Rafael (BRIVAC)	10 (Prevfogo); 1 (BRIVAC)	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946; João - (61) 99917-6881, Maurício - (62) 999668-1065 e Rafael - (62) 98947-5482

Identificação do recurso	Responsável / Operador	Quantidade disponível	Contatos
Foice	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo); João Ribas, Mauríco e Rafael (BRIVAC)	12 (Prevfogo); 1 (BRIVAC)	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946; João - (61) 99917-6881, Maurício - (62) 999668-1065 e Rafael - (62) 98947-5482
Mackload	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo)	8	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946
Pulaski	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo)	5	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946
Pá	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo); João Ribas, Mauríco e Rafael (BRIVAC)	12 (Prevfogo); 2 (BRIVAC)	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946; João - (61) 99917-6881, Maurício - (62) 999668-1065 e Rafael - (62) 98947-5482
Facão	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo); João Ribas, Mauríco e Rafael (BRIVAC)	70 (Prevfogo); 10 (BRIVAC)	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946; João - (61) 99917-6881, Maurício - (62) 999668-1065 e Rafael - (62) 98947-5482
Gerador	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo)	2	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946
EPI	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo); João Ribas, Mauríco e Rafael (BRIVAC)	70 (Prevfogo); 20 (BRIVAC)	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946; João - (61) 99917-6881, Maurício - (62) 999668-1065 e Rafael - (62) 98947-5482
Rádio comunicador	José Gabriel, Lucas Alves e Charles Pereira (Prevfogo); João Ribas, Mauríco e Rafael (BRIVAC)	12 (Prevfogo); 10 (BRIVAC)	José - (62) 99643-0472, Lucas - (62) 99982-4326 e Charles - (61) 99869-1946; João - (61) 99917-6881, Maurício - (62) 999668-1065 e Rafael - (62) 98947-5482
Poço artesiano	Fernanda Faria e Josemilson Costa (Secretaria de Obras)	4	Fernanda - (62) 99968-4980 e Josemilson - (62) 99947-4836

11.2.4 IDENTIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES		
Área	**Instalação**	**Localização**
Gracia, Vão dos Órfãos (Assentamento Rio Bonito), São Domingos, Chapada	**Posto de Comando**	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Área de espera	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Abrigo 1 - Gracia (não tem escola em Gracia)	Escola Municipal Joselina Francisco Maia (Engenho II)
	Abrigo 2 - Vão dos Órfãos (Assentamento Rio Bonito)	Escola Municipal Órfãos
	Abrigo 3 - Chapada	Escola Municipal Joselina Francisco Maia (Engenho II)
	Abrigo 4 - São Domingos	Escola Municipal Vereador Anedino de Deus Coutinho
	Ponto de encontro 1	Escola Municipal Joselina Francisco Maia (Engenho II)
	Ponto de encontro 2	Escola Municipal Órfãos
	Ponto de encontro 3	Escola Municipal Joselina Francisco Maia (Engenho II)
	Ponto de encontro 4	Escola Municipal Vereador Anedino de Deus Coutinho
	Acampamento/Base	Escolas/capelas ou residências particulares
	Heliponto/helibase	Área aberta mais próxima - não possui heliponto pré-estabelecido
Área de Amortecimento do PNCV (fazendas particulares e povoados)	**Posto de Comando**	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Área de espera	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Abrigo 1 - Povoado do Rio Preto	Escola Municipal Rio Preto
	Abrigo 2 - Povoado Capela	Escola Municipal Planalto
	Ponto de encontro 1	Escola Municipal Rio Preto
	Ponto de encontro 2	Escola Municipal Planalto
	Acampamento/Base	Escolas/capelas ou residências particulares
	Heliponto/helibase	Área aberta mais próxima - não possui heliponto pré-estabelecido
Catingueiro (fazendas particulares)	**Posto de Comando**	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Área de espera	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Abrigo 1 - Catingueiro (não tem escola)	Escola Municipal Rural Planalto (Povoado Vermelho)
	Ponto de encontro 1	Escola Municipal Rural Planalto (Povoado Vermelho)

IDENTIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES		
Área	**Instalação**	**Localização**
	Acampamento/Base	Escolas/capelas ou residências particulares
	Heliponto/helibase	Área aberta mais próxima - não possui heliponto pré-estabelecido
Rocinha, Povoado Vermelho	**Posto de Comando**	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Área de espera	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Abrigo 1 - Rocinha (não tem escola)	Escola Municipal Rural Planalto (Povoado Vermelho)
	Abrigo 2 - Povoado Vermelho	Escola Municipal Rural Planalto
	Abrigo 3 - Traíra	Escola Municipal Traíras
	Ponto de encontro 1	Escola Municipal Rural Planalto
	Ponto de encontro 2	Escola Municipal Rural Planalto
	Ponto de encontro 3	Escola Municipal Traíras
	Acampamento/Base	Escolas/capelas ou residências particulares
	Heliponto/helibase	Área aberta mais próxima - não possui heliponto pré-estabelecido
Escuro- São José e Prata	**Posto de Comando**	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Área de espera	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Abrigo 1 - São José	Escola Municipal João de Deus Coutinho
	Abrigo 2 - Prata	Escola Municipal Santo Antônio
	Ponto de encontro 1	Escola Municipal João de Deus Coutinho
	Ponto de encontro 2	Escola Municipal Santo Antônio
	Acampamento/Base	Escolas/capelas ou residências particulares
	Heliponto/helibase	Área aberta mais próxima - não possui heliponto pré-estabelecido
ÁREA QUILOMBO KALUNGA		
Quilombo-Engenho	**Posto de Comando**	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Área de espera	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Abrigo 1 - Engenho (não tem escola)	Escola Municipal Joselina Francisco Maia (Engenho II)
	Ponto de encontro 1	Escola Municipal Joselina Francisco Maia (Engenho II)
	Acampamento/Base	Escolas/capelas ou residências particulares
	Heliponto/helibase	Área aberta mais próxima - não possui heliponto pré-estabelecido
Quilombo - Santo Antônio,	**Posto de Comando**	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado

IDENTIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES		
Área	**Instalação**	**Localização**
Congonhas, Salinas, Corrente, Maiadinha e Capela do Vão do Moleque	**Área de espera**	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Abrigo 1 - Santo Antônio	Escola Municipal Santo Antônio
	Abrigo 2 - Congonhas	Escola Municipal Congonhas
	Abrigo 3 - Capela de Salinas	Escola Municipal de Salinas
	Abrigo 4 - Salinas	Escola Municipal de Salinas
	Abrigo 5 - Corrente	Escola Municipal de Corrente
	Abrigo 6 - Maiadinha	Escola Municipal José Cabral de Araújo
	Abrigo 7 - Capela do Vão do Moleque	Escola Municipal Capela do Vão do Moleque
	Ponto de encontro 1	Escola Municipal Santo Antônio
	Ponto de encontro 2	Escola Municipal Congonhas
	Ponto de encontro 3	Escola Municipal de Salinas
	Ponto de encontro 4	Escola Municipal de Salinas
	Ponto de encontro 5	Escola Municipal de Corrente
	Ponto de encontro 6	Escola Municipal José Cabral de Araújo
	Ponto de encontro 7	Escola Municipal Capela do Vão do Moleque
	Acampamento/Base	Escolas/capelas ou residências particulares
	Heliponto/helibase	Área aberta mais próxima - não possui heliponto pré-estabelecido
Quilombo - Vão de Almas	**Posto de Comando**	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Área de espera	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (Antigo PET) - Rua 210, Vila Morro Encantado
	Abrigo 1 - Vão de Almas	Escola Municipal Córrego da Serra
	Abrigo 2 - Vão de Almas	Escola Municipal Cocos
	Abrigo 3 - Vão de Almas	Escola Municipal Santo Antônio
	Abrigo 4 - Vão de Almas	Escola Municipal Dona Joana Pereira das Virgens
	Ponto de encontro 1	Escola Municipal Córrego da Serra
	Ponto de encontro 2	Escola Municipal Cocos
	Ponto de encontro 3	Escola Municipal Santo Antônio
	Ponto de encontro 4	Escola Municipal Dona Joana Pereira das Virgens
	Acampamento/Base	Escolas/capelas ou residências particulares
	Heliponto/helibase	Área aberta mais próxima - não possui heliponto pré-estabelecido

11.3 PLANO DE AÇÃO DE ENFRENTAMENTO – RESPOSTAS A SECA

11.3.1 IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL E DO MECANISMO DE ACIONAMENTO DO PLANO DE RESPOSTA

Mecanismo de acionamento	Responsável
Ligação telefônica	Ricardo Galvão - Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil
Ligação telefônica	Carolina Magalhães - Secretaria Municipal de Administração
Ligação telefônica	Danilo Ferreira - Chefe de Gabinete
Ligação telefônica	João Ribas - Secretário de Meio Ambiente
Ligação telefônica	Charles - Supervisor do Prevfogo - Em casos de incêndios florestais
Ligação telefônica	Rafael Drumont - Presidente da BRIVAC - Em casos de incêndios florestais

11.3.2 INDICAÇÃO DO MECANISMO DE MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (SISTEMA DE ALARME E ALERTA

Conscientizar a população sobre o iminente cenário de seca é uma tarefa crucial para garantir a segurança das comunidades. Para isso, estratégias diversas precisam ser empregadas, considerando a heterogeneidade das áreas urbanas, rurais e comunidades quilombolas.

Através das plataformas de aplicativos online como *WhatsApp* e redes sociais dos órgãos públicos, informações urgentes e orientações podem ser compartilhadas por grupos e listas de transmissão, em tempo real. As ligações telefônicas também desempenham um papel importante, proporcionando um canal direto de comunicação, principalmente em regiões onde o acesso à internet pode ser limitado. Essa abordagem é essencial para garantir que mesmo em áreas mais remotas, as informações sobre a escassez de água e as medidas preventivas alcancem a população.

A presença ativa nas redes sociais é fundamental para disseminar informações de maneira rápida e abrangente, utilizando conteúdos audiovisuais, na intenção de informar sobre a situação do cenário e as ações recomendadas em caso de secas.

Por fim, a abordagem porta a porta desempenha um papel crucial na conscientização local. Essa estratégia permite não apenas informar sobre os riscos da seca, mas também educar a população sobre práticas sustentáveis e sobre a gestão eficiente da água na região.

Mecanismo de alerta e alarme	Responsável	Como fazer
WhatsApp (zona urbana e rural)	Líderes comunitários	Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil transmite a mensagem para os líderes comunitários, e posteriormente este líder compartilha as informações por meio do grupo da comunidade.
Carro de som (zona urbana)	Licitação para contratação	Transitar com o veículo nos locais que poderão ser afetados pelo desastre, alertando a população sobre a possibilidade de incêndio.
Instagram - Rede Social da Prefeitura (zona urbana e rural)	Secretaria Municipal de Administração	A rede social serve como meio de prevenção e contenção, atuando na divulgação para potenciais deslizamentos devido ao cenário climático e de alerta, com intuito de mobilizar a população próxima da área que estará em risco. O Instagram serve também como meio de informações, sendo utilizado preferencialmente o áudio visual.
Comunicação porta a porta (zona rural)	Agentes de saúde e professores das escolas da zona rural	Atuam durante o risco. Em caso de propagação do fogo, comunicam os moradores das comunidades. São o ponto focal para receber ligações de emergências e comunicar à Defesa Civil. Avisam a comunidade sobre o risco de incêndios, atuam como veiculadores de informações de prevenção e disseminação dos contatos para serem acionados em caso da efetivação do cenário de risco

11.3.3 IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DE ENCONTRO E ROTAS DE FUGA

IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DE ENCONTRO E ROTAS DE FUGA		
Região	**Nome do ponto de encontro**	**Descrição da rota de fuga**
Gracia, Vão dos Órfãos (Assentamento Rio Bonito), São Domingos, Chapada	Ponto de encontro 1 - Escola Municipal Joselina Francisco Maia (Engenho II)	-
	Ponto de encontro 2 - Escola Municipal Órfãos	Rota 01: Inicio Trevo Engenho III, Siga na direção sudoeste por 13,1 km. Rota 02: Inicio Serra do Assentamento Siga na direção oeste por 2,0 km.
	Ponto de encontro 3 - Escola Municipal Joselina Francisco Maia (Engenho II)	-
	Ponto de encontro 4 - Escola Municipal Vereador Anedino de Deus Coutinho	-
Área de Amortecimento do PNCV (fazendas particulares e povoados)	Ponto de encontro 1 - Escola Municipal Rio Preto	-
	Ponto de encontro 2 - Escola Municipal Planalto	-
Catingueiro (fazendas particulares)	Ponto de encontro - Escola Municipal Rural Planalto (Povoado Vermelho)	-
Rocinha, Povoado Vermelho	Ponto de encontro 1 - Escola Municipal Rural Planalto	Ponto de saída Trevo Fazenda Agua Boa. Siga na direção noroeste por 12,8 km Continue em frente mais 8,5 km Vire à esquerda O destino estará à direita por mais 13,2 km
	Ponto de encontro 2 - Escola Municipal Rural Planalto	-
	Ponto de encontro 3 - Escola Municipal Traíras	-
São José e Prata	Ponto de encontro 1 - Escola Municipal João de Deus Coutinho	Inicio Trevo Morros/São José. Siga na direção sudoeste por 17,9 km Vire à direita por 200 m Vire à esquerda
	Ponto de encontro 2 - Escola Municipal Santo Antônio	-
COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO (CRQ) KALUNGA		
Engenho	Ponto de encontro - Escola Municipal Santo Antônio	-
Santo Antônio, Congonhas, Salinas, Corrente, Maiadinha e Capela do Vão do Moleque	Ponto de encontro 1 - Escola Municipal Santo Antônio	-
	Ponto de encontro 2 - Escola Municipal Congonhas	-
	Ponto de encontro 3 - Escola Municipal de Salinas	Início Trevo Vão Do Moleque/Salinas Siga na direção nordeste por 10 km

IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DE ENCONTRO E ROTAS DE FUGA		
Região	**Nome do ponto de encontro**	**Descrição da rota de fuga**
	Ponto de encontro 4 - Escola Municipal de Salinas	Início Trevo Vão Do Moleque/Salinas Siga na direção nordeste por 10 km
	Ponto de encontro 5 - Escola Municipal de Corrente	-
	Ponto de encontro 6 - Escola Municipal José Cabral de Araújo	-
	Ponto de encontro 7 - Escola Municipal Capela do Vão do Moleque	Início Região do Corrente Siga na direção sudeste por 15 km
Vão de Almas	Ponto de encontro 1 - Escola Municipal Córrego da Serra	-
	Ponto de encontro 2 - Escola Municipal Cocos	-
	Ponto de encontro 3 - Escola Municipal Santo Antônio	Início Passagem do Rio Maquine. Siga na direção noroeste 7,4 km Continue em frente A Escola estará à esquerda 950 m.
	Ponto de encontro 4 - Escola Municipal Dona Joana Pereira das Virgens	-

11.4 PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (APÓS O DESASTRE)

PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (após o desastre)		
O que fazer	**Responsável**	**Quando fazer**
Instalação do Posto de Comando.	COMPDEC, prefeito e secretários municipais.	Imediatamente após o incidente.
Realizar os primeiros socorros em campo e encaminhamento ao hospital.	COMPDEC, Secretaria de saúde, Corpo de Bombeiros.	Após instalação do Posto de Comando e deliberações do grupo de resposta ao desastre. Realizar os primeiros socorros em campo.
Triagem das pessoas afetadas pelo desastre e encaminhamento aos abrigos ou residências de parentes ou amigos (fora da área de risco). Os ônibus da frota municipal poderão ser utilizados.	COMPDEC, CRAS, Secretaria de Administração e de Transportes.	Tão logo as pessoas afetadas forem cadastradas.
Restabelecimento dos serviços essenciais (energia elétrica, água e telefonia).	COMPDEC, secretários municipais e responsáveis pelas prestadoras de serviços.	Assim que o cenário estiver controlado e for possível retomar esses serviços.

PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (após o desastre)		
O que fazer	**Responsável**	**Quando fazer**
Definição dos locais e instalação de abrigos temporários.	COMPDEC, CRAS, Secretaria de Educação.	Após deliberação do comando unificado e providenciada a disponibilidade das instalações que servirão de abrigos.
Vistorias nas áreas afetadas.	COMPDEC, Secretaria de Obras e Corpo de Bombeiros.	Havendo disponibilidade e condições de segurança para as pessoas que procederão as vistorias.
Decretação de Situação de Emergência / Estado de Calamidade Pública (observar quesitos da Instrução Normativa 02/2016), se for o caso.	Prefeito, COMPDEC, Secretaria de Administração.	No caso de decretação o prazo conforme legislação é de 15 dias a partir da data do desastre para eventos súbitos.
Desobstrução e recuperação de vias e obras de arte especiais (pontes, passarelas, etc).	Secretaria de Obras e Transportes.	Assim que haja segurança para a realização dos trabalhos e definição do melhor método a ser utilizado evitando agravamento do cenário.
Recepção, triagem e distribuição de ajuda humanitária aos afetados.	COMPDEC, CRAS e voluntários.	A medida que as doações forem chegando, evitando acúmulo e perda e materiais perecíveis.
Retorno dos afetados para suas residências.	COMPDEC, CRAS e Secretaria de transportes.	Procedidas as vistorias, as moradias que não forem classificadas como risco e tiverem condições de habitação.
Desmobilização do Posto de Comando e abrigos.	COMPDEC, prefeito e secretários municipais.	Após o restabelecimento dos serviços essenciais e condições de segurança dos locais afetados.
Encaminhar famílias desalojadas.	COMPDEC e CRAS	Direcionar as famílias desalojadas para projetos sociais para recuperação da moradia

12. CENÁRIO EPIDEMIOLÓGICO

As consequências dos cenários de estiagem e enchentes para a saúde humana são inúmeras e têm um impacto significativo no perfil da mortalidade da população. Alguns efeitos na saúde podem ser observados a curto prazo, enquanto outros têm efeitos indiretos a longo prazo, muitas vezes sendo percebidos meses ou até anos após o evento ocorrer. Esses efeitos na saúde podem ser amplificados por várias condições já existentes, como a má nutrição e as condições socioeconômicas da população, quadros de vulnerabilidades individuais e coletivas e desafios socioambientais (SILVA *et al.*, 2015).

Diante dos potenciais cenários de risco, o município de Cavalcante corre o risco de enfrentar surtos epidêmicos, como surtos de diarreia, dengue, infecções gastrointestinais, tracoma, desidratação, leptospirose, esquistossomose, entre outros, que podem se transformar em uma Emergência de Saúde Pública (ESP). Essas situações podem sobrecarregar os serviços de saúde locais, ultrapassando sua capacidade de resposta.

O quadro a seguir apresenta os comprometimentos para respostas e ações para prevenção, contenção e mitigação para que o município esteja preparado para lidar com esses desafios e que possa garantir a segurança e o bem-estar da população.

Medidas de Prevenção
→ Monitoramento climático e previsão meteorológica interligado a um sistema de alerta eficaz; → Avaliação da vulnerabilidade em relação às condições de saneamento, saúde e ocupação nas áreas de risco; → Estabelecimento de sistemas de monitoramento e vigilância acerca dos eventos, áreas e grupos vulneráveis, e suas implicações para a saúde, permitindo um estudo contínuo para a preparação e resposta às necessidades de saúde a curto, médio e longo prazos.

Medidas de Contenção
→ Análise do sistema de abastecimento de água e da sua qualidade, associado ao fornecimento/reestabelecimento de água tratada e potável para a população atingida; → Realizar o inventário dos fármacos e materiais em estoque; → Avaliação das regiões que tiveram o sistema de coleta e descarte de resíduos, coleta e tratamento de esgoto afetados pelo evento, em paralelo com medidas de recolhimento e descarte adequado do lixo, reparo do sistema de coleta e tratamento de esgoto e destinação final adequada para os animais mortos;

→ Realizar análise dos alimentos disponíveis e o descarte dos que estiverem contaminados, alinhado à distribuição de mantimentos, utensílios de cozinha e alimentos para os desalojados, bem como à higienização dos mesmos;

→ Mapear os impactos sobre serviços fundamentais para as crianças, como creches e escolas, ligado à reabilitação dos mesmos.

→ O acionamento do Estado ocorrerá quando os recursos atualmente disponíveis não forem suficientes para atender às necessidades da ocorrência, tanto em termos de materiais/financeiros quanto de equipes para auxiliar no salvamento.

→ Em casos onde os recursos disponíveis do Estado não forem o bastante para atender às demandas da situação, tanto em termos de materiais e finanças, quanto de equipes de resgate, acionar o Governo Federal.

Medidas de Mitigação

→ Ações de controle de vetores de hospedeiros de doenças, tanto em nível individual quanto em nível coletivo;

→ Potencializar as ações monitoramento da saúde da população/comunidade que esteve exposta aos riscos de doenças e seus efeitos sobre a saúde;

→ Vacinação imediata contra doenças iminentes, para a população das áreas afetadas;

→ Realizar o inventário dos fármacos e materiais em estoque;

→ Caso necessário, garantir a disponibilização de serviços essenciais, como estruturas de saúde móveis, hospitais de campanha e profissionais de saúde nas regiões afetadas;

→ Implementação de medidas de cuidado e suporte psicossocial para as comunidades impactadas, visando prevenir e monitorar os efeitos de longo prazo dos Transtornos do Estresse Pós-Traumático (cenário de enchestes/inundações/incêndios florestais);

→ Planejar estratégias colaborativas entre o setor de saúde e outras esferas governamentais (defesa civil, meio ambiente, forças armadas, agricultura,

comunicação, transporte, polícia, etc.), nos âmbitos municipal, estadual e federal, para o restabelecimento da normalidade do município.

→ O acionamento do Estado ocorrerá quando os recursos atualmente disponíveis não forem suficientes para atender às necessidades da ocorrência, tanto em termos de materiais/financeiros quanto de equipes para auxiliar no salvamento.

→ Em casos onde os recursos disponíveis do Estado não forem o bastante para atender às demandas da situação, tanto em termos de materiais e finanças, quanto de equipes de resgate, acionar o Governo Federal.

12.1 SISTEMA DE MONITORAMENTO DE EVENTOS EM SAÚDE PÚBLICA - (SIME)

Quando uma Emergência de Saúde Pública (ESP) é certificada, é necessário realizar a notificação imediata no SIME em até 24 horas, a partir do momento em que se tem conhecimento da ocorrência de doença, agravo ou evento de saúde pública.

O SIME é uma plataforma destinada para o registro e acompanhamento de eventos de importância em saúde pública da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS).

O sistema possui diversos módulos onde, são registradas notificações recebidas pela SVS, informações do Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde (CIEVS) em âmbito estadual e municipal, dados de profissionais da saúde, entre outros.

O SIME é utilizado também para monitorar eventos de grande relevância, como os casos que podem ser classificados como Evento de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) ou Evento de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), os quais são acompanhados pelo CIEVS. A plataforma também permite o registro de informes relacionados à vigilância internacional e rumores provenientes da imprensa, mídias sociais e outras fontes, além de oferecer a emissão de relatórios e a realização de pesquisas, sendo acessível para as áreas técnicas e CIEVS locais.

Para agilizar esse processo, a SVS disponibiliza canais de comunicação, como o **Disque Notifica (0800-644-6645)** e o **E-notifica (notifica@saude.gov.br**). Após a inserção de dados no sistema, é fundamental que todas essas informações sejam atualizadas diariamente, assim como as ações desenvolvidas para controlar o cenário

13. DESMOBILIZAÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA

Para a desmobilização do Plano Municipal de Contingência é necessário determinar os parâmetros para a conclusão das atividades, seus responsáveis e, por fim, a avaliação da necessidade de ações de auxílio externo a médio e longo prazo.

A etapa de desmobilização deve ser executada de forma planejada, priorizando os recursos externos e mais impactados nas primeiras operações. Deverá, ainda, prever a reabilitação e reconstrução de cenários sem prejuízo ao acesso da população aos serviços essenciais básicos.

O PLANCON, portanto, deverá ser desmobilizado sempre que forem constatadas condições que descaracterizam os cenários de riscos identificados, seja pela evolução das informações monitoradas, pela não confirmação da ocorrência do evento ou pela dimensão do impacto.

Abaixo são apresentados os principais critérios para a desmobilização do Plano de Contingência.

No caso de precipitações monitoradas pela COMPDEC, sua evolução ser inferior ou igual a 40 mm, caso os problemas tenham sido contidos.

Quando a evolução do nível das lagoas/lagos/rios transbordantes após a ativação do plano, monitorado pelo Chefe de Operações da Defesa Civil, chegar ao seu nível normal.

Ausência de incêndios e desabamentos estruturais confirmada através de averiguação local após o chamado de ocorrência.

Quando o movimento de massa não for detectado pela COMDEC ou as ações de respostas e reconstrução não necessitarem mais de apoio externo.

Quando as ocorrências direcionadas à Defesa Civil, que desencadearam o acionamento do plano, forem atendidas, solucionas ou encaminhadas.

13.1 PROCEDIMENTOS PARA DESMOBILIZAÇÃO DO PLANCON

A autoridade para a realização da desmobilização do Plano Municipal de Contingência é de responsabilidade da **Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC)** e ao **Prefeito Municipal.** Este processo deverá ser realizado de forma gradativa, cabendo, primeiramente à Defesa Civil, a avaliação da necessidade de manutenção de determinados serviços e agentes envolvidos, alinhando todas as decisões junto ao poder público municipal.

Após a decisão formal para a desmobilização do Plano de Contingência deverão ser adotadas as seguintes medidas operacionais:

- Ativação dos protocolos internos de todos os órgãos mobilizados de acordo com o nível da desmobilização – total ou retorno gradativo;

- Todos os órgãos envolvidos no evento em questão serão avisados via contato telefônico;

- A COMPDEC será responsável pela desmobilização das equipes operacionais e postos avançados, técnicos e demais atores envolvidos no plano;
- Os moradores deverão ser comunicados de todas as ações de desmobilização, através dos meios de comunicações ativos e disponíveis no município.

14. DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA

A caracterização da situação de emergência e do estado de calamidade pública é imprescindível para a política de proteção e defesa civil, impactando diretamente as ações a serem adotadas para o atendimento às necessidades da população atingida por desastres e os aspectos administrativo e financeiro. É de competência da União implementar e manter o sistema para declaração e reconhecimento de situação de emergência ou de estado de calamidade pública, bem como estabelecer critérios e condições para que sejam solicitadas.

Situação de Anormalidade é constituída por **Situação de Emergência** ou **Estado de Calamidade Pública** declarados em razão do desastre.

- **Situação de Emergência**: ligada à intensidade, gravidade e aos danos e prejuízos que o desastre provoca;
- **Estado de Calamidade Pública**: ligado à capacidade de resposta de Estados e Municípios para atender às necessidades da população.

A Portaria nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, do então Ministério do Desenvolvimento Regional estabeleceu os procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para a declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.

Ela classifica os desastres quanto à sua intensidade em **três níveis**:

- **Desastres de Nível I ou de pequena intensidade**: aqueles em que há danos humanos, materiais e ambientais além de prejuízos econômicos e sociais, mas que a situação de normalidade pode ser restabelecida com os recursos mobilizados a nível local, por meio do emprego de medidas administrativas excepcionais previstas na ordem jurídica.

- **Desastres de Nível II ou de média intensidade:** aqueles em que há danos humanos, materiais e ambientais além de prejuízos econômicos e sociais expressivos e que a situação de normalidade precisa ser restabelecida com os recursos mobilizados em nível local e complementados com o aporte de recursos dos demais entes federativos;

- **Desastres de Nível III ou de grande intensidade:** aqueles em que há vultosos danos humanos, materiais e ambientais além de prejuízos econômicos e sociais, com sério e relevante comprometimento do funcionamento das instituições públicas locais ou regionais, impondo-se a mobilização e a ação coordenada das três esferas de atuação do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, e, eventualmente de ajuda internacional, para o restabelecimento da situação de normalidade.

É importante frisar que em desastres de **Nível I** não deve ser encaminhado requerimento para o reconhecimento estadual ou federal, mas é mantida a necessidade realizar o registro do desastre no sistema informatizado disponibilizado; desastres de **Nível I e II** ensejam a declaração de **situação de emergência**; desastres de **Nível III** ensejam a declaração de **estado de calamidade pública**.

Vale ressaltar que para este PLANCON também foi definido o Nível IV, o qual deve ser aplicado as mesmas regras referentes ao Nível III na declaração da situação de emergência.

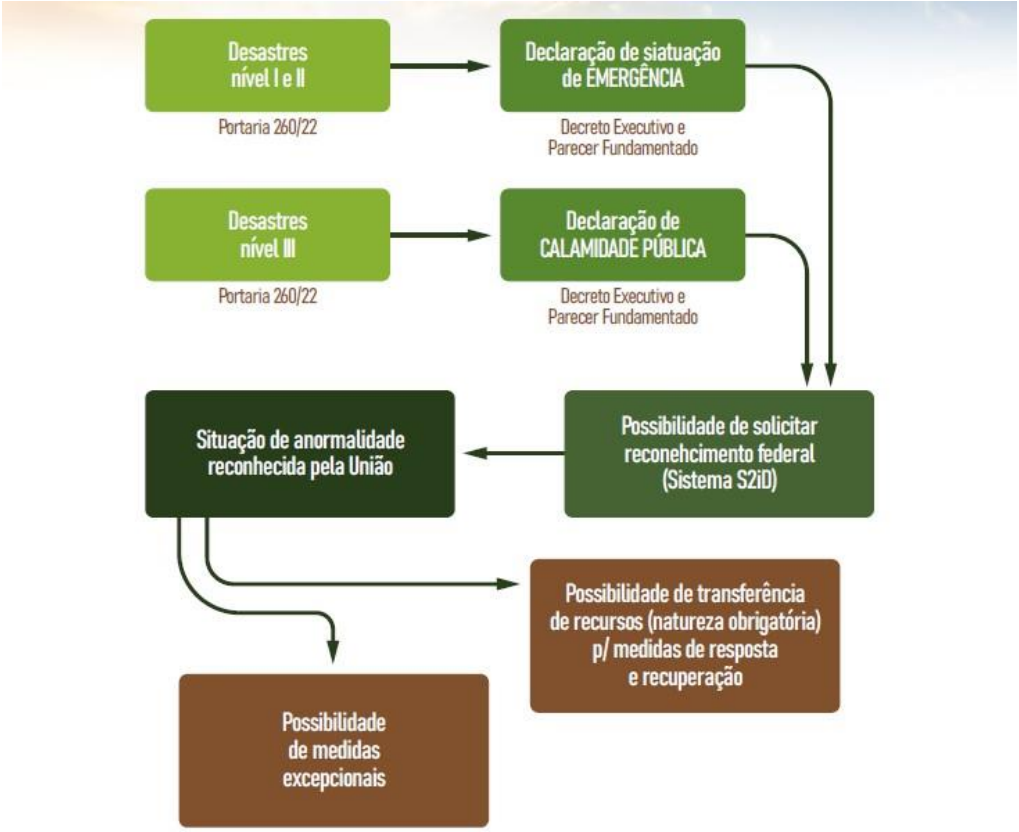


Figura 9- Fonte: Conselho Nacional do Ministério Público, 2023.

14.1 SOLICITAÇÃO DE RECONHECIMENTO FEDERAL DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA

Para solicitar auxílio federal nas ações de resposta e reconstrução em casos de desastres é necessário requerer o reconhecimento do Poder Executivo Federal de Situação de Emergência (SE) ou Estado de Calamidade Pública (ECP), decretado por Estado, Distrito Federal ou Município afetado.

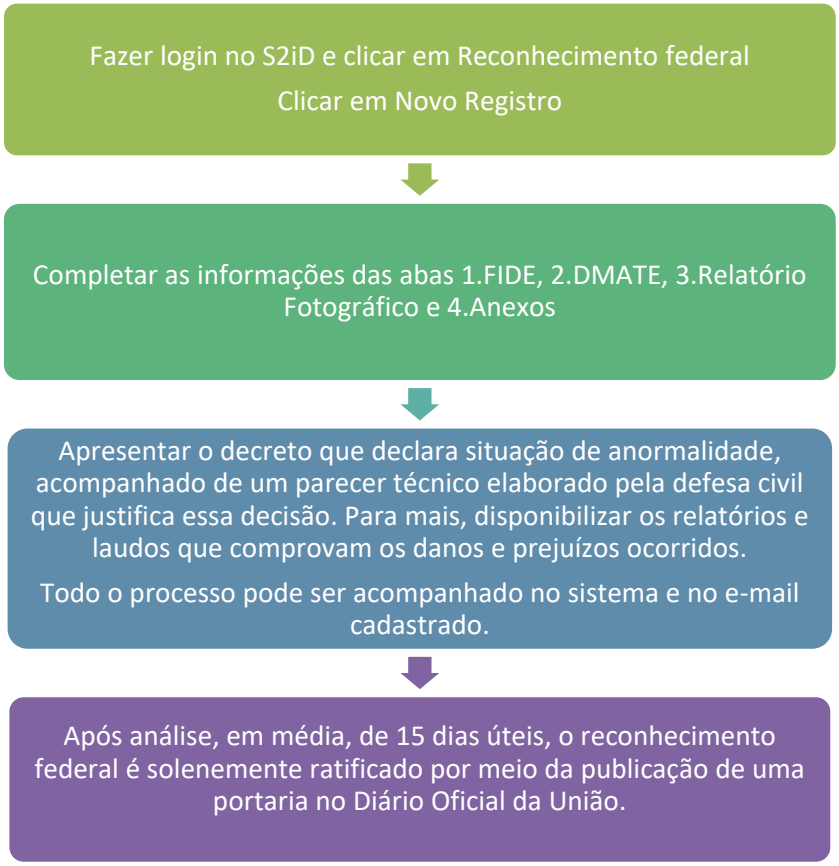
A solicitação é feita através do **Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD)**, plataforma do Sistema Nacional e Proteção e Defesa Civil. Ao acessar o sistema, o representante da COMPDEC deve seguir alguns passos para solicitar o cadastro. Primeiramente, é necessário clicar na opção "modelo de ofício" e fazer o download do

documento. Em seguida, o usuário deve preencher o ofício de forma completa e correta. Após isso, o documento deve ser assinado pelo prefeito da região e, em seguida, escaneado.

Com o ofício devidamente preenchido e assinado, o próximo passo é anexar o arquivo e preencher a solicitação de cadastro para acesso ao sistema. Após preencher todas as informações necessárias, basta clicar em "solicitar cadastro" e finalizar o processo.

É importante ressaltar que os recursos destinados às ações de resposta e reconstrução têm como objetivo principal fornecer socorro e assistência às vítimas, restabelecer os serviços essenciais e reconstruir a infraestrutura e as habitações afetadas. Por outro lado, as ações de prevenção se referem à realização de obras e serviços voltados para intervenções em áreas de risco antes mesmo que os desastres ocorram.

Para a obtenção do reconhecimento federal de situação de emergência ou de estado de calamidade pública, o usuário precisa, portanto:



Ao solicitar auxílio do governo federal nas ações de socorro e assistência humanitária, as ações são imediatas de forma complementar às estratégias locais de combate ao desastre. O apoio se materializa através da alocação de recursos para aquisição de kits de ajuda humanitária e da assistência logística fornecida pelas equipes em campo. O Formulário de Informações do Desastre (FIDE), consta no **Anexo I**, o modelo de Declaração Municipal De Atuação Emergencial (DMATE), consta no **Anexo II** e modelo de Decreto Municipal para declaração da situação de emergência consta no **Anexo III**.

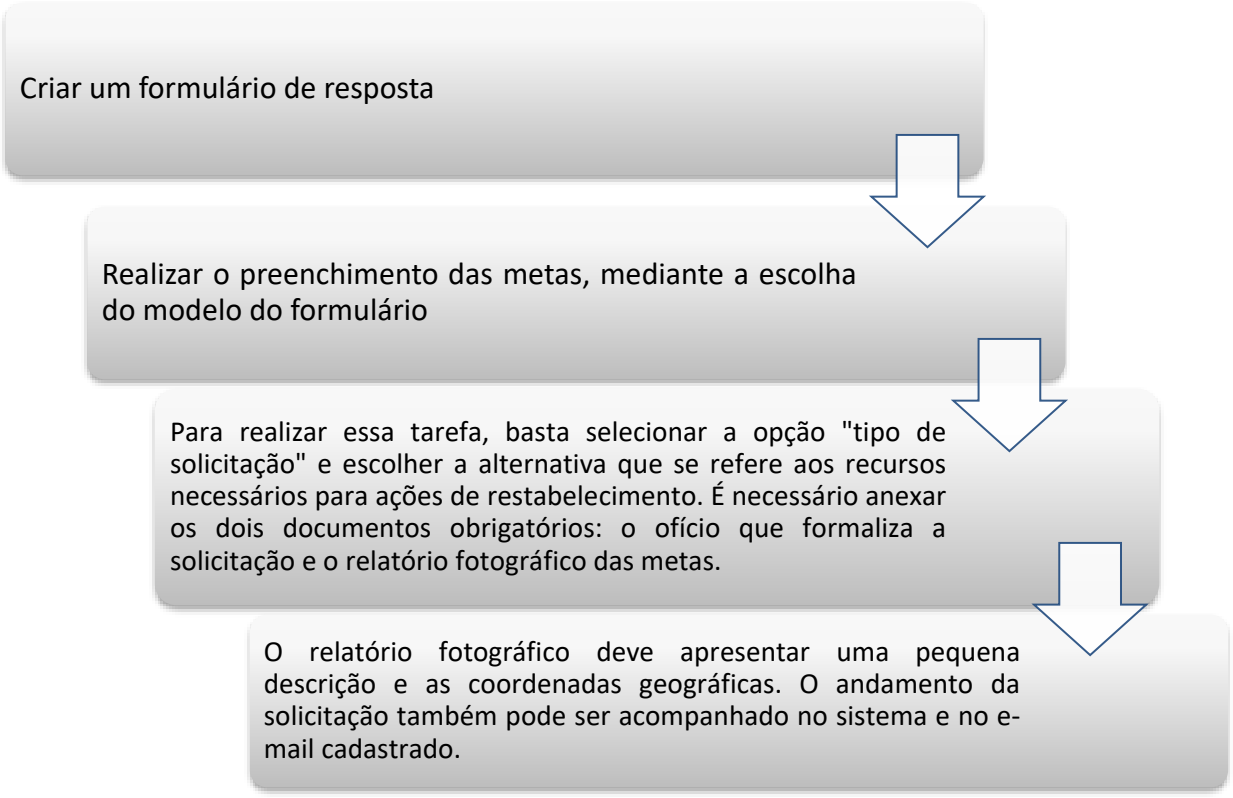
14.2 SOLICITAÇÃO DE RECURSOS VIA S2iD

O usuário pode ser solicitado a atualizar a documentação que descreve os estragos causados pelo desastre, bem como fornecer três orçamentos para cada compra ou serviço necessário. Durante essa etapa, é de suma importância detalhar:

- A meta;
- O número de pessoas a serem assistidas;
- O prazo de atendimento, enfatizando a natureza emergencial da ação.

Além disso, é essencial abrir uma conta dedicada exclusivamente ao uso do cartão de pagamento. Em seguida, os técnicos da Defesa Civil Nacional analisam se a meta está alinhada com os objetivos das ações de socorro e assistência humanitária estabelecidos na norma, se o pedido está diretamente relacionado ao desastre em questão e se as quantidades e valores apresentados são condizentes com as informações do processo.

Para a solicitação de recursos no S2iD, é preciso:



Para a solicitação de recursos para ações de restabelecimento e reconstrução, é necessário diferenciar o tipo da ação. O restabelecimento de serviços essenciais é considerado uma ação de resposta imediata ao desastre, abrangendo os casos mais urgentes. Nesse contexto, pode-se incluir estruturas parcialmente danificadas que podem ser recuperadas com o aproveitamento de materiais, bem como bueiros e pontes de pequeno porte. Essas intervenções devem ser de baixa complexidade e concluídas em até 180 dias.

Já as ações de reconstrução abrangem estruturas que foram completamente arrasadas e que requerem intervenções mais sofisticadas. É crucial ressaltar que, como parte do processo de recuperação pós-desastre, as estruturas precisam ser reconstruídas de forma mais segura, minimizando o risco de serem afetadas novamente.

A Defesa Civil Nacional recomenda que os estados e municípios sempre forneçam documentos claros, atualizados e devidamente assinados. Além disso, é importante que

a classificação do tipo de desastre mencionado no decreto seja consistente com a registrada no FIDE (Formulário de Informações do Desastre/S2iD) e nos demais documentos apresentados.

15. CRONOGRAMA DE REALIZAÇÃO DE SIMULADOS DE EMERGÊNCIA

Os simulados de preparação para os desastres se caracterizam como exercícios práticos que implicam na mobilização de recursos e pessoas para avaliar, em tempo real, o processo de remoção de pessoas de áreas com risco de desastres. Objetiva, entre outros aspectos, avaliar as ações realizadas, os recursos empreendidos e promover a capacitação e treinamento das equipes para enfrentar adequadamente uma situação de emergência.

É importante que os exercícios simulados sejam realizados periodicamente com o objetivo de atualizar e revisar planos e funções. Segue abaixo um cronograma de realização dos simulados.

Simulado de Prevenção e Resposta a Desastres Naturais
Data: Junho de 2024
Foco: Preparação e resposta a desastres naturais como enchentes, deslizamentos de terra, tempestades, etc.
Objetivos: Testar planos de evacuação, comunicação de emergência, coordenação entre agências e recursos disponíveis. Realizar também nas escolas da região.
Simulado de Incêndios Florestais
Data: Dezembro de 2024
Foco: Simular um incêndio florestal e testar a capacidade de resposta das equipes de combate a incêndios, evacuação de áreas afetadas, coordenação com equipes de resgate e proteção de comunidades vulneráveis.
Objetivos: Avaliar a eficácia dos planos de prevenção, estratégias de combate ao fogo, comunicação com residentes e implementação de medidas de segurança. Realizar também nas escolas da região
Simulado de Gestão de Crises de Saúde Pública
Data: Junho de 2025
Foco: Lidar com emergências de saúde pública, como pandemias, surtos de doenças, intoxicações alimentares, etc.

Objetivos: Avaliar a capacidade de resposta rápida, distribuição de suprimentos médicos, comunicação com o público e implementação de medidas de controle de infecção. Realizar também nas escolas da região
Simulado de Rompimento de Barragem
Data: Dezembro de 2025
Foco: Continuar a prática e aprimoramento da resposta ao rompimento de barragem.
Objetivos: Refinar estratégias de busca e salvamento, evacuação de áreas afetadas, prestação de assistência humanitária e recuperação de infraestrutura. Realizar também nas escolas da região

16. REVISÃO DO PLANCON

Com o objetivo de manter o Plancon continuamente atualizado, o documento passará por revisões a cada dois anos. A Defesa Civil desempenhará um papel central nesse processo, sendo responsável pela sua atualização e por designar qual setor será responsável por cada etapa desse procedimento. Esse sistema assegura que o plano permaneça alinhado com as necessidades e evoluções do contexto, garantindo sua eficácia ao longo do tempo

17. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- Verificar se o PAE está sendo atualizado com a frequência necessária;
- Averiguar se os recursos disponíveis são suficientes para atender aos cenários de risco;
- Acompanhar a realização de treinamentos e capacitações junto a população e considerar se a mesma está sendo informada sobre os procedimentos de emergência;
- Receber a comunicação sobre a instauração de um cenário de risco e posteriormente um relatório descritivo de toda a situação, até a desmobilização do PLANCON.

18. REFERÊNCIAS

Ambiente Brasil. **Cavalcante – GO.** Disponível em: https://ambientes.ambientebrasil.com.br/ecoturismo/destinos/cavalcante_-_go.html. Acesso em: 11 dez. 2023.

Associação Quilombo Kalunga – AQK. **Quem Somos.** Disponível em: https://quilombokalunga.org/press/quem-somos/. Acesso em: 11 dez. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Desastres Socioambientais e Mudanças Climáticas: manual prático para atuação do Ministério Público / Conselho Nacional do Ministério Público**. - 1. ed. - Brasília: CNMP, 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Art. 225, parágrafo 1º inciso VI. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Departamento de Minimização de Desastres. Módulo de formação: **elaboração de plano de contingência**: livro base / Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, Departamento de Minimização de Desastres. - Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2017.

_____. **Lei Federal nº 12608 de 10 de abril de 2012** – Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 1o de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.

IBGE. **Panorama Cavalcante – GO**. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/cavalcante/panorama. Acesso em: 11 dez. 2023.

ICMBio. **Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros**. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/parnachapadadosveadeiros/guia-do-visitante.html. Acesso em: 11 dez. 2023.

IMB, Instituto Mauro Borges. **Mapas das Mesorregiões do Estado de Goiás – IBGE.** Disponível em: https://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=96&catid=32&Itemid=179. Acesso em: 11 dez. 2023.

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Sistema Integrado de Informações sobre Desastres**. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-

civil/sistema-integrado-de-informacoes-sobre-desastres#:~:text=S2iD%20%2D%20Sistema%20Integrado%20de%20Informa%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20Desastres,-Info&text=Em%20apoio%20a%20estados%20e,para%20a%20an%C3%A1lise%20da%20Sedec. Acesso em 24 jan. 2024.

Mundo Educação. **Chapada dos Veadeiros.** Disponível em: https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/chapada-dos-veadeiros.htm. Acesso em: 11 dez. 2023.

Prefeitura de Cavalcante. **História**. Disponível em: https://cavalcante.go.gov.br/historia/. Acesso em: 11 dez. 2023.

SILVA, Aderita Ricarda Martins de Sena Cássia de Fátima Rangel Fernandes Eliane Lima e *et al*. **Plano de Contingência para Emergência em Saúde Pública por Seca e Estiagem**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_contingencia_emergencia_seca_estiagem.pdf. Acesso em: 26 jan. 2024.

SORIANO, E. **Confiança, incertezas e discursos sobre os riscos de colapso de barragem na UHE Itaipu Binacional: o processo de vulnerabilização dos moradores a jusante.** 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SINAN - **Sistema de Informações de Agravos de Notificações**. Disponível em: https://portalsinan.saude.gov.br/ . Acesso em: 26 jan. 2024.

VIEIRA, D. R. **Discursos e lógicas de poder no processo de reparação dos danos gerados pelo desastre-crime da barragem de mineração da Samarco**. 2019.148 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória - ES, 2019.

ANEXO I

Plano de Contingência Municipal

PLANCON de Cavalcante/GO

SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – S I N D E C

Formulário de Informações do Desastre – FIDE

1 - Identificação

UF:	**Município**:

População (hab.):	**PIB (R$ anual):**	**Orçamento (R$ anual):**	**Arrecadação (R$ anual):**
	R$	**R$**	**R$**

Receita Corrente Líquida – RCL (R$)

Total anual: R$	**Média mensal: R$**

2 - Tipificação

3 - Data de Ocorrência

COBRADE	**Denominação** (Tipo ou subtipo)	Dia	Mês	Ano	Horário

4 – Área Afetada/Tipo de Ocupação	**Não existe/ Não afetada**	**Urbana**	**Rural**	**Urbana e Rural**
Residencial	○	○	○	○
Comercial	○	○	○	○
Industrial	○	○	○	○
Agrícola	○	○	○	○
Pecuária	○	○	○	○
Extrativismo Vegetal	○	○	○	○
Reserva Florestal ou APA	○	○	○	○
Mineração	○	○	○	○
Turismo e outras	○	○	○	○

Descrição das Áreas Afetadas (especificar se urbana e/ou rural)

5 – Causas e efeitos do Desastre - Descrição do Evento e suas Características

6. Danos Humanos, materiais ou Ambientais

	TIPO	Nº de pessoas
6.1 – Danos Humanos	Mortos	
	Feridos	
	Enfermos	
	Desabrigados	
	Desalojados	
	Desaparecidos	
	Outros	
	TOTAL DE AFETADOS	

Descrição dos Danos Humanos:

	TIPO	Destruídas	Danificadas	valor
6.2 – Danos Materiais	Unidades habitacionais			
	Instalações públicas de saúde			
	Instalações públicas de Ensino			
	Instalações públicas prestadoras de outros serviços			
	Instalações públicas de uso Comunitário			
	Obras de infra-estrutura Pública			

Descrição dos Danos Materiais:

	TIPO	População do município atingida
6.3 – Danos Ambientais	Contaminação da água	( ) 0 a 5% ( ) 5 a 10% ( ) 10 a 20% ( ) mais de 20%
	Contaminação do Solo	( ) 0 a 5% ( ) 5 a 10% ( ) 10 a 20% ( ) mais de 20%
	Contaminação do Ar	( ) 0 a 5% ( ) 5 a 10% ( ) 10 a 20% ( ) mais de 20%
	Diminuição ou exaurimento hídrico	( ) 0 a 5% ( ) 5 a 10% ( ) 10 a 20% ( ) mais de 20%
	Incêndio em Parques, APA's ou APP's	Área atingida
		( ) 40% ( ) Mais de 40%

Descrição dos Danos Ambientais:

7. Prejuízos Econômicos Públicos e Privados

	SERVIÇOS ESSENCIAIS PREJUDICADOS	Valor Para Restabelecimento
7.1 – Prejuízos Econômicos Públicos	Assistência médica, saúde pública e atendimento de emergências médicas	
	Abastecimento de água potável	
	Esgoto de águas pluviais e sistema de esgotos sanitários	
	Sistema de limpeza urbana e de recolhimento e destinação do lixo	
	Sistema de desinfestação/desinfecção do habitat/controle de pragas e vetores	
	Geração e distribuição de energia elétrica	
	Telecomunicações	
	Transportes locais, regionais e de longo curso	
	Distribuição de combustíveis, especialmente os de uso doméstico	
	Segurança pública	
	Ensino	
	VALOR TOTAL DOS PREJUÍZOS PÚBLICOS	

Descrição dos Prejuízos Econômicos Públicos:

	SETORES DA ECONOMIA	Valor
7.2 – Prejuízos Econômicos Privados	Agricultura	
	Pecuária	
	Indústria	
	Comércio	
	Serviços	
	Valor total dos prejuízos privados	

Descrição dos Prejuízos Econômicos Privados:

8 - Instituição Informante

Nome da Instituição: Endereço: CEP: E-mail:		Responsável			
Cargo	Assinatura e Carimbo	Telefone ( ) ( )	Dia	Mês	Ano

9 - Instituições Informadas	SIM	NÃO
Órgão Estadual de Proteção e Defesa Civil		
Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEPDEC		

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - **SEDEC** Esplanada dos Ministérios - Bloco "E" - 7º Andar - Brasília/DF CEP: 70067-901 e-mail: reconhecimentofederal@gmail.com	Telefone - (061) 3414-5869 (061) 3414-5511 (061) 3414-5546 Telefax - (061) 3414-5512

ANEXO II

Plano de Contingência Municipal

PLANCON de Cavalcante/GO

SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – S I N D E C

DECLARAÇÃO MUNICIPAL DE ATUAÇÃO AMERGENCIAL - DMATE

Município:	**UF:**

1. Caracterização de Situação de Emergência ou Calamidade Pública:	**SIM**	**NÃO**
A magnitude do evento superou a capacidade de gestão do desastre pelo poder público municipal		
Os danos e prejuízos comprometeram a capacidade de resposta do poder público municipal ficou e está		
Os prejuízos econômicos públicos foram causados por esse desastre		
Os prejuízos econômicos públicos desse desastre foram separados dos privados		

Informe, resumidamente, esses danos e prejuízos:

2. Informações Relevantes sobre o desastre

HISTÓRICO DE DESASTRE	**SIM**	**NÃO**
Este tipo de evento já ocorreu anteriormente		
Este tipo de evento ocorre anual e repetidamente		

Se este tipo de desastre ocorre repetida e/ou anualmente cite as ações preventivas e explique porque ainda exige ação emergencial:

3. Informações sobre capacidade gerencial do Município

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO/TÁTICO/OPERACIONAL MUNICIPAL	**SIM**	**NÃO**
Já foi efetuado o mapeamento das áreas de risco neste Município		
O município possui COMDEC ou órgão correspondente		
Existe Plano de Contingência para o tipo de desastre ocorrido		
Foram realizados simulados de evacuação da população nas áreas de risco do município		
Esse desastre foi previsto e tem recurso orçamentário na LOA atual		
Existe um programa/projeto para enfrentamento desse problema com inclusão no PPA		
Órgãos e Instituições Estaduais apoiam a Defesa Civil Municipal		

Informe as dificuldades do município para a gestão do desastre:

4. Medidas e Ações em curso: Indicar as medidas e ações de socorro, assistência e de reabilitação do cenário adotadas pelo Estado.

4.1 Mobilização e Emprego de Recursos Humanos e Institucionais
Indicar o emprego com: **"S"** para SIM, **"N"** para NÃO. Marcar **"NA"** com um "X" caso necessite apoio.

PESSOAL / EQUIPES EMPREGADAS	**S/N**	**NA**	**QUANT.**
Apoio a Saúde e Saúde Pública			
Avaliação de Danos			
Reabilitação de Cenários (obras públicas e serviços gerais)			
Assistência médica			
Busca, resgate e salvamento			
Segurança pública			
Ajuda humanitária			
Promoção, assistência e comunicação social			
Outros			

Descrever outros e/ou detalhar, quando for o caso, o pessoal e equipes já empregados ou mobilizados:

4.2 MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS MATERIAIS:
Indicar o emprego com: **"S"** para SIM, **"N"** para NÃO. Marcar **"NA"** com um "X" caso necessite apoio.

MATERIAL / EQUIPAMENTO EMPREGADO	**S/N**	**NA**	**QUANT.**
Helicópteros, Barcos, Veículos, Ambulâncias, Outros meios de transporte			
Equipamentos e Máquinas			
Água Potável/ Alimentos/Medicamentos			
Material de Uso pessoal (asseio e higiene, utensílios domésticos, vestuário, calçados,etc)			
Material de Limpeza, desinfecção, Desinfestação e Controle de Pragas e Vetores			
Outros			

Descrever e/ou detalhar, quando for o caso, os materiais e equipamentos já empregados ou providenciados:

4.3. MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS FINANCEIROS
Indicar o emprego com: **"S"** para SIM, **"N"** para NÃO. Marcar **"NA"** com um "X" caso necessite apoio.

VALOR FINANCEIRO EMPREGADO	**S/N**	**NA**	**VALOR (R$)**
Oriundos de Fonte Orçamentária Municipal			
Oriundos de Fonte Extra-ornamentaria Municipal			
Oriundos de Doações: Pessoas Físicas, Pessoas Jurídicas, ONG			
Oriundos de Outras fontes			

Descrever e/ou detalhar:

5. INFORMAÇÕES PARA CONTATO	**Assinatura**
(Órgão municipal de Proteção e Defesa Civil) Nome: Telefone: ( ) Celular: ( ) Fax: ( ) E-mail:	_____ Nome Prefeito Municipal
Local e Data : , de de 201_	

ANEXO III

Plano de Contingência Municipal

PLANCON de Cavalcante/GO

Endereço: Avenida Bernardino Sales, 705 – Bairro Ribeirão – Amparo/SP Cep: 13900-400
Telefone Prefeitura: (19) 3817-9300 + 8889-9000 – Telefone COMDEC: (19) 3817-9300 + 8889-9000
Email Prefeitura: gabinete@amparo.sp.gov.br - Email COMDEC: comdec.amparo@gamail.com

DECRETO Nº 200/2012, de 10 de outubro de 2012

Declara **SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA**
Nas áreas do Município afetadas por ***ENXURRADAS (COBRADE - 12.200).***

O Senhor. João José Jorge, Prefeito do município de Amparo, estado do Sergipe, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Lei Orgânica Municipal nº 11.111, de 31 de abril de 1927 e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

I – que fortes chuvas atingiram o Município nesses últimos dias com média superior à prevista para esta época do mês;

II – que o Município disponibilizou todo o aparato disponível para minimizar os efeitos do desastre, bem como para assistência e socorro aos afetados;

III – que, em conseqüência deste desastre resultaram os danos materiais e os prejuízos econômicos e sociais acima descritos, bem como aqueles constantes no Requerimento/FIDE em anexo;

IV – que concorrem como agravantes da situação de anormalidade: o grande volume precipitado em um pequeno intervalo de tempo que com a precariedade do sistema de drenagem de águas pluviais, resultaram em danos materiais e prejuízos econômicos e sociais constantes no Requerimento/relatório em anexo;

V – que o parecer da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, relatando a ocorrência desse desastre é favorável à declaração de situação de emergência.

DECRETA

Art. 1º. Fica declarada **Situação de Emergência** em virtude de desastre classificado como Enxurradas - COBRADE - 12200, conforme IN/MI nº 01/2012, de 30 de agosto de 2012.

Parágrafo único: a situação de anormalidade é válida para as áreas comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme o contido no Requerimento/FIDE anexo a este Decreto.

Art. 2º. Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do município, sob a coordenação da Defesa Civil local.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.
Parágrafo único: Essas atividades serão coordenadas pela Defesa Civil Municipal.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II – usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. De acordo com o inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), em situação emergência, se necessário, ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos. Acerca de causas e conseqüências de eventos adversos, registramos interpretação do TCU, que firmou entendimento, por meio da Decisão Plenária 347/1994, "de que as dispensas de licitação com base em situação adversa, dada como de emergência ou de calamidade pública, somente são admissíveis caso não se tenham originado, total ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis, ou seja, desde que não possam, em alguma medida, serem atribuídas à culpa ou dolo do agente público que tinha o dever de agir para prevenir a ocorrência de tal situação".

Art. 7º. De acordo com a Lei nº 10.878, de 08.06.2004, regulamentada pelo Decreto Federal no 5.113, 22 de junho de 2004, que beneficia as pessoas em municípios atingidos por desastres e, cumpridos os requisitos legais, autoriza a movimentação da sua conta vinculada ao FGTS. Tal benefício ocorrerá somente se o municio decretar situação de emergência e se obtiver o reconhecimento federal daquela situação. E mais: O Ato Federal de Reconhecimento avalia a situação de emergência do município - e não do munícipe - e **visa socorrer o Ente Federado** que teve sua capacidade de resposta comprometida e somente em casos específicos, e indiretamente, estenderá esse alcance e socorro ao cidadão. Por fim, o que é reconhecido é a

situação de emergência do poder público e não a necessidade do cidadão. Afinal, se a situação de emergência do poder público é inexistente, qualquer que seja o motivo do pedido, o seu reconhecimento será ilegal.

Art. 8º. De acordo com o artigo 13, do Decreto nº 84.685, de 06.05.1980, que possibilita alterar o cumprimento de obrigações, reduzindo inclusive o pagamento devido do Imposto sobre a Propriedade Rural – ITR, por pessoas físicas ou jurídicas atingidas por desastres, comprovadamente situadas na área afetada;

Art. 9º. De acordo com o artigo 167, § 3º da CF/88, é admitida ao Poder Público em SE ou ECP a abertura de crédito extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes;

Art. 10º. De acordo com a Lei n° 101, de 04 de maio de 2000, ao estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, permite abrandamento de prazos ou de limites por ela fixados, conforme art. 65, se reconhecida a SE ou o ECP;

Art. 11º. De acordo com o art. 4º, § 3º, inciso I, da Resolução 369, de 28 de março de 2006, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que dispõe sobre os casos excepcionais, tem-se uma exceção para a solicitação de autorização de licenciamento ambiental em áreas de APP, nos casos de atividades de Defesa Civil, de caráter emergencial;

Art. 12º. De acordo com art. 61, inciso II, alínea "j" do Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, ou seja, são circunstâncias agravantes de pena, o cometimento de crime em ocasião de inundação ou qualquer calamidade;

Art. 13º. De acordo com as políticas de incentivo agrícolas do Ministério do Desenvolvimento Agrário que desenvolve diversos programas para auxiliar a população atingida por situações emergenciais, como por exemplo, a renegociação de dívidas do PRONAF e o PROAGRO, que garante a exoneração de obrigações financeiras relativas à operação de crédito rural de custeio, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais

Art. 14º. De acordo com a legislação vigente o reconhecimento Federal permite, ainda, alterar prazos processuais (artigos 177 e 182, do Código de Processo Civil – Lei no 5.869, de 11.01.1973), dentre outros benefícios que poderão ser requeridos judicialmente.

Art. 15º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, aos 10 dias do mês de outubro de 2011.

João José Maria
Prefeito Municipal

APÊNDICE A

Plano de Contingência Municipal

PLANCON de Cavalcante/GO

Apêndice A

História

O município de Cavalcante se localiza na região da Chapada dos Veadeiros, no norte do Estado de Goiás, a aproximadamente 320 km de distância da capital federal Brasília (DF). Assim, a contextualização histórica de Cavalcante se insere na história de Goiás e do Brasil, sendo um dos pontos de destaque sua inter-relação com o ciclo da exploração do ouro no país.

A primeira incursão de não indígenas no território de Cavalcante teria ocorrido em 1736, pelo garimpeiro Julião Cavalcante e seus companheiros, em busca de novas minas de ouro. A notícia sobre a descoberta de uma mina de ouro de grande profundidade à margem do córrego Lava Pés, na serra da Cavalhada, teria atraído numerosos exploradores dos mais distantes rincões, iniciando-se, assim, o povoado com o nome de "Cavalcante", em homenagem ao seu fundador e colonizador.

Com o declínio da exploração do ouro, os produtores locais dedicaram-se a outras atividades econômicas, principalmente à agricultura e à pecuária. Alguns exemplos de destaque foram a produção de açúcar, carne, farinha de mandioca e, posteriormente, a farinha de trigo. Durante algum tempo, o município foi o maior exportador de farinha de trigo para os EUA.

Estima-se que, durante o auge da exploração das minas de ouro, no século XVIII, havia na região de Cavalcante aproximadamente 20.000 escravos, ou seja, número duas vezes maior que a população atual do município, o que parcialmente explica a presença de territórios quilombolas no local. Nessa época, o território de Cavalcante abrangia quase todo o nordeste goiano, desde o município de Formosa (antigo Arraial dos Couros) até o município de Arraias no Estado Tocantins. Com o passar dos anos, foram realizadas inúmeras modificações quanto à formação administrativa do município, alterando sua divisão territorial até chegar à configuração que se encontra nos dias de hoje.

Censo demográfico

Segundo os dados do censo de 2022 divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o território de Cavalcante tem área territorial total de 6.948,78 km² e sua população é estimada em 9.583 habitantes, obtendo a densidade demográfica de 1,38 habitantes por quilômetro quadrado. O município possui três vias principais de acesso, sendo elas a GO 241, GO 118 e uma estrada municipal que conecta Colina do Sul a Cavalcante.

O IBGE assinalou também que, em 2021, o **PIB** per capita do município era de R$ 39.322,37. Na comparação com outros municípios do estado de Goiás, Cavalcante se encontrava nas posições 90 de 246 entre os municípios do estado e na 1477 de 5570 entre todos os municípios do país.

Município	Ranking Estadual	Ranking Brasileiro
Cavalcante	90	1477
Total de Municípios	246	5570

No que tange ao trab alho e à **geração de renda** da população local, o IBGE apontou que, em 2010, 48% da população possuía rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa. Estima-se, ainda, que em 2021, a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 9,97%, sendo que o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 2,1 salários mínimos.

Em relação as atividades econômicas desenvolvidas no município, as principais fontes são o funcionalismo público proveniente da prefeitura e do PREVFogo, seguidas pelo turismo, pecuária, agricultura, mineração de pequena escala, comércio e serviço público. Destaca-se que o município não possui indústrias operantes.

Quanto do acesso à educação, o IBGE apontou que, em 2010, a taxa de **escolarização** da população de 6 a 14 anos de idade era de 92,9%. Na comparação com outros municípios do estado, esse valor deixava o município na posição 240 de 246. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava na posição 5342 de 5570.

Município	Ranking Estadual	Ranking Brasileiro
Cavalcante	240	5342
Total de municípios	246	5570

Foram registrados, ainda, dados sobre a infraestrutura pública escolar. Em 2021, havia 22 estabelecimentos de ensino fundamental no município e 2 escolas de ensino médio a serviço da população. Abaixo, encontra-se a relação das escolas municipais e estadual de Cavalcante:

Nome	Endereço
Pré Escolar David José Vidal	Zona urbana - Rua 03, Quadra 72, Cavalcantinho.
Escola Municipal Morro Encantado	Zona Urbana - Rua Do Cerrado, Esquina com a Avenida São Paulo, 0 Vila Morro Encantado.
Creche Municipal de Cavalcante Futura Geração	Zona Urbana - Rua Da Saúde, Sn Cavalcantinho.
Escola M. Alci Alves Moreira – Tia Cici	Zona urbana – Rua 2, Loteamento B, nº72, Cavalcantinho
Escola Estadual Calunga I	Zona rural - Fazenda Vão Das Almas, Sn. Comunidade Kalunga
Escola M. Santo Antônio	Zona rural - Comunidade Kalunga Vão De Almas.
Escola M. Cocos	Zona rural - Vão De Almas.
Escola M. Córrego da Serra	
Escola M. Dona Joana Pereira das Virgens	
Escola M. Capela do Moleque	Zona rural - Vão Do Moleque

Nome	Endereço
Escola M. Congonhas	Zona rural - Fazenda Congonhas
Escola M. América de Deus Coutinho	Zona rural - Fazenda Prata
Escola M. José Cabral de Araújo (Maiadinha)	Zona rural - Comunidade Vão Do Moleque
Escola M. Órfãos	Zona rural - Assentamento Rio Bonito
Escola M. Vereador Anedino de Deus Coutinho	Zona rural - Povoado São Domingos
Escola M. Progresso	Zona rural - Fazenda Tatu
Escola M. Capela do Córrego Fundo	Zona rural - Povoado Capela do Córrego
Escola M. Joselina Francisco Maia	Zona rural - Comunidade Engenho II
Escola M. Planalto	Zona rural - Povoado Vermelho
Escola M. João de Deus Coutinho	Zona rural - Rota do Vermelho
Escola M. Xupé (Extensão Rio Preto)	Zona rural – Povoado do Rio Preto
Escola M. Traíras	Zona rural - Fazenda Traíras
Escola M. Morros	Zona rural – Fazenda Morros
Escola M. Terra Vermelha	Zona rural – Rota do Vermelho

Com relação ao setor de **saúde,** o município conta com o Hospital Municipal Dr. Francisco Domingues de Sousa, com capacidade de 16 leitos, para atender às necessidades da população local. Para mais, há também hospitais localizados nos municípios circunvizinhos, para onde os pacientes podem ser encaminhados em casos mais complexos ou quando a demanda de atendimento local excede a capacidade do hospital. As tabelas abaixo exibem as informações do hospital local e as opções adicionais que estão à disposição.

Hospital localizado no município de Cavalcante			
Nome do hospital	**Localização**	**Especialização e horário de funcionamento**	**Capacidade máxima de atendimento imediato**
Hospital Municipal Dr. Francisco Domingues de Sousa	Avenida Elias Jorge Quadra 68 S/Nº Setor Cavalcantinho	Geral - 24 horas	16 leitos

Nome do hospital	Município de localização do município	Contato	Possui UTI	Capacidade máxima
Hospital das Clínicas	Goiânia - GO	62 3269 8240	Sim	260 leitos
Hospital Geral de Goiânia (HGG)	Goiânia - GO	62 3209 9800	Sim	234 leitos
Hospital de Câncer Araújo Jorge	Goiânia - GO	62 3243 7000	sim	166 leitos
Centro de Referência em Oftalmologia (CEROF)	Goiânia - GO	62 3209 6770	não	16 leitos
Hospital Estadual de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira (HUGOL)	Goiânia - GO	62 3270 6300	Sim	466 leitos
Hospital de Urgências de Goiás (HUGO)	Goiânia - GO	62 3201 4442	Sim	345 leitos
Policlínica de Formosa (apenas tratamento ambulatório)	Formosa- GO	61 4042 8350	não	não
Hospital Estadual de Formosa	Formosa- GO	61 3770 0176	Sim	80 leitos
Hospital Estadual Centro Norte Goiano (HCN)	Uruaçu - GO	62 3121 5252	Sim	278 leitos
Instituto Medicina da Visão	Valparaiso - GO	61 3060 3060	não	Atendimento de segunda a sexta de 7h00 as 18h00
Hospital Estadual de Luziânia	Luziânia - GO	61 4042 9922	Sim	69 leitos
Instituto de Olhos Goiânia	Goiânia - GO	62 3220 2500	não	Atendimento de segunda a sexta de 7h00 as 18h00
Hospital Santa Lúcia	Goiânia - GO	62 3233 1745		80 leitos
Hospital Estadual da Mulher	Goiânia - GO	62 3956 2919	Sim	96 leitos

Nome do hospital	Município de localização do município	Contato	Possui UTI	Capacidade máxima
Hospital de Posse	Posse - GO	62 3481 1375		19 leitos
Hospital Estadual da Criança e do Adolescente (HECAD)	Goiânia - GO	62 3142 5764	Sim	146 leitos
Centro Estadual De Reabilitação e Readaptação (CRER)	Goiânia - GO	62 3232 3232/3232 3000	sim	176 leitos
Instituto de Olhos Águas Lindas	Águas Lindas	61 3613 1046	ñ	Atendimento de segunda a sexta de 8h00 as 17h00
Hospital de Doenças Tropicais (HDT)	Goiânia - GO	62 3201 3658	Sim	105 leitos

Outro dado apreendido sobre a saúde da população local estima o resultado de 0,5 para cada 1.000 habitantes quanto a internações devido a diarreias em Cavalcante. Comparado com todos os municípios do estado, fica na posição 151 de 246. Quando comparado a cidades de todo o Brasil, essa posição é 3330 de 5570. Não há dados sobre a taxa de mortalidade infantil média.

Município	Ranking Estadual	Ranking Brasileiro
Cavalcante	151	3330
Total de Municípios	246	5570

No que concerne a **infraestrutura urbana** de Cavalcante, o censo de 2010 evidencia que o município possui 15% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 45% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 0% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado de Goiás, fica na posição 144 de 246, 220 de 246 e 192 de 246, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 3980 de 5570, 4319 de 5570 e 4835 de 5570, respectivamente.

Domicílios com esgotamento sanitário adequado		
Município	**Ranking Estadual**	**Ranking Brasileiro**
Cavalcante	144	3980
Total de Municípios	246	5570

Domicílios urbanos em vias públicas com arborização		
Município	**Ranking Estadual**	**Ranking Brasileiro**
Cavalcante	220	4319
Total de Municípios	246	5570

Domicílios urbanos com vias públicas com urbanização adequada		
Município	**Ranking Estadual**	**Ranking Brasileiro**
Cavalcante	192	3330
Total de Municípios	246	5570

Ainda a respeito do abastecimento de água e saneamento básico, a área urbana e a comunidade de São Domingos possuem acesso à água tratada fornecida pela empresa Saneágua. No entanto, nas áreas rurais, o consumo de água é feito diretamente dos rios, sem qualquer tipo de tratamento. Quanto ao acesso ao saneamento básico, a grande parte do município carece de assistência adequada.

No município, a empresa Equatorial é responsável pelo fornecimento de energia. A principal fonte de produção de energia é a hidrelétrica, mas algumas propriedades privadas têm adotado sistemas de energia solar. É válido ressaltar que a subestação de energia, responsável por abastecer todo o município, está localizada em São João da Aliança.

Em relação à comunicação, Cavalcante conta com telefonia fixa fornecida pela operadora OI, além das operadoras de telefonia móvel Vivo, Tim e Claro. Contudo, é importante destacar que a zona rural só tem acesso à internet através de *Wi-Fi* e o município não possui rádios locais.

Turismo: Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros

Cavalcante se localiza na mesorregião do norte goiano e é um dos cinco municípios que sediam o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, declarado Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO, em 2001. Segundo o ICMBio (2023), o Parque protege uma área de 240.611 ha de cerrado, que abriga espécies e formações vegetais únicas, centenas de nascentes e cursos d'água, além de formações rochosas com mais de um bilhão de anos. O Parque também abrange antigas áreas de garimpos, como preservação de parte da história local.

Alguns dos pontos turísticos do Parque da Chapada dos Veadeiros que se localizam em Cavalcante são: o Complexo do Prata, que é formado por sete cachoeiras, sendo uma delas a Cachoeira Rei do Prata, muito famosa por suas águas cor verde-esmeralda; Complexo Veredas, também composta por sete cachoeiras, com diferentes níveis de trilhas; Complexo Vargem Redonda, composto por três piscinas naturais de cores que variam do esverdeado ao azulado; Complexo Barroco, que abrange quatro cachoeiras de fácil acesso; Complexo Águas Lindas e Canjica, composto por poços, piscinas naturais e cachoeiras; Cachoeira Santa Bárbara, um dos principais atrativos da Chapada dos Veadeiros, com uma queda d'água de 28 metros; além de outros pontos de visitação, como a Cachoeira Candaru, a Cachoeira São Félix, a Cachoeira Capivara, Cachoeira Poço Encantado e a Cachoeira Ponte de Pedra.

Muitos dos pontos de visitação se localizam no Quilombo Kalunga, o maior território de descendentes quilombolas do Brasil, que é reconhecido pela Fundação Palmares e articulado com a Coordenação Nacional de Quilombos (CONAQ), além de outros órgãos

nacionais e internacionais que pleiteiam e promovem a criação e emancipação de territórios autônomos tradicionais. O território Kalunga SHPCK (Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga) está situado em três municípios: Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás. Nessa região, os Kalungas exercem sua cultura e seus costumes e, ainda, garantem a preservação dos recursos naturais existentes na localidade.[1]

Clima, vegetação, relevo e hidrologia

Cavalcante se caracteriza pela predominância do bioma brasileiro Cerrado, com vastas formações de vegetação tida como de savana, com árvores mais espaçadas e de troncos tortuosos e grande presença de gramíneas. Por estar no meio da Chapada dos Veadeiros, há forte influência de fatores como altitude e umidade, além do próprio solo e geologia da região. Alguns exemplos de espécies de flora presentes na Chapada dos Veadeiros são: ipê-roxo, copaíba, aroeira, jerivá, cajueiro-bravo-do-campo e caju-do-cerrado.

O Parque apresenta altitudes variáveis de 600 a 1.700m acima do nível do mar, com relevo horizontal levemente ondulado e de solos rasos. O clima da Chapada dos Veadeiros é tipicamente tropical, em que se predomina a ocorrência de duas estações bem definidas: uma mais quente e úmida e outra mais fria e seca, caracterizando regimes de verões chuvosos e invernos secos. Os períodos chuvosos se iniciam em setembro e atingem seu pico máximo em novembro e o mínimo no trimestre junho-julho-agosto. O registro de trombas de água é bastante comum na região durante o verão. A temperatura média anual é de 24 a 26º C. As estações do outono e da primavera são de transição, mesclando, portanto, características tanto do verão quanto do inverno.

Além disso, Cavalcante é possui uma vasta rede hidrográfica, composta por diversos rios que desempenham um papel fundamental no abastecimento de água para a população local, além de ser fonte de recursos naturais e suporte para diversas atividades

[1] https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2021/02/11/quilombo-kalunga-e-reconhecido-pela-onu-como-primeiro-territorio-no-brasil-conservado-pela-comunidade.ghtml

econômicas, como a geração de energia hidroelétrica, o turismo e a agricultura. Abaixo, apresenta-se a tabela com os principais rios que cortam o município.

Principais Rios	Origem	Destino	Pontos de Influência sobre os rios	Coordenada Geográfica
Córrego Areia	Cavalcante/GO	Rio Claro		195650,8469079
Córrego Laranjal	Cavalcante/GO	Rio São Félix		190317,8490411
Ribeirão do Meio	Cavalcante/GO	Rio Preto		181813,8478160
Ribeirão Montes Claros	Cavalcante/GO	Rio Claro		213954,8464755
Rio do Carmo	Cavalcante/GO	Rio Tocantins	UHE Cana Brava	173239,8511977
Rio Claro	Serra do Caiapó	Rio Paranaíba		206315,8463170
Rio Corrente	Serra Geral	Rio Paranã		247274,8520699
Rio da Prata	Rio Paraná e Uruguai	Oceano Atlântico		240237,8501417
Rio das Almas	Pirenópolis/GO	Rio Maranhão		248412,8463375
Rio Maquiné	Cavalcante/GO	Rio das Almas		241071,8500415
Rio Tocantins	Serra Dourada	Baía do Marajó	UHE Cana Brava	160942,8501655
Rio Paranã	Rio Paranaíba e Rio Grande	Foz do Iguaçu		224950,8540654
Rio Preto	Lagoa Feia	Rio Paracatu		187267,8442142
Rio Santo Antônio	Cavalcante/GO	Rio Tocantins		179506,8505692
Rio São Félix	Cavalcante/GO	Rio Santo Antônio		190159,8495141

Principais Rios	Origem	Destino	Pontos de Influência sobre os rios	Coordenada Geográfica
Rio Traíras	Cavalcante/GO	Rio Tocantins		186211,8525958